



SER EDUCACIONAL S.A
Companhia Aberta – CVM nº 23221
CNPJ 04.986.320/0001-13 - NIRE 26.3.0001679-6

**Manual e Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária
da**

SER EDUCACIONAL S.A. de 28 de abril de 2023

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	Pág. 3
Orientações para Participação na Assembleia	Pág. 5
Edital de Convocação	Pág. 12
Proposta da Administração para deliberação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2023	Pág. 16

ANEXOS AO MANUAL DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

ANEXO I. Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia (Item 2 do Anexo C da Resolução CVM 80/22)	Pág. 24
ANEXO II. Informações dos Candidatos Indicados pelo Acionista Controlador a Membros do Conselho de Administração (Itens 7.3 a 7.6 do Anexo C da Resolução CVM 80/22)	Pág. 90
ANEXO III. Informações dos Candidatos Indicados pelo Acionista Controlador e Acionistas Minoritários a Membros do Conselho Fiscal (Itens 7.3 a 7.6 do Anexo C da Resolução CVM 80/22)	Pág. 102
ANEXO IV. Informações Requeridas no art. 13 da Resolução CVM nº 81/22 (Item 8 do Anexo C da Resolução CVM 80/22)	Pág. 112
ANEXO V. Declarações dos Candidatos a Membros Independentes do Conselho de Administração	Pág. 143

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Recife/PE, 27 de março de 2023.

Prezados Acionistas,

O presente manual tem por objetivo prestar esclarecimentos acerca das matérias a serem deliberadas na próxima Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") da Ser Educacional S.A. ("Companhia" ou "Ser Educacional") a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 14h00.

A Assembleia será realizada na sede social da Companhia, localizada na Avenida da Saudade, 254, bairro de Santo Amaro – Sala do Conselho de Administração, na cidade de Recife/PE, às 14h00, de forma híbrida (parcialmente digital), sendo possível a participação presencial ou remota, conforme instruções contidas neste manual.

Tendo em vista que este é um momento importante para esclarecer dúvidas, conhecer os resultados alcançados pela Companhia e, acima de tudo, para exercer seu direito de voto e participar ativamente das decisões sobre temas relevantes da Companhia, seguem abaixo informações a respeito dos procedimentos e prazos relativos à Assembleia, bem como a apresentação das propostas da Administração para cada uma das matérias objeto de deliberação.

Nesse sentido, em observância ao procedimento previsto na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), conforme alterada, os acionistas poderão participar da Assembleia e exercer o voto presencialmente, por meio digital ou por meio de preenchimento e entrega do boletim de voto à distância disponibilizado pela Companhia na página da CVM e, também, em sua própria página na rede mundial de computadores. As orientações para exercício do voto por meio do boletim de voto a distância estão detalhadas no decorrer deste documento.

Atenciosamente,

José Janguê Bezerra Diniz

Presidente do Conselho de Administração

Orientações para Participação na Assembleia

A Assembleia será realizada na sede social da Companhia, de forma híbrida (parcialmente digital), sendo possível a participação presencial ou remota, conforme instruções contidas neste manual.

A participação dos acionistas na Assembleia poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído ou por meio de envio de boletim de voto à distância, nos termos da Resolução CVM 81.

A administração da Companhia disponibilizará aos acionistas um sistema eletrônico para participação a distância durante a assembleia e recomenda aos acionistas que o utilizem ou exerçam seu direito de voto através dos boletins de voto a distância disponibilizados pela Companhia nos termos da Resolução CVM nº 81/22.

Para fins de participação presencial, os acionistas poderão comparecer à sede da Companhia na data da Assembleia e proferir seus votos ou, caso não possam fazer-se presentes, lhes é facultado nomear um procurador, observando-se as regras descritas abaixo de legitimação e representação.

Acionista Presente

O acionista que desejar participar da Assembleia deverá se apresentar alguns minutos antes do horário indicado no Edital de Convocação para sua realização (ou seja, 14h00 do dia 28 de abril de 2023), portando os seguintes documentos:

- pessoa física: (i) comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Ser Educacional, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia, no máximo, 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia; e (ii) cópia de documento de identificação com foto. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas;
- pessoa jurídica: (i) comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Ser Educacional, expedido por instituição financeira depositária e/ou agente de custódia, no máximo, 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia; (ii) cópia de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do acionista; e (iii) cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); e
- acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento: (i) comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Ser Educacional, expedido por instituição financeira depositária e/ou agente de custódia, no máximo, 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia; (ii) cópia de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor, conforme o caso); (iii) cópia autenticada do último Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato Social do seu administrador (ou do gestor, conforme o caso); e (iv) a ata de eleição do representante legal e/ou procuração.

A Companhia exigirá a tradução juramentada de documentos que não tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa.

Acionista Representado por Procurador

O acionista que não puder comparecer à Assembleia poderá ser representado por procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, na forma prevista no parágrafo 1º do Art. 126 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

As procurações, nos termos do parágrafo 1º do Art. 126 da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Ser Educacional, (ii) ser advogado ou (iii) ser instituição financeira. Para os acionistas que sejam pessoas jurídicas, conforme entendimento proferido pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), não há a necessidade de o mandatário ser (i) acionista ou administrador da Ser Educacional, (ii) advogado ou (iii) instituição financeira.

O Parágrafo Primeiro do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia solicita que os documentos de representação abaixo descritos sejam depositados na sede social da Ser Educacional em até 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia (ou seja, até às 14h00 do dia 26 de abril de 2023).

Documentos de Representação:

- Instrumento de mandato (Procuração), com poderes especiais para representação na Assembleia;
- Comprovante da titularidade das ações de emissão da Ser Educacional, expedido por instituição financeira depositária e/ou agente de custódia, no máximo, 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia;
- Documento de identificação com foto do(a) procurador(a);
- Estatuto Social ou Contrato Social e documentos societários que possam evidenciar a representação legal do acionista, caso o acionista seja uma pessoa jurídica; e
- Caso o acionista seja constituído sob a forma de fundo de investimento, (i) regulamento consolidado mais atualizado do fundo; e (ii) estatuto social ou ato(s) constitutivo(s) mais atualizado(s) do administrador ou gestor, conforme o caso, de acordo com a política de voto do fundo e documentos societários que possam evidenciar poderes de representação.

A solicitação de depósito prévio da documentação necessária pelo acionista que pretende fazer-se representar por procurador legalmente constituído visa somente facilitar os trabalhos de preparação da Assembleia, não representando obstáculo à sua participação.

Importante registrar que as procurações outorgadas no exterior deverão ter reconhecimento das assinaturas por Tabelião Público ou Notário Público devidamente

habilitado para este fim, consularizadas em consulado brasileiro ou apostiladas e traduzidas para o português por tradutor juramentado.

A Companhia examinará a procuração e os documentos comprobatórios de representação e, se não puder validar a representação com base nos documentos recebidos, não entregará a procuração para o procurador designado acima.

Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo.

Os documentos de representação deverão ser enviados à Ser Educacional S.A., na Avenida da Saudade, 254, CEP 50100-200, Santo Amaro - Recife, PE, Brasil, aos cuidados da área de Relações com Investidores.

Acionista optante pela participação através do sistema de participação remota

O acionista que optar por participar da Assembleia de forma remota por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, o Microsoft Teams ("Sistema Eletrônico") participará e votará de forma remota na Assembleia, que serão transmitidas ao acionista de forma digital, em tempo real. Para participação pelo Sistema Eletrônico os acionistas deverão utilizar computador/notebook/telefone celular ou equipamento equivalente que possua câmera de vídeo e áudio, observadas as instruções abaixo.

A Companhia informa que solicita que os acionistas interessados em participar e/ou votar na Assembleia por meio do Sistema Eletrônico enviem até às 14h00 do dia 27 de abril de 2023 um e-mail por escrito para a Companhia, no endereço eletrônico ri@sereducacional.com, manifestando seu interesse em participar de forma remota da Assembleia, e solicitando o link de acesso ao Sistema Eletrônico ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá conter: **(i)** a identificação completa do acionista, incluindo seu Cadastro Nacional da Pessoa Física (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoas jurídica (CNPJ), conforme o caso; **(ii)** telefone e endereço de e-mail do solicitante; e **(iii)** cópia simples dos documentos necessários para legitimação e representação, conforme indicado neste manual, ficando dispensado excepcionalmente neste caso o envio da via física da documentação. Os acionistas que enviarem a documentação de forma digital serão responsáveis pela sua veracidade.

Verificada a regularidade dos documentos enviados para participação na Assembleia, a Companhia enviará para o e-mail do acionista (ou a seus procuradores, conforme o caso), assim que possível: **(i)** o link e as informações de acesso e habilitação à sala de reunião virtual da Assembleia; e **(ii)** o link para acesso e consulta aos documentos e informações referentes aos assuntos da ordem do dia da Assembleia, os quais também estarão disponíveis na sede da Companhia. Caso determinado acionista não receba as senhas de acesso até 23h59 do dia 27 de abril de 2023, tal acionista deverá entrar em contato com a Companhia entre 10h e 13h do dia 28 de abril de 2023 por meio do e-mail ri@sereducacional.com, para que seja prestado o suporte necessário em tempo hábil.

O acionista que se cadastrar para participar da Assembleia por meio do Sistema Eletrônico poderá optar entre: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o boletim de voto a distância; ou (ii) participar e votar na Assembleia, situação em

que, se já tiver enviado o boletim de voto a distância, suas instruções de voto recebidas por meio do boletim de voto a distância, identificado por meio do número de sua inscrição no CPF ou CNPJ, serão desconsideradas.

Na data da Assembleia, o link de acesso ao Sistema Eletrônico estará disponível a partir de 30 minutos de antecedência, sendo que o registro da presença da acionista via Sistema Eletrônico somente se dará mediante o acesso via link.

O acionista devidamente cadastrado que participar por meio do Sistema Eletrônico será considerado presente na Assembleia (podendo exercer seus respectivos direitos de voto) e assinante da respectiva ata, nos termos da Resolução CVM 81.

Após o início da Assembleia, a sala de reunião virtual será fechada e não serão possíveis novos ingressos (exceto em caso de acionistas que percam momentaneamente conexão, a quem será dado prazo para reingresso na conferência), independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem o Sistema Eletrônico para participação da Assembleia com 15 minutos de antecedência. Para melhor andamento da reunião, eventuais manifestações de voto por escrito de acionistas participando remotamente deverão ser enviados à Companhia pelo e-mail ri@sereducacional.com.

Requisitos técnicos

Para participação pelo Sistema Eletrônico os acionistas deverão utilizar computador/notebook/telefone celular ou equipamento equivalente que possua câmera de vídeo e áudio, observadas as instruções no link a seguir: <https://learn.microsoft.com/pt-br/microsoftteams/hardware-requirements-for-the-teams-app>.

A Companhia não se responsabilizará por problemas operacionais, pela conexão e acesso à internet dos acionistas e representantes legais durante a Assembleia e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia. A Assembleia será gravada, nos termos do artigo 28, § 1º, inciso II da Resolução CVM 81.

Acionista optante pela participação através do sistema de votação à distância

Orientações para Participação mediante o envio de Boletim de voto à distância

Em atendimento ao disposto pelo artigo 26 da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação à distância na Assembleia.

Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar, a partir desta data e até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia Geral Ordinária (ou seja, até 21 de abril de 2023), o boletim de voto a distância por meio de:

- (i) instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central;
- (ii) instruções de preenchimento transmitidas para o **ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira contratada pela Companhia para a

prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários, no caso de ações que não estejam depositadas em depositário central; ou

- (iii) envio diretamente à Companhia, conforme os Boletins de Voto disponibilizados na página da Companhia (<http://ri.sereducacional.com/>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores (*internet*).

Ressalvada a exceção prevista na Resolução CVM 81, caso haja divergência entre eventual boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação prevalecerá, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada.

Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da Assembleia, portando os documentos exigidos conforme estabelecido na seção “**Acionista Presente**”, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas.

Exercício por prestadores de serviços – sistema de voto à distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central, ou para o **ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários, no caso de ações que não estejam depositadas em depositário central, observadas as regras e prazos por esses determinadas. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com o **ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**, conforme o caso, e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Nos termos da Resolução CVM 81, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para o escriturador em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 21 de abril 2023 (inclusive), salvo se prazo mais benéfico for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador. Referidos prestadores de serviço comunicarão aos acionistas o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os procedimentos e prazos aplicáveis.

Vale notar que, conforme determinado pela Resolução CVM 81, os referidos prestadores de serviços, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia ou escriturador, desconsiderarão eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo

número de inscrição no CPF ou CNPJ.

Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Av. da Saudade, 254, Santo Amaro, Recife/PE – Brasil, CEP: 50.100-200, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

- (i)** via física original ou digitalização da via original do boletim de voto a distância relativo à Assembleia, devendo estar devidamente preenchidos, rubricados e assinados e com firmas reconhecidas, bem como a notarização e consularização, caso assinado no exterior;
- (ii)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia nos termos do Art. 40 da Lei das S.A., para fins de comprovar sua qualidade de acionista (a Companhia dispensará a apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais constante da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária); e
- (iii)** cópia autenticada ou digitalização da via original dos documentos descritos acima nas seções Acionista Presente e Acionista Representado por Procurador, conforme o caso.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos em **(i)**, **(ii)** e **(iii)** acima aos cuidados de seu Departamento de Relações com Investidores, para o endereço eletrônico ri@sereducacional.com. Para envio do documento referido em **(i)** acima, a Companhia recomenda que o boletim de voto seja assinado digitalmente com o uso de certificado digital (ICP-Brasil).

Nos termos da Resolução CVM 81, o boletim de voto a distância enviado diretamente à Companhia deverá ser recebido até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 21 de abril de 2023.

Uma vez recebidos os documentos referidos em **(i)**, **(ii)** e **(iii)** acima, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Resolução CVM 81.

Caso o boletim de voto seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos nos itens **(ii)** e **(iii)** acima, este será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no boletim de voto.

Ainda, na hipótese descrita acima, nos termos da regulamentação vigente, a Companhia comunicará ao acionista, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do boletim de voto, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido e os procedimentos e prazos para eventual retificação e reenvio, caso necessário.

Lembramos que a equipe de Relações com Investidores está ao dispor para esclarecer quaisquer dúvidas sobre procedimentos, prazos e matérias para deliberação através dos seguintes canais de comunicação:

Ser Educacional – Relação com os Investidores

Endereço Eletrônico: ri@sereducacional.com

Telefone: + 55 11 97093-2225

Informações Adicionais

O acionista que decidir votar a distância será considerado presente para todos os efeitos da Lei das S.A., desde que o respectivo boletim de voto a distância seja considerado válido pela Companhia.

A instrução de voto proveniente de um mesmo acionista será atribuída a todas as ações detidas por aquele CPF ou CNPJ, conforme o caso, de acordo com as posições acionárias fornecidas pelo agente escriturador.

Caso haja divergência entre as informações constantes de eventual boletim de voto a distância enviado diretamente à Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação enviado pelo escriturador em relação a um mesmo acionista, a instrução de voto contida no mapa de votação enviado pelo agente escriturador prevalecerá, sendo desconsiderado o referido boletim de voto a distância recebido pela Companhia.

Também serão desconsideradas, pela mesa da Assembleia, instruções de voto a distância de acionistas ou representantes de acionistas que, comparecendo fisicamente à Assembleia, solicitarem exercer o voto presencialmente.

Conflito de Interesses

Durante a realização da Assembleia, assim como ocorre nas reuniões dos órgãos de administração e fiscalização da Companhia, os acionistas presentes deverão manifestar-se em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses em quaisquer matérias em discussão ou deliberação, nas quais sua independência venha a ser comprometida. Também deverá manifestar-se qualquer acionista presente que tenha conhecimento de situação conflituosa em relação a outro acionista e a matéria objeto da deliberação. Quando manifestado o conflito de interesse, o acionista conflitado deverá abster-se na deliberação em relação àquele assunto. Caso o acionista conflitado se recuse de abster-se das deliberações, o presidente da Assembleia deverá determinar a anulação dos votos conflitados proferidos, ainda que posteriormente à Assembleia.

Editais de Convocação

SER EDUCACIONAL S.A
CNPJ 04.986.320/0001-13
NIRE 26.3.0001679-6

Companhia Aberta

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os Senhores Acionistas da Ser Educacional S.A. ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 14h00, na sede social da Companhia, situada na Avenida da Saudade, 254, bairro de Santo Amaro, sala do Conselho de Administração, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, com a possibilidade de participação remota (sistema híbrido), a fim de deliberarem sobre o seguinte:

ORDEM DO DIA: **(a)** apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(b)** absorção, pela reserva de lucros, do prejuízo apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(c)** aprovação do orçamento de capital para o exercício de 2023; **(d)** determinação do número efetivo de membros do Conselho de Administração; **(e)** enquadramento dos membros independentes do Conselho de Administração; **(f)** eleição dos membros do Conselho de Administração; **(g)** instalação do Conselho Fiscal; **(h)** eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; **(i)** aprovação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício social de 2023; e **(j)** alteração do jornal de divulgação utilizado pela Companhia.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Todos os documentos e informações necessárias ao exercício do direito de voto pelos acionistas, em especial o Manual de Participação dos Acionistas na Assembleia, que inclui as propostas da administração quanto às matérias a serem deliberadas, bem como todos os demais documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia, encontram-se à disposição na sede da Companhia, na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.sereducacional.com/>), na rede mundial de computadores (*internet*).

A participação dos acionistas na Assembleia poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído, remota por meio de sistema eletrônico ou por meio de envio de boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81").

O acionista que optar por participar da Assembleia de forma remota por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, o *Microsoft Teams* ("Sistema Eletrônico") participará e votará de forma remota na Assembleia, que será transmitida ao acionista de forma digital, em tempo real. Para participação pelo Sistema Eletrônico os acionistas

deverão utilizar computador/notebook/telefone celular ou equipamento equivalente que possua câmera de vídeo e áudio, observadas as instruções abaixo.

A Companhia informa que solicita que os acionistas interessados em participar e/ou votar na Assembleia por meio do Sistema Eletrônico enviem até às 14h00 do dia 27 de abril de 2023 um e-mail por escrito para a Companhia, no endereço eletrônico ri@sereducacional.com, manifestando seu interesse em participar de forma remota da Assembleia, e solicitando o link de acesso ao Sistema Eletrônico ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá conter: **(i)** a identificação completa do acionista, incluindo seu número de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso; **(ii)** telefone e endereço de e-mail do solicitante; e **(iii)** cópia simples dos documentos necessários para legitimação e representação, conforme indicado no Manual de Participação dos Acionistas na Assembleia, ficando dispensado excepcionalmente neste caso o envio da via física da documentação. Os acionistas que enviarem a documentação de forma digital serão responsáveis pela sua veracidade.

Verificada a regularidade dos documentos enviados para participação na Assembleia, a Companhia enviará para o e-mail do acionista (ou a seus procuradores, conforme o caso), assim que possível: **(i)** o link e as informações de acesso e habilitação à sala de reunião virtual das Assembleias; e **(ii)** o link para acesso e consulta aos documentos e informações referentes aos assuntos da ordem do dia da Assembleia, os quais também estarão disponíveis na sede da Companhia. Caso determinado acionista não receba as senhas de acesso com até as 23h59 do dia 27 de abril de 2023, tal acionista deverá entrar em contato com a Companhia entre 10h e 13h do dia 28 de abril de 2023 por meio do e-mail ri@sereducacional.com, para que seja prestado o suporte necessário em tempo hábil.

A Companhia não se responsabilizará por problemas operacionais, pela conexão e acesso à internet dos acionistas e representantes legais durante a Assembleia e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia.

Para informações adicionais sobre a participação do acionista por meio do Sistema Eletrônico, ver o Manual de Participação dos Acionistas na Assembleia.

Os acionistas podem se fazer representar por procurador constituído por instrumento público ou particular, há menos de 1 (um) ano, conferido exclusivamente a acionista maior e capaz, administrador da Companhia ou advogado, ou, ainda, por instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos, devendo o instrumento conter os requisitos elencados na Lei das S.A. e na Resolução CVM 81. As acionistas pessoas jurídicas podem ser representadas por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, de acordo com os seus atos constitutivos, não precisando nesse caso o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. A Companhia exige o reconhecimento de firma em procurações, bem como a notariação, consularização ou apostilamento e tradução juramentada no caso de procurações outorgadas no exterior.

Com o objetivo de promover agilidade no processo de realização da Assembleia, a Companhia solicita aos acionistas o depósito de procurações e documentos de representação com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores na sede da Companhia, em conformidade com o parágrafo primeiro do art. 10 do Estatuto Social da Companhia. Não obstante, os

acionistas que comparecerem à Assembleia munidos dos documentos exigidos poderão participar e votar, ainda que tenham deixado de depositá-los previamente.

Observando o procedimento previsto na Resolução CVM 81, os acionistas poderão participar da Assembleia e exercer o voto por meio de preenchimento e entrega do boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto a distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Resolução CVM 81, bem como as orientações e prazos constantes do Manual para Participação na Assembleia.

O percentual mínimo para adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos da Resolução CVM nº 70/22 e do artigo 5º da Resolução CVM nº 81/22. Ainda, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, o requerimento para a adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, não obstante a Companhia solicita que eventuais requerimentos sejam feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento e a participação dos demais acionistas.

Recife/PE, 27 de março de 2023.

José Janguê Bezerra Diniz

Presidente do Conselho de Administração

Proposta da Administração para deliberação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2023

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da **SER EDUCACIONAL S.A.** ("Companhia" ou "Ser Educacional"), em conformidade com as disposições previstas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81") vem apresentar aos Senhores Acionistas as seguintes propostas, apresentando os esclarecimentos necessários a cada um dos itens que devem ser deliberados, para que os acionistas possam votar de forma consciente e informada na Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia 28 de abril de 2023.

(a) Apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A Administração propõe a V. Sas. a aprovação do relatório da administração, das contas dos administradores e das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do conselho fiscal, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 23 de março de 2023.

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S., empresa especializada de auditoria independente da Companhia, emitiu parecer sem ressalvas a respeito das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. No mesmo sentido, o Conselho Fiscal da Companhia emitiu parecer sem ressalvas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o referido exercício, em reunião realizada em 23 de março de 2023.

A Administração recomenda a V. Sas. que examinem detidamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, o relatório dos administradores, as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes e do conselho fiscal, os quais foram devidamente disponibilizados à consulta de V. Sas. no dia 24 de março de 2023, na página eletrônica da Companhia (<http://ri.sereducacional.com/>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores (internet)

Por fim, a Administração ressalta que, em atendimento ao disposto no artigo 10º, inciso III, da Resolução CVM 81, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, estão disponíveis nas páginas eletrônicas da Companhia (<http://ri.sereducacional.com/>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores (internet), além de constarem como **Anexo I** à presente Proposta.

(b) Absorção, pela reserva de lucros, do prejuízo apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022:

O prejuízo da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 222.147.776,57 (duzentos e vinte e dois milhões, cento e quarenta e sete mil, setecentos e setenta e seis reais e cinquenta e sete centavos).

Conforme previsto no art. 189, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Dessa maneira, a Administração submete aos acionistas, recomendando a sua aprovação em Assembleia, a absorção da totalidade do prejuízo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 222.147.776,57 (duzentos e vinte e dois milhões, cento e quarenta e sete mil, setecentos e setenta e seis reais e cinquenta e sete centavos), pela reserva de lucros da Companhia.

As informações referentes à absorção do prejuízo ora proposta estão devidamente refletidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, as quais foram amplamente divulgadas, nos termos da legislação vigente.

Ressalte-se que a Companhia está dispensada de prestar as informações requeridas pelo "Anexo A" da Resolução CVM nº 81/22, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022¹.

O Conselho Fiscal da Companhia manifestou-se favoravelmente à referida proposta de absorção do prejuízo conforme parecer divulgado no *website* da Companhia (<http://ri.sereducacional.com/>), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), em 24 de março de 2023.

(c) aprovação do orçamento de capital para o exercício de 2023

A Diretoria desenvolveu um plano de investimentos para o exercício de 2023 que prevê investimentos em equipamentos, informática, construções e instalações. Nesse sentido, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A., o Conselho de Administração submete aos acionistas e recomenda a aprovação do orçamento de capital correspondente pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia, conforme o disposto pela tabela abaixo do Plano de Investimentos/Orçamento de Capital:

Uso de Recursos (R\$ mil)

Máquinas, equipamentos, ferramentas, laboratórios e bibliotecas	20.626
Informática (hardware e software) / Intangível	35.548
Construções e instalações	41.256
Total de investimentos previstos para 2023	97.430

As fontes de financiamento propostas para o orçamento de capital da Companhia para o exercício de 2023 serão:

Fonte dos recursos (R\$ mil)

¹ Conforme decisão do Colegiado da CVM, de 27.09.2011, no âmbito do Processo CVM nº RJ2010/14687.

Reserva de retenção de lucros, com base no art. 196 da Lei das S.A. 253.380

Diante do acima exposto, o Conselho de Administração também submete aos Acionistas e propõe a aprovação deste orçamento de capital pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

(d) Determinação do número efetivo de membros do Conselho de Administração

Nos termos do disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o qual estabelece orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas, incluindo os preparativos para a Assembleia, a definição do número de membros do Conselho de Administração deve ser objeto de deliberação quando o estatuto social dispõe sobre um número mínimo e um número máximo de conselheiros.

O caput do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, todos com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Desta forma, a Administração da Companhia propõe a eleição de 6 (seis) membros para compor o Conselho de Administração, sendo 4 (quatro) Conselheiros Independentes.

(e) Enquadramento dos membros independentes do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração deve ser objeto de deliberação pela Assembleia Geral da Companhia.

Os candidatos às vagas de conselheiros independentes assinaram declarações atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, conforme consta no **Anexo V** desta Proposta.

Considerando o exposto acima, a Administração da Companhia recomenda aos acionistas que aprovem, no âmbito da Assembleia Geral Ordinária, o enquadramento dos Srs. Herbert Steinberg, Flávio César Maia Luz, Sidney Levy e Iara de Moraes Xavier Braga como candidatos a membros independentes do Conselho de Administração.

(f) Eleição dos membros do Conselho de Administração

Tendo em vista o encerramento do mandato dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 140 da Lei das S.A. e do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, compete à assembleia geral a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

O acionista controlador da Companhia propõe a eleição, para um mandato de 1 (um) ano ou seja, até a assembleia geral ordinária que aprovar as contas da Companhia referentes ao exercício social de 2023, da seguinte chapa composta pelos candidatos a membros do Conselho de Administração a seguir:

Candidatos a Membros do Conselho de Administração

Nomes	Membros Independentes
José Janguê Bezerra Diniz	Não
Francisco Muniz Barreto	Não
Iara de Moraes Xavier Braga	Sim
Herbert Steinberg	Sim
Flávio César Maia Luz	Sim
Sidney Levy	Sim

Ressalte-se que as informações requeridas pelo art. 11 da Resolução CVM 81 estão disponíveis para consulta dos Acionistas no **Anexo II** desta Proposta, além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (www.sereducacional.com.br/ri), bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

O acionista que desejar indicar candidatos para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito ou fazê-lo na Assembleia, informando o nome completo e qualificação dos candidatos, incluindo (i) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; (ii) o currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias; e (iii) as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme disposto pela Resolução CVM 81.

Os membros do Conselho de Administração poderão ser eleitos por votação majoritária ou por voto múltiplo. A adoção da votação por voto múltiplo ocorrerá caso acionistas representando ao menos 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia assim requeiram. Para o Conselho de Administração composto por 6 (seis) membros e considerando a presença de ações representando a totalidade do capital social na Assembleia (128.334.760 ações, constituídas por 128.721.560 ações emitidas, descontadas das 386.800 ações em tesouraria), são necessários, no mínimo, 18.333.538 ações, ou 110.001.229 votos (atribuindo-se a cada ação 6 (seis) votos, nos termos do caput do artigo 141 da Lei das S.A.), para a eleição de um membro do Conselho de Administração da Companhia. Tais quantidades podem variar na Assembleia conforme o número efetivo de ações presentes e admitidas à votação.

Ainda com relação à eleição de Conselheiros de Administração pelos acionistas não controladores, ressalta-se que na reunião realizada em 11/04/2006, o Colegiado da CVM deliberou manter a interpretação do artigo 141, parágrafo 5º, da Lei das S.A. dada na reunião de 08/11/2005 (Processo CVM RJ/2005/5664), que, nos casos em que a companhia somente tenha emitido ações com direito a voto, terão direito de eleger e destituir um membro e seu suplente do Conselho de Administração, em votação em separado na

assembleia geral, excluído o acionista controlador, a maioria dos titulares que detenham pelo menos 10% do total de ações com direito a voto e que comprovarem a titularidade ininterrupta de tal participação acionária durante o período de 3 (três) meses anteriores à data da Assembleia.

(g) Instalação do Conselho Fiscal

A Administração da Companhia propõe a instalação do Conselho Fiscal no exercício de 2023, tendo em vista o incremento de governança corporativa decorrente do desempenho da função de fiscalização da gestão da administração pelo Conselho Fiscal.

(h) Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal

Nos termos do artigo 24 do Estatuto Social, o Conselho Fiscal, quando instalado, será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com o mandato até a assembleia geral ordinária seguinte à de sua eleição.

De acordo com o artigo 162 da Lei das S.A., somente podem ser eleitos para o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no país, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro Fiscal.

Ademais, são inelegíveis para o Conselho Fiscal, além das pessoas enumeradas nos parágrafos do artigo 147, §1º, da Lei das S.A., membros de órgãos de administração e empregados da Companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da Companhia.

O acionista controlador indica a seguinte chapa composta pelos candidatos abaixo para o mandato até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre os resultados do exercício de 2023:

Conselheiros Efetivos	Conselheiros Suplentes
Fernando Eduardo Ramos dos Santos Nazareno Habib Ouvidor Bichara	Antônio Carlos Moreira Ventura Francisco de Assis Gomes Silva

A Companhia informa que recebeu indicação de acionistas minoritários para concorrerem ao cargo de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, para eleição em separado de membro e seu respectivo suplente, uma vez que a Companhia preenche o requisito previsto no parágrafo 4º do artigo 161 da Lei das S.A., conforme decisão proferida no Processo CVM RJ 2007/11086.

Os acionistas minoritários indicaram o seguinte candidato para concorrer à eleição em separado de membro e seu respectivo suplente, com mandato até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre os resultados do exercício de 2023:

Conselheiro Efetivo	Conselheiro Suplente
José Écio Pereira da Costa Jr.	Nelson Luiz Paula de Oliveira

Nos termos da Lei das S.A. e da Resolução CVM 81, poderá haver a indicação de outros candidatos para as vagas de representantes dos acionistas minoritários para o Conselho Fiscal da Companhia.

O acionista que desejar indicar candidato para o Conselho Fiscal poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação do candidato. A Companhia recomenda ao acionista que deseja indicar candidato para o Conselho Fiscal que apresente o nome completo, qualificação, currículo profissional completo do candidato e demais informações requeridas no artigo 11 da Resolução CVM 81, observadas as regras e condições de eleição previstas no artigo 162, combinado com o artigo 147, ambos da Lei das S.A.

A despeito dos procedimentos de indicação prévia e divulgação, o candidato a membro do Conselho Fiscal poderá ser apresentado na própria Assembleia Geral pelo acionista, por grupo de acionistas, pessoalmente ou por meio de procurador, que deverão apresentar os documentos e informações acima mencionados.

Tendo em vista o entendimento da CVM de que a eleição de suplente de membro do Conselho Fiscal é obrigatória para assegurar a efetividade do órgão, a Companhia recomenda aos acionistas que submeterem a indicação de candidato que também indiquem um candidato a exercer o cargo de respectivo suplente.

As informações sobre eventuais candidatos serão disponibilizadas na sede da Companhia, no seu website (<http://ri.sereducacional.com/>), e no website da CVM (www.cvm.gov.br).

Destaca-se que as informações requeridas no artigo 11 da Resolução CVM 81, relativas aos candidatos indicados pelos acionistas controladores para compor o Conselho Fiscal se encontram no **Anexo III** da Proposta, além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (<http://ri.sereducacional.com/>), bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

(i) Aprovação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício social de 2023

Nos termos do artigo 152 da Lei das S.A., compete à Assembleia Geral estabelecer a remuneração global anual dos administradores. O Conselho de Administração propõe aos Acionistas a aprovação da remuneração global anual dos administradores da Companhia (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração) no valor de R\$11.565 mil. A remuneração proposta para deliberação da Assembleia Geral Ordinária é uma estimativa que considera o montante máximo que pode vir a ser pago aos membros da Diretoria. Destacamos que o Conselho de Administração faz jus somente a uma remuneração fixa.

Do valor total de remuneração proposta para os Administradores da Companhia, R\$4.360 mil destina-se à remuneração fixa do Conselho de Administração e o montante máximo de R\$7.205 mil destina-se à remuneração fixa e variável da Diretoria Estatutária.

A proposta do valor total da remuneração para os membros do Conselho de Administração ficou aproximadamente 5,1% superior ao montante aprovado para o exercício social de 2022, que foi no valor total de R\$4.149 mil, em função do repasse da inflação e adequação da remuneração face o crescimento da Companhia. Em conformidade com o entendimento

proferido pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 08 de dezembro de 2020 (Processo nº 19957.007457/2018-10), os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei das S.A., assim não foram integrados ao montante de remuneração global sujeito à aprovação da Assembleia Geral.

A proposta do valor total da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária está aproximadamente 34,1% inferior ao montante aprovado para o exercício social de 2022, que foi no valor total de R\$ 10.938 mil. Essa redução se deve principalmente ao pagamento do incentivo de longo prazo adotado pela Companhia a partir de 1 de junho de 2019, conforme aprovado pela AGO 2022, e pago também em 2022, que portanto não está previsto se repetir em 2023. A remuneração fixa teve aumento de 11,9%, em função do repasse da inflação e adequação salarial de membros da diretoria.

Se considerarmos o cálculo da remuneração total dos membros da Diretoria para 2023, incluindo provisionamento do pagamento de bônus de remuneração variável por atingimento de metas, comparado com o valor realizado em 2022, houve uma redução de 33,4%.

A Administração da Companhia propõe, ainda, que a Assembleia aprove o montante global anual da remuneração dos membros do Conselho Fiscal no valor de R\$ 379 mil, valor que atende aos parâmetros previstos no artigo 162, §3º, da Lei das S.A. Em comparação à remuneração dos membros do Conselho Fiscal realizada no exercício social de 2022, houve um aumento de 5,3%, devido ao reajuste salarial. Em conformidade com o entendimento proferido pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 08 de dezembro de 2020 (Processo nº 19957.007457/2018-10), os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei das S.A., assim não foram integrados ao montante de remuneração global sujeito à aprovação da Assembleia Geral.

A proposta do valor total da remuneração dos membros do Conselho Fiscal está de acordo com o disposto no art. 162, §3º, da Lei das S.A.

As informações relacionadas à remuneração dos Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no art. 13 da Resolução CVM 81, estão disponíveis na sede da Companhia, na página eletrônica da Companhia (<http://ri.sereducacional.com/>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), bem como no **Anexo IV** à Proposta.

(j) Alteração do jornal de divulgação utilizado pela Companhia.

A Administração da Companhia propõe a substituição dos jornais de divulgação de suas publicações legais, passando, a partir do exercício de 2023, a utilizar o Diário de Pernambuco em substituição aos jornais “Valor Econômico” e “Jornal do Commercio”, como medida de otimização de suas atividades de publicação legais.

ANEXO I

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA
COMPANHIA REQUERIDAS NOS TERMOS DO ART. 10, INCISO III, DA RESOLUÇÃO
CVM 81/2022**

(ITEM 2 DO ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80/22)

2. Comentários dos diretores

(2.1) – Os diretores devem comentar sobre

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia e se baseiam nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022. As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia.

Assim como nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia, os itens e informações incluídos neste item 2 estão expressos na moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). Com isso, exceto quando expresso de forma diferente, as informações são apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional da Ser Educacional S.A. e de todas as suas controladas e coligadas.

Os Diretores destacam que as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS - *International Financial Reporting Standards*), emitidos pelo IASB (*International Accounting Standard Board*).

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

Em 31 de dezembro de 2022, a Ser Educacional possuía 38 empresas constituídas sob a forma de sociedades empresariais de responsabilidade limitada, com 62 *campi* em operação, distribuídos entre 54 credenciamentos em atividades, sendo 2 universidades, 26 centros universitários e 31 faculdades, além de 948 polos de ensino digital em operação, constituindo um dos maiores grupos privados de educação do Brasil e com presença mais relevante nas regiões Nordeste e Norte em número de alunos matriculados, e presente também nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. A Companhia também possui unidades já credenciadas, que podem ser abertas para operação, conforme plano de expansão orgânica da Companhia.

Em 2022, seguindo sua estratégia, a Companhia acelerou seu plano para construir um modelo de negócios que visa possibilitar a Companhia a se adaptar rapidamente às tendências de mercado, com portfólio moderno de cursos, bem como uma plataforma completa, *asset light* de distribuição com capilaridade nacional. Com isso, a Ser manteve o seu objetivo de construção gradual de um ecossistema completo de educação continuada que possibilita a manutenção da construção de vantagens competitivas, baseada em uma proposta de experiência e valor diferenciada aos alunos, em um mercado de ensino superior, que será cada vez mais digitalizado, multidisciplinar, continuado e *omnichannel*.

Nesse sentido, o segmento de Ensino Digital passou a ser parte importante desse processo. Remodelado a partir do segundo semestre de 2020, o EAD da Ser Educacional se transformou em Ensino Digital, trazendo muitas novidades, como cursos modernos e aderentes às necessidades do mercado de trabalho, introdução do conceito de formatura acelerada e entrada sem necessidade de formação de turma. Tudo isso com conteúdos novos, intuitivos e interativos que utilizam os melhores conceitos pedagógicos e padrões de qualidade, por meio de marcas reconhecidas no mercado de trabalho, tais como a *Singular Tech School*. Trata-se de uma escola de tecnologia criada em parceria com as maiores empresas do mundo no ramo, com foco na criação de cursos de tecnologia, um segmento

de mercado que possui grande carência de profissionais, mesmo em um país que ainda experimenta elevadas taxas de desemprego. Essas mudanças foram baseadas em uma estratégia comercial que também foi remodelada, do ponto de vista de reposicionamento das marcas, preços e canais de distribuição. Com essas iniciativas, o resultado do Ensino Digital tornou-se relevante na Ser Educacional, representando 53,0% da base de alunos do segundo semestre de 2022 e 21,2% da receita líquida.

A inovação nesse segmento seguiu ainda em novas avenidas de crescimento. Ao longo de 2021, foram criadas modalidades de ofertas, via portais de e-commerce e o lançamento da GoKursos, novo portal de cursos online com mais de 15 mil cursos digitais, além de canais que são tendência no mercado como: modelo de compras avulsas, por assinaturas, cursos de parceiros em sistema de *revenue share*, entre outras novidades em uma plataforma moderna e intuitiva.

Essa transformação só foi possível com a introdução da nova metodologia de ensino, a Ubíqua. Baseada no modelo TPACK - *Technological Pedagogical Content Knowledge* (Conhecimento Tecnológico e Pedagógico do Conteúdo) - utiliza metodologias ativas de ensino, com tecnologia de ponta e conteúdo construído de forma flexível para proporcionar a criação de novos cursos e novos formatos de distribuição e otimizar resultados, a Ubíqua permite à Ser Educacional a flexibilidade necessária para estruturar cursos e formatos de distribuição que possibilitam explorar novos segmentos de mercados e formatos de oferta.

Outro aspecto importante no plano de expansão do ecossistema de educação continuada são as aquisições. Em 2022, o crescimento do ecossistema de educação continuada seguiu avançando, com o lançamento da rede social profissional Peixe30, que ajuda profissionais e recrutadores a procurar e criar vagas de trabalho, e a fintech b.Uni, criada em dezembro de 2021, com objetivo de oferecer serviços financeiros com foco no mercado de ensino superior. A fintech b.Uni recebeu autorização do Banco Central do Brasil para operar como SCD (Sociedade de Crédito Direto) em 2023. Além disso, em 2022, a Companhia anunciou a conclusão de três aquisições.

Em 14 de janeiro de 2022, após cumprimento das condições precedentes, foi realizada a conclusão financeira do Contrato de Cessão e Transferência de Ações e a efetiva transferência para a sua subsidiária 3L Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais S.A. de 100% das ações representativas do capital social da Sociedade Técnica Educacional da Lapa S.A., mantenedora da Faculdade Educacional da Lapa – FAEL, a qual tem atuação em todo o território nacional, exclusivamente na modalidade de Ensino Digital. A FAEL tem suas operações baseadas na cidade da Lapa (PR) e é uma das maiores instituições de ensino superior digital do Brasil, atuando nas modalidades de graduação e pós-graduação com seu modelo operacional baseado na distribuição de cursos via seus mais de 600 polos, contando com sólida capilaridade em municípios com menos de 100 mil habitantes, e suas operações possuem um modelo complementar ao da SER, tanto por sua presença regional, concentrando cerca de 67% da sua base de alunos de graduação nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, quanto por sua estrutura comercial, uma vez que sua rede de polos parceiros é responsável por cerca de 98% de sua base de alunos, enquanto a rede de polos parceiros da SER corresponde a cerca de 20% de sua base de alunos, sendo o restante dessa base de alunos matriculada via unidades próprias e matrículas online.

Em 1º de dezembro de 2021, foi celebrado contrato de compra e venda, por meio do qual a 3L Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais S.A., subsidiária da Ser Educacional,

adquiriu 100% da Delinea Tecnologia Educacional LTDA, a qual foi consolidada no primeiro trimestre de 2022. Delinea é uma edtech e uma das maiores produtoras independentes de conteúdos acadêmicos digitais para ensino superior do Brasil. Sua plataforma, Deduca é uma das maiores e melhores plataformas de gestão e produção de conteúdo em modelo SaaS (*software as a service*) do Brasil e possui um dos maiores acervos de cursos de ensino superior independente do Brasil, com mais de 13 mil conteudistas em seu banco de dados, 17 mil cursos livres, 1,8 mil disciplinas completas de ensino superior e 230 mil horas-aula produzidas e utilizadas por instituições de ensino em todo o país. Seu banco de dados lhe permite produzir conteúdo de qualidade sob demanda e com rapidez para clientes B2B.

Em 10 de dezembro de 2021, como parte da estratégia da Ser Educacional em investir no segmento de Medicina Veterinária, foi celebrado contrato de compra e venda por meio do qual a subsidiária Clínica Escola de Saúde Uninassau Ltda. adquiriu 100% do capital social do Plantão Veterinário Hospital Ltda. e do Pet Shop Kero Kolo Ltda, que foram consolidadas no primeiro trimestre de 2022. A transação possui sinergias relevantes por sua facilidade de integração com o curso de Medicina Veterinária da UNINASSAU no Recife, provendo oportunidades de estágio para alunos e potencial de geração de novas fontes de receita com a oferta de cursos de pós-graduação e extensão em Medicina Veterinária oferecidos pelo CDMV/DOK, avançando a estratégia de criar uma rede de Hospitais Veterinários nas 19 cidades onde a Ser oferta cursos de Medicina Veterinária, combinando expansão orgânica e aquisições.

Em 2021, tivemos as seguintes aquisições:

Em novembro de 2021, a Ser deu mais um passo em sua estratégia de diversificação de serviços visando oferecer serviços complementares e correlatos a oferta de cursos por meio do lançamento do b.Uni, a primeira fintech lançada por uma instituição de ensino superior no Brasil, que oferece soluções financeiras digitais para os estudantes, facilitando acesso a produtos e serviços financeiros, trazendo benefícios que apoiam sua vida educacional, como *cashback* para aqueles que pagam suas mensalidades pontualmente, contribuindo assim para o desenvolvimento de sua educação financeira e potencialmente reduzindo a probabilidade de evasão em seus cursos. As próximas etapas do b.Uni envolvem a disponibilização de produtos diferenciados de crédito para esse segmento, além de cartões de crédito, seguros e outros.

Em 17 de setembro de 2021, foi realizada a conclusão financeira e a efetiva transferência para a 3L Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais S.A. (3L Digital), subsidiária da Ser Educacional S.A., de 100% do capital social da Starline Tecnologia S.A., proprietária da Prova Fácil. A Prova Fácil é uma EdTech líder em gestão de provas na América Latina, com mais de 100 milhões de avaliações realizadas nos últimos cinco anos, tendo sido reconhecida em 2017 pelo EdTech Startups Awards, como uma das três EdTechs mais inovadoras da América Latina e uma das 20 melhores do mundo. Com isso, a Prova Fácil contribuirá para o desenvolvimento do ecossistema de educação continuada da Ser Educacional, representando sua entrada no mercado de gestão de provas e conhecimento. Essa aquisição terá sinergias importantes, tais como: investimento na aceleração da Prova Fácil, com sua expertise no segmento, e base de faturamento líquido anual de R\$6,0 milhões; integração com o banco de mais de 1,5 milhão de questões da Prova Colegiada, sistema próprio de avaliação semestral do desempenho acadêmico dos alunos da SER, entre outras. Além disso, os executivos da EdTech continuarão à frente da Prova Fácil e ainda contarão com o apoio financeiro e estratégico da Ser Educacional.

Em 4 de agosto de 2021, foi realizada a conclusão financeira e a efetiva transferência para a Clínica Escola de Saúde Uninassau Ltda., subsidiária da Ser Educacional S.A., de 100% do capital social do Centro de Desenvolvimento da Medicina Veterinária, Cursos e Treinamento Ltda. – CDMV e da Clínica Veterinária CDMV Ltda. (Hospital Veterinário DOK). O CDMV trata-se de uma instituição que oferta cursos de pós-graduação em Medicina Veterinária e que possui um hospital veterinário próprio, Hospital Veterinário DOK, equipado para atendimentos de alta complexidade. Localizado na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, o CDMV/DOK é referência na região e seu modelo será replicado nas demais 19 unidades da Companhia que ofertam cursos de graduação em Medicina Veterinária, expandindo o ecossistema em um segmento de elevado mercado endereçável, tanto para ensino superior de Medicina Veterinária, quanto para Hospitais Veterinários, maximizando a utilização dos ativos educacionais e iniciando operações no mercado de saúde animal.

Em 5 de abril de 2021, foi realizada a conclusão financeira e a efetiva transferência para o CENESUP – Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., do capital social do Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras – IAESB, mantenedor do Centro Universitário São Francisco de Barreiras – UNIFASB. Com o UNIFASB, a Ser Educacional incorporou ao seu portfólio cursos nas áreas de ciências humanas e saúde, entre os quais o curso de Medicina, com 80 (oitenta) vagas anuais autorizadas ou 96 (noventa e seis) vagas anuais, ao se considerar as vagas disponibilizadas via PROUNI e FIES.

Em 30 de março de 2022, em complemento ao fato relevante divulgado em 14 de dezembro de 2020, e ao comunicado ao mercado divulgado em 1 de fevereiro de 2021, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em despacho expedido pelo Ministério da Educação - MEC, foram aprovadas 48 novas vagas do curso de Medicina, ofertado pela Faculdade de Educação e Cultura de Vilhena - UNESC Vilhena, mantida pela Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda, e que, com isso, passou de uma oferta de 50 vagas anuais para 98 vagas anuais.

Com isso, o portfólio de cursos de Medicina da Ser Educacional passou a ter a seguinte composição com data base em 31/12/2022:

Evolução das vagas de medicina após as aquisições anunciadas em 2020	Vagas anuais autorizadas	Vagas considerando PROUNI / FIES
UNINASSAU Recife (PE)	268	321
Aquisições 2020	253	304
FACIMED Cacoal (RO)	75	90
UNESC Vilhena (RO)	98	118
UNIFASB (BA)	80	96
Total	521	625
<i>Earn out UNESC</i>	52	62
Total com Earnout UNESC	573	687
<i>Aumento # de vagas pós aquisições</i>	94%	95%
<i>Aumento # de vagas pós aquisições e earnout</i>	114%	114%

A Beduka compõe também o ecossistema de educação continuada da Ser, cuja transação foi concluída em 18 de dezembro de 2020. O portal Beduka, é uma startup no mercado de

apoio online para alunos que buscam ingressar no ensino superior. Criado no final de 2017 em Belo Horizonte (MG), o portal tem a missão de ajudar estudantes a ingressarem no ensino superior com a segurança de terem feito a melhor escolha. Para atingir esse objetivo, oferece aos alunos 3 ferramentas intuitivas: Teste vocacional, Buscador de cursos e Preparação para o ENEM. O portal cresceu rapidamente desde sua criação e em 2021 atingiu mais de 800 mil visitantes únicos, posicionando-se como um dos principais portais em seu segmento e passou a ofertar bolsa de estudos com descontos no mercado, iniciando uma nova fonte de geração de receitas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contava com um total de 295.162 alunos, dos quais 262.449 alunos estavam matriculados em cursos de graduação universitária, sendo 136.100 alunos na modalidade graduação presencial e 126.349 alunos matriculados na modalidade de graduação por ensino digital (EAD), 30.772 alunos matriculados em cursos de pós-graduação, sendo 1.139 alunos na modalidade presencial e 29.633 alunos na modalidade por ensino digital, e 1.941 alunos matriculados em cursos técnicos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contava com um total de 223.587 alunos, dos quais 206.962 alunos estavam matriculados em cursos de graduação universitária, sendo 132.711 alunos na modalidade graduação presencial e 74.251 alunos matriculados na modalidade de graduação por ensino digital (EAD), 14.899 alunos matriculados em cursos de pós-graduação, sendo 1.421 alunos na modalidade presencial e 13.478 alunos na modalidade por ensino digital, e 1.726 alunos matriculados em cursos técnicos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contava com um total de 191.237 alunos, dos quais 170.610 alunos estavam matriculados em cursos de graduação universitária, sendo 131.613 alunos na modalidade graduação presencial e 38.997 alunos matriculados na modalidade de graduação por ensino digital (EAD), 19.323 alunos matriculados em cursos de pós-graduação, sendo 4.487 alunos na modalidade presencial e 14.836 alunos na modalidade por ensino digital, e 1.304 alunos matriculados em cursos técnicos.

Na opinião dos Diretores, a Companhia apresentou expressivo crescimento no número de alunos de graduação e em receita líquida nos últimos anos, tendo em vista que entre 31 de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2022, a sua base de alunos de graduação híbrida/presencial cresceu a uma taxa composta anual (CAGR) de 13,5%. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a despeito de um cenário desafiador para o Brasil e para o mundo, ainda impactado pela pandemia da COVID-19, a Companhia apresentou um crescimento de 2,6% em sua base de alunos de graduação híbrida/presencial, comparada com a base de alunos em 31 de dezembro de 2021, nas mesmas unidades. Quando consideramos as aquisições da UNESC e UNIFASB, a base de alunos de graduação presencial apresentou um crescimento de 0,8% na comparação entre os exercícios de 2021 e 2020.

A receita líquida da Companhia cresceu a uma taxa composta anual (CAGR) de 22,3% entre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 e o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou uma receita líquida de R\$ 1.407.358 mil e R\$ 1.676.343 mil, respectivamente, representando um crescimento de 19,1%. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou uma receita líquida de R\$ 1.250.463 mil e R\$ 1.407.358 mil, respectivamente, representando um crescimento de 12,5%.

Nos anos fiscais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022, a margem EBITDA Ajustada da Companhia foi de 22,6% e 17,5%, respectivamente. Nos anos fiscais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021, a margem EBITDA Ajustada da Companhia foi de 25,3% e 22,6%, respectivamente. Os Diretores destacam que a administração financeira da Companhia é focada na rentabilidade e gestão de indicadores financeiros tais como: (i) geração de fluxo de caixa operacional, (ii) controle de capital de giro e (iii) controle da carteira de recebíveis e inadimplência da Companhia.

A tabela a seguir demonstra os principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia para os períodos indicados:

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em			% Variação	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	22x21	21x20
Receita Líquida	1.676.343	1.407.358	1.250.463	19,11%	12,55%
Lucro Bruto	833.499	761.442	669.778	9,46%	13,69%
EBITDA (1)	190.090	362.336	488.845	-47,54%	-25,88%
EBITDA Ajustado (2)	292.569	317.465	316.737	-7,84%	0,23%
Lucro Líquido	(222.148)	52.483	165.034	-523,28%	-68,20%
Número Final de Alunos Graduação	136.100	132.711	131.613	2,55%	0,83%
Número Final de Alunos Pós-Graduação	1.139	1.421	4.487	-19,85%	-68,33%
Número Final de Alunos Cursos Técnicos	1.509	1.726	1.276	-12,57%	35,27%
Número Final de Alunos Ensino a Distância	156.414	87.729	53.861	78,29%	62,88%
Empréstimos e Financiamento de Curto Prazo	205.158	201.307	163.790	1,91%	22,91%
Empréstimos e Financiamento de Longo Prazo	600.727	234.758	427.268	155,89%	-45,06%
Caixa e Equivalentes de Caixa	250.695	213.704	679.933	17,31%	-68,57%
Títulos e Valores Mobiliários	60.795	77.360	1.176	-21,41%	6478,23%

⁽¹⁾ O EBITDA segundo disposições da Resolução CVM nº 156, expedida em 23 de junho de 2022, que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA de maneira diferente de nós.

⁽²⁾ O EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com (a) resultado financeiro das receitas com multas e juros sobre as mensalidades, (b) custos e despesas não recorrentes, compostos pelos gastos ligados a fusões e aquisições de empresas, os quais não impactariam a geração usual de caixa; e (c) os aluguéis mínimos são compostos pelos

contratos de aluguel registrados como arrendamentos financeiros pelo CPC 06, os gastos destes arrendamentos não transitam pelo EBITDA da Companhia, sendo incorporados ao EBITDA Ajustado.

Os Diretores destacam que a Companhia monitora o seu endividamento com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida da Companhia dividida por seu resultado líquido ajustado pelo resultado financeiro, impostos sobre a renda, depreciação, exaustão e amortização e outros itens (EBITDA Ajustado). A dívida líquida da Companhia, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, das debêntures emitidas e dos instrumentos financeiros derivativos (swap) contratados, somado ao total de compromissos a pagar, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Os Diretores destacam ainda que a Companhia monitora de forma sistemática o seu nível de endividamento, o que evita a necessidade de contratação de financiamentos emergenciais para cobertura de liquidez não prevista. Na opinião dos Diretores, a Companhia tem recursos de liquidez e capital suficientes para cobrir os seus custos e despesas operacionais, e dívidas de outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não seja possível garantir que tal situação permanecerá inalterada. Os Diretores acreditam ser possível contrair empréstimos para financiar as atividades da Companhia, englobando investimentos e aquisições a taxa de juros razoáveis.

O índice de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2022, ficou positivo em 38,8%, contra um índice de alavancagem financeira positivo em 20,8% em 31 de dezembro de 2021, em virtude principalmente da aquisição da UNIFAEI, parcialmente compensado pela amortização das dívidas financeiras e de aquisições. O índice de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2021, ficou positivo em 20,8%, em comparação a uma estrutura de capital sem alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020. Essa mudança decorre principalmente em função da aquisição da UNESC, UNIFASB, do CDMV/DOK, da Delinea e do Plantão Veterinário Hospital e do Pet Shop Kero Kolo, conforme mencionado acima, parcialmente compensados pelas amortizações das dívidas financeiras.

Na tabela abaixo, apresentamos o endividamento e a alavancagem financeira da Companhia em 2022:

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em		
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Total de empréstimos e financiamentos bancários	595.566	436.065	540.892
Total de Debêntures	210.319	0	50.166
Total de compromissos a pagar	289.495	239.593	62.000
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(250.695)	(213.704)	(679.933)
Menos: Títulos e valores mobiliários	(60.795)	(77.360)	(1.176)
Dívida (Caixa) líquido	783.890	384.594	(28.051)
Total do patrimônio líquido	1.237.531	1.463.077	1.426.487
Total do patrimônio líquido adicionado a dívida líquida	2.021.421	1.847.671	1.398.436
Índice de alavancagem financeira	38,8%	20,8%	(2,0%)
Índice de liquidez corrente	1,36	1,38	2,41
Dívida (Caixa) líquido / EBITDA Ajustado (udm)	2,68	1,21	(0,09)

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia ficou em R\$1.237.531 mil, o que significa uma redução de 15,4%, quando comparado com o patrimônio líquido registrado em 31 de dezembro de 2021, de R\$1.463.077 mil, devido principalmente à absorção do prejuízo do exercício 2022 pelas reservas de lucros.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$1.463.077 mil, o que significa um aumento de 2,6%, quando comparado com o patrimônio líquido registrado em 31 de dezembro de 2020, de R\$1.426.487 mil.

b. estrutura de capital:

Os Diretores acreditam que a Companhia possui estrutura de capital adequada para sustentar as suas operações.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social integralizado da Companhia era equivalente a R\$987.549 mil, não tendo ocorrido alterações, quando comparado com o capital social registrado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A relação verificada entre dívida (caixa) líquida e o patrimônio líquido da Companhia foi de 38,8%, 20,8% e -2,0% em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente. A variação de 2022 em relação a 2021 foi decorrente principalmente das aquisições realizadas ao longo de 2022, que aumentaram os compromissos a pagar da Companhia, bem como a 3ª emissão de debêntures simples, no montante total de R\$200 milhões na data de emissão, conforme fato relevante divulgado em 15 de julho de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da dívida bruta da Companhia era de R\$1.095.380 mil, sendo que os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$289.495 mil, os empréstimos e financiamentos totalizavam R\$595.566 mil, e as debêntures totalizavam R\$210.319 mil. A posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$311.490 mil.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da dívida bruta da Companhia era de R\$675.658 mil, sendo que os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$239.593 mil, os empréstimos e financiamentos totalizavam R\$436.065 mil. A posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$291.064 mil.

Em 30 de abril de 2020 e 01 de junho de 2020, a Companhia divulgou dois Fatos Relevantes informando a contratação de capital de giro, com a finalidade de reforço de caixa, como forma de prevenção contra impactos financeiros decorrentes da pandemia do Coronavírus (Covid-19), sendo R\$200 milhões junto ao banco Itaú Unibanco S.A., com taxa de CDI + 3,4% a.a. e R\$100,0 milhões junto ao banco Santander Brasil S.A., com taxa de CDI + 3,1% a.a., ambas com vencimento de 2 anos, e R\$200,0 milhões de reais junto à Caixa Econômica Federal, com taxa de CDI + 0,19% a.m., pelo prazo de 36 meses, sendo 14 meses de carência do principal e pagamento em 8 prestações trimestrais, após o período de carência. Em dezembro de 2020, a Companhia concluiu as negociações para o alongamento do cronograma de vencimentos de seu endividamento financeiro, resultando na redução de seu custo médio de captação e otimizando fluxo de caixa de amortização. Foram renegociados os contratos de financiamentos firmados junto aos bancos Itaú Unibanco S.A

e Banco Santander Brasil S.A, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 30 de abril de 2020, passando as operações a terem a estrutura apresentada na tabela abaixo:

Termos	Itaú		Santander	
	Original	Renegociado	Original	Renegociado
Valor (Reais)	200.000.000,00	200.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Encargos: CDI +	3,40%	2,75%	3,10%	2,90%
Quantidade de parcelas	1	8	1	7
Periodicidade das parcelas	Bullet	Semestral	Bullet	Semestral
Periodicidade dos juros	Semestral	Semestral	Semestral	Semestral
Vencimento inicial	N/A	Julho/2021	N/A	Dezembro/2021
Vencimento final	Abril/2022	Janeiro/2025	Maior/2022	Dezembro/2024

Em junho de 2022, (i) o capital de giro de R\$200,0 milhões, contratado junto ao banco Itaú Unibanco, com taxa de CDI + 2,75% a.a., foi renovado no valor de R\$150,0 milhões, para um prazo de 30 meses e taxa de CDI+2,30% a.a.; (ii) e o capital de giro de R\$100,0 milhões, contratado junto ao banco Santander Brasil, com taxa de CDI + 2,90% a.a., foi renovado no valor de R\$90,0 milhões, para um prazo de 30 meses e taxa de CDI+2,30% a.a. Em março de 2022, o capital de giro de R\$200,0 milhões de reais, contratado junto à Caixa Econômica Federal, com taxa de CDI + 0,19% a.m., foi renovado no valor de R\$156,0 milhões, para um prazo de 36 meses e taxa de CDI+0,14% a.m., com repagamento a ser feito em 12 parcelas trimestrais, sem carência.

Em 2020, houve os seguintes pagamentos das Debêntures da Segunda Série, da 2ª emissão: (i) em 15 de março de 2020, pagamento no montante de R\$ 44.503, sendo R\$ 25.000 de principal e R\$ 19.503 de juros; e (ii) em 15 de setembro de 2020, pagamento no montante de R\$ 26.515, sendo R\$ 25.000 de principal e R\$ 1.515 de juros. Em 15 de setembro de 2021, a Companhia liquidou o saldo da 2ª série referente à 2ª emissão das debêntures, no valor total de R\$ 25.647, sendo R\$ 25.000 de principal e R\$ 647 de juros. No exercício 2021, o montante liquidado pela Companhia foi de R\$ 51.440, sendo R\$ 50.000 de principal e R\$ 1.440 de juros. As Debêntures da Segunda Série fizeram jus variação acumulada de 100% da taxa média diária de juros dos DI, acrescida de uma sobretaxa ou percentual (spread) de 1,35% ao ano, base 252 Dias Úteis.

Os recursos captados na 2ª emissão de debêntures da Companhia foram utilizados para pagamento de sua primeira emissão de debêntures simples, pagamento de outros financiamentos e reforço de capital de giro.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Os Diretores da Companhia acreditam que o fluxo de caixa operacional, medido pelo EBITDA Ajustado da Companhia, é suficiente para atender aos compromissos financeiros por ela contratados.

Na opinião dos Diretores, caso seja necessário contrair empréstimos para financiar as atividades, investimentos e aquisições da Companhia, esta será capaz de contratá-los no mercado em condições adequadas.

O ciclo operacional e financeiro da Companhia contempla prazos de recebimentos e pagamentos similares, uma vez que a principal origem de receitas da Companhia é

proveniente do pagamento das mensalidades dos alunos, que coincidem com os principais pagamentos realizados, destacadamente, aluguéis, salários do corpo docente e da equipe de apoio (retaguarda e administrativo).

Em 31 de dezembro de 2022, o endividamento de curto e de longo prazo da Companhia era equivalente a R\$1.095.380 mil, seus compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$289.495 mil, enquanto que o caixa e os equivalentes de caixa da Companhia representavam R\$250.695 mil e os títulos e valores mobiliários representavam R\$60.795 mil. Adicionalmente, a geração de caixa operacional da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, medida por seu EBITDA Ajustado, foi de R\$292.569 mil. O índice de endividamento (dívida líquida/EBITDA Ajustado) atingiu 2,68 vezes em 2022, contra 1,21 vezes em 2021. O índice de alavancagem está condizente com o fluxo de compromissos a pagar de curto e longo prazo da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, o endividamento de curto e de longo prazo da Companhia era equivalente a R\$675.658 mil, seus compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$239.593 mil, enquanto que o caixa e os equivalentes de caixa da Companhia representavam R\$213.704 mil e os títulos e valores mobiliários representavam R\$77.360 mil. Adicionalmente, a geração de caixa operacional da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, medida por seu EBITDA Ajustado, foi de R\$317.465 mil. O índice de endividamento (dívida líquida/EBITDA Ajustado) atingiu 1,21 vezes em 2021, contra 0,09 vezes em 2020. O índice de alavancagem está condizente com o fluxo de compromissos a pagar de curto e longo prazo da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, o endividamento de curto e de longo prazo da Companhia era equivalente a R\$653.058 mil, seus compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$62.000 mil, enquanto o caixa e os equivalentes de caixa da Companhia representavam R\$679.933 mil e os títulos e valores mobiliários representavam R\$1.176 mil. Adicionalmente, a geração de caixa operacional da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, medida por seu EBITDA Ajustado, foi de R\$316.737 mil. O índice de endividamento (dívida líquida/EBITDA Ajustado) atingiu 0,09 vezes, em linha com o índice de 2019, que também ficou em 0,09 vezes, o que representa um índice de alavancagem condizente com o fluxo de compromissos a pagar de curto e longo prazo da Companhia.

O saldo da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R\$1.095.380 mil, incluindo os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos que somavam R\$289.495 mil e a posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$311.490 mil.

O saldo da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2021 era de R\$675.658 mil, incluindo os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos que somavam R\$239.593 mil e a posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$291.064 mil.

O saldo da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R\$653.058 mil, incluindo os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos que somavam R\$62.000 mil e a posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$681.109 mil.

Na opinião dos Diretores, as necessidades de recursos da Companhia referem-se a: (i) capital de giro; (ii) investimentos; (iii) pagamento de serviços de dívidas financeiras; e (iv) custos e despesas operacionais. As principais fontes de recursos da Companhia são: (i)

geração de caixa por meio das atividades operacionais; e (ii) empréstimos e financiamentos de longo prazo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

Na opinião dos Diretores da Companhia, sua principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional. Eventualmente, como alternativas de financiamento, a Companhia também utiliza linhas de capital de giro dos bancos públicos e privados e empréstimos por meio de linhas de financiamento em moedas estrangeiras com swap para Real com taxa de juros ou inflação brasileira, adicionalmente, poderá utilizar operações de mercado de capitais. Além disso, a Companhia busca constantemente fontes de financiamento a custos atrativos para, quando apropriado, contratá-los.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Os Diretores acreditam que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para o cumprimento pela Companhia de suas obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventual descasamento entre o caixa e equivalentes de caixa e os montantes vencidos no curto prazo, a Companhia conta com linhas de crédito em alguns dos principais bancos comerciais atuantes no país.

Caso a capacidade de geração de caixa da Companhia não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, os Diretores entendem que a Companhia conseguirá saná-las com os limites de crédito já aprovados e ainda não utilizados. Os Diretores destacam ainda que a Companhia não tem qualquer compromisso de *equity contribution* de seus controladores para o caso de cobertura de liquidez.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de Empréstimos e Financiamentos Relevantes:

A Companhia contrai dívidas bancárias com o intuito de financiar as atividades operacionais e para financiar o seu crescimento por meio de aquisições ou crescimento orgânico.

Em 31 de dezembro de 2022, os contratos de empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia totalizavam R\$595.566 mil, um aumento de 36,6%, sendo que R\$193.950 mil representavam empréstimos de curto prazo e R\$401.616 mil correspondiam a empréstimos de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2021, os contratos de empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia totalizavam R\$436.065 mil, uma redução de 26,2%, sendo que R\$201.307 mil representavam empréstimos de curto prazo e R\$234.758 mil correspondiam a empréstimos de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2020, os contratos de empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia totalizavam R\$591.058 mil, um aumento de 224,4%, sendo que R\$163.790 mil representavam empréstimos de curto prazo e R\$427.268 mil correspondiam a empréstimos de longo prazo.

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado (R\$ mil) em 31 de dezembro de		
		2022	2021	2020
Empréstimo em moeda estrangeira	EUR + 2,16% a.a	175.502	0	0
3ª Debêntures 1ª Série	CDI + 2,00% a.a.	210.319	0	0
2ª Debêntures 2ª Série	CDI + 1,35% a.a.	0	0	50.166
Instrumento financeiro derivativo swap	CDI + 2,70% a.a.	39.946	0	0
Contratos FINAME	6% a.a.	4.088	6.052	8.012
IFC	CDI + 1,65% a.a.	0	9.546	32.635
Contratos de Leasing	12,52% a.a. e 13,83% a.a.	203	446	680
Outros		143	243	0
Total		430.201	16.287	91.493
Empréstimos para capital de giro:				
Capital de Giro	CDI + 1,69% a 2,3% a.a	375.684	419.778	499.565
Total		805.885	436.065	591.058
Desmembramento:				
Passivo circulante		205.158	201.307	163.790
Passivo não circulante		600.727	234.758	427.268
Total		805.885	436.065	591.058

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$805.885 mil, conforme apurado em 31 de dezembro de 2022:

Capitalização e Caixa (Valores em R\$ ('000))	4T22	AV.(%)	4T21	AV.(%)	4T20	AV.(%)
Curto Prazo	205.158	25,5%	201.307	46,2%	163.790	27,7%
Longo Prazo	600.727	74,5%	234.758	53,8%	427.268	72,3%
Entre um e dois anos	204.996	25,4%	130.377	29,9%	191.049	32,3%
Entre dois e três anos	186.373	23,1%	80.385	18,4%	130.532	22,1%
Entre três e quatro anos	131.314	16,3%	23.996	5,5%	80.687	13,7%
Entre quatro e cinco anos	78.044	9,7%	0	0,0%	25.000	4,2%
Acima de cinco anos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total de Empréstimos e Financiamentos	805.885	100,0%	436.065	100,0%	591.058	100,0%

Os empréstimos contraídos pela Companhia contam basicamente com as seguintes garantias: (i) duplicatas a receber; (ii) aval ou fiança outorgada pelo acionista controlador da Companhia; e (iii) alienação e cessão fiduciária dos bens e direitos creditórios.

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros praticada e o saldo devedor de nossos contratos financeiros relevantes firmados pela Companhia, referentes aos períodos indicados.

Empresa	Banco	Contrato	Valor do Contrato na data de celebração	Taxa de Juros	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ser Educacional S.A.	IFC	32.648	R\$120.000 mil	CDI + 1,65% a.a. (2017/2018 - CDI+2,05%)	-	9.546	32.635
Ser Educacional S.A.	Debêntures	Escritura de emissão de 2ª debêntures de 2ª série - data de 10/08/17	R\$100.000 mil	CDI + 1,35% a.a.	-	-	50.166
Ser Educacional S.A.	Debêntures	Escritura de emissão de 3ª debêntures de 1ª Série - data de 15/08/22	R\$200.000 mil	CDI + 2,00% a.a.	210.319	-	-
Ser Educacional S.A.	Banco Santander (Brasil) S.A.	270170920	R\$100.000 mil	CDI + 2,30% a.a.	97.492	85.751	100.031
Ser Educacional S.A.	Banco Itaú-Unibanco S.A.	100120040009800	R\$200.000 mil	Entre CDI + 2,30% a.a. e CDI + 2,70% a.a.	376.050	182.721	200.677
Ser Educacional S.A.	Caixa Econômica Federal S.A.	0342397670000005/09	R\$200.000 mil	CDI + 0,14% a.m.	117.590	150.801	198.858
Ser Educacional S.A.	Finame			6% a.a.	4.088	6.052	8.012
Ser Educacional S.A.	Leasing			0,99% a.m e 1,09% a.m	203	446	680

Em 7 de janeiro de 2022, houve a contratação de empréstimo em moeda estrangeira (modalidade 4131) junto ao Itaú BBA International PLC e contratação de swap junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. no valor de R\$200,0 milhões, com prazo para pagamento em 5 anos, com pagamento semestral, sendo que de juros em 10 parcelas e do principal, em 7 parcelas a partir do 18º mês contado da contratação e taxa final de CDI + 2,70% ao ano;

Em março de 2022, o capital de giro de R\$200,0 milhões de reais, contratado junto à Caixa Econômica Federal, com taxa de CDI + 0,19% a.m., conforme Fato Relevante divulgado em 01 de junho de 2020, foi renovado no valor de R\$156,0 milhões, para um prazo de 36 meses e taxa de CDI+0,14% a.m., com repagamento a ser feito em 12 parcelas trimestrais, sem carência.

Em junho de 2022, houve a renovação dos capitais de giro contratados junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. e ao Banco Santander Brasil S.A., conforme Fato Relevante divulgado em 30 de abril de 2020. O capital de giro de R\$200,0 milhões, contratado junto ao banco Itaú Unibanco S.A., com taxa de CDI + 2,75% a.a., foi renovado no valor de R\$150,0 milhões, para um prazo de 30 meses e taxa de CDI+2,30% a.a.; e o capital de giro de R\$100,0 milhões contratado junto ao Banco Santander Brasil S.A., com taxa de CDI + 2,90% a.a., foi renovado no valor de R\$90,0 milhões, para um prazo de 30 meses e taxa de CDI+2,30% a.a.

Em 15 de agosto de 2022, ocorreu a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, perfazendo o montante total de R\$200 milhões na data de emissão. As debêntures possuem amortização semestral a partir do 24º mês (inclusive) contado da data de emissão, em 7 parcelas, sendo a última parcela devida na data de vencimento e serão remuneradas a CDI+2,00% ao ano.

Em outubro de 2022, em função da conclusão da 3ª emissão de debêntures simples mencionada acima e das condições de mercado, a Companhia decidiu não solicitar o desembolso do financiamento negociado junto ao IFC em 15 de junho de 2021 e a transação foi cancelada.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Com exceção das relações constantes dos contratos descritos acima, os Diretores destacam que atualmente a Companhia não mantém outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas:

Os Diretores destacam que o contrato de FINAME existente possui como garantia a alienação fiduciária do bem adquirido. Para a Caixa Econômica Federal, o Grupo ofereceu garantias de aplicações financeiras e cessão fiduciária de créditos, representando 30% e 5% respectivamente, além de aval corporativo de controladas.

(iv) Eventuais restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições:

Os empréstimos para capital de giro requerem a manutenção dos seguintes covenants:

Banco Itaú

- a razão entre a dívida financeira líquida e o EBITDA ("*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*") ajustado, apurados trimestral e anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas, deverá ser menor ou igual a 2,5, podendo ser 0,5 maior por 4 trimestres consecutivos, no caso de aquisição societária com objeto social semelhante; e
- razão entre as despesas financeiras líquidas e o EBITDA ajustado deverá ser maior ou igual a 2,0.

Banco Santander

- a razão entre a dívida financeira líquida e o EBITDA ("*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*") ajustado, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro, deverá ser menor ou igual a 2,5, podendo ser 0,5 maior por 4 trimestres consecutivos, no caso de aquisição societária com objeto social semelhante; e
- liquidez corrente deverá ser maior ou igual a 1,2.

Caixa Econômica Federal

- a razão entre a dívida financeira líquida e o EBITDA ("*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*") ajustado, apurados semestralmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas de junho e dezembro, deverá ser menor ou igual a 2,5; e
- razão entre as despesas financeiras líquidas e o EBITDA ajustado deverá ser maior ou igual a 2,0

- Em função do aumento do endividamento líquido da Companhia, no quarto trimestre de 2022 esse índice apurado foi de 2,68, portanto acima do índice acima descrito. Em 10 de março de 2023, a Companhia obteve “waiver” para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022, retornando para o valor máximo de 2,50 nos semestres posteriores a 30 de junho de 2023. Apesar desse “waiver”, a Companhia reclassificou para o circulante o montante de R\$ 65.000 referente à parcela da dívida vincenda nos exercícios de 2024 e 2025, conforme requerido pela NBC TG 26 / IAS 1.

Já o empréstimo em moeda estrangeira e o instrumento financeiro derivativo *swap*, requerem a manutenção dos seguintes *covenants*:

- a razão entre a dívida financeira líquida e o EBITDA (“*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*”) ajustado, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas, deverá ser menor ou igual a 2,75, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e 2,5 para os exercícios subsequentes; e
- razão entre as despesas financeiras líquidas e o EBITDA ajustado deverá ser maior ou igual a 2,0.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com exceção do “*covenant*” da Caixa Econômica Federal, conforme acima, os demais “*covenants*” foram observados e não apresentaram valores superiores aos limites contratados..

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os “*covenants*” relativos aos contratos desses empréstimos foram analisados e não apresentaram valores acima dos limites estabelecidos contratualmente.

As debêntures emitidas pelo Grupo requerem a manutenção de índices financeiros (“*covenants*”), calculados sobre as demonstrações financeiras do Grupo, que é garantidora da emissão, relativas a cada exercício social findo em 31 de dezembro e são exigidos a partir do trimestre encerrado em 30 de setembro de 2022 até data do vencimento final, medidos trimestralmente, que são:

- (i) o resultado do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA (“*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*”) ajustado nos termos da escritura, cujo valor resultante não deve ser superior a 2,75x em 2022 e 2,5x a partir de 2023; e
- (ii) o resultado do quociente da divisão da despesa financeira líquida das receitas financeiras, excluindo os juros de arrendamentos mercantis, pelo EBITDA ajustado nos termos da escritura, cujo valor deve ser maior ou igual a 2,0x, a partir de 31 de dezembro de 2022.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, os “*covenants*” relativos ao contrato de emissão de debêntures foram observados e não apresentaram valores superiores aos limites impostos.

Em 15 de setembro de 2021, a Companhia liquidou o saldo da 2ª série referente à 2ª emissão das debêntures, no valor total de R\$ 25.647, sendo R\$ 25.000 de principal e R\$ 647 de juros. No exercício 2021, o montante liquidado pela Companhia foi de R\$ 51.440, sendo R\$ 50.000 de principal e R\$ 1.440 de juros. As debêntures da segunda série fizeram jus variação acumulada de 100% da taxa média diária de juros dos DI, acrescida de uma sobretaxa ou percentual (spread) de 1,35% ao ano, base 252 Dias Úteis.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Os Diretores esclarecem que o financiamento específico para aquisição de bem, como o FINAME, está vinculado ao ativo financiado. Os demais financiamentos contratados não possuem restrição de uso e visam suprir, principalmente, as necessidades de capital de giro e de reposição do caixa e financiar as estratégias de crescimento da Companhia, ou seja, não há limites para utilização dos financiamentos contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa:

A discussão a seguir sobre a situação financeira e o resultado das operações da Companhia deverá ser lida em conjunto com as suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e as respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens do Formulário de Referência, em especial às da seção 3 e demais subitens desta seção 2.

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
(em milhares de reais)	Nos períodos doze meses encerrados em 31 de dezembro de				2021/2020
	2022		2021		
	Consolidado	AV (%)	Consolidado	AV (%)	AH (%)
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita líquida dos serviços prestados	1.676.343	100,0%	1.407.358	100,0%	19,1%
Custos dos serviços prestados	(842.844)	-50,3%	(645.916)	-45,9%	30,5%
LUCRO BRUTO	833.499	49,7%	761.442	54,1%	9,5%
Despesas gerais e administrativas	(648.553)	-38,7%	(541.495)	-38,5%	19,8%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(209.174)	-12,5%	(42.481)	-3,0%	392,4%
LUCRO OPERACIONAL	(24.228)	-1,4%	177.466	12,6%	-113,7%
Receita financeira	126.752	7,6%	34.302	2,4%	269,5%
Despesas financeiras	(317.435)	-18,9%	(165.470)	-11,8%	91,8%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(214.911)	-12,8%	46.298	3,3%	-564,2%
Imposto de renda e contribuição social e incentivos fiscais	(7.237)	-0,4%	6.185	0,4%	-217,0%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(222.148)	-13,3%	52.483	3,7%	-523,3%
Atribuído aos Acionistas da Controladora	(222.148)	-13,3%	52.483	3,7%	-523,3%
Participação dos não controladores	0	0,0%	0	0,0%	0,0%

Receita líquida dos serviços prestados

A receita líquida dos serviços prestados aumentou 19,1% em 2022, ficando em R\$1.676.343 mil no período de 31 de dezembro de 2022, ante R\$1.407.358 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação é decorrente principalmente da consolidação das receitas das aquisições recentes, bem como do repasse de preços na comparação entre o 2022 e 2021 e do aumento do volume de alunos matriculados tanto na graduação híbrida quanto no ensino digital, principalmente pela aquisição da FAEL, parcialmente compensado por um maior volume de descontos e bolsas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contava com 295.162 alunos matriculados, ante os 223.587 alunos em 31 de dezembro de 2021. Do total da receita bruta dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, 82,4% (ou R\$2.824,5 milhões) correspondeu às mensalidades de ensino híbrido (graduação + pós-graduação), comparado a 88,1% (ou R\$2.469,6 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro 2021.

Custos dos serviços prestados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os custos dos serviços totalizaram R\$842.844 mil, ante R\$645.916 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 30,5% na comparação 2022 x 2021. Na visão dos Diretores da Companhia, essa variação decorreu, principalmente, em virtude de:

- (i) os custos de pessoal e encargos apresentarem um aumento de 18,1% em comparação a 2021, alcançando R\$456.041 mil no período de 31 de dezembro de 2022. Excluindo-se os custos de pessoal das aquisições, a linha de pessoal e encargos apresentou um aumento de 10,8%, encerrando o exercício 2022 em R\$427.674 mil, principalmente por conta da otimização da alocação da carga horária docente no segmento de ensino híbrido;
- (ii) os custos com aluguéis atingiram R\$15.100 mil no final do exercício 2022, contra R\$13.138 milhões em 2021, um aumento de 14,9%. Os custos com aluguéis foram impactados por: (a) reajustes previstos de contratos em linha com a inflação, em virtude do arrefecimento dos impactos da COVID-19; (b) aumento da base de imóveis locados e do retorno dos aluguéis de vários imóveis da UNINORTE, antecipados em maio de 2017 e classificados como "Contrato de Aluguel Vantajoso", que foram reconhecidos como amortização até maio de 2022; e (c) mensuração de aluguéis que eram tratados como despesas e foram calculados conforme as normas contábeis do IFRS-16, tendo seus efeitos sido reclassificados para as contas de depreciação e juros sobre arrendamentos.
- (iii) a linha de concessionárias apresentando um crescimento de 40,4%, em decorrência da retomada gradativa das atividades administrativas e aulas práticas presenciais com o arrefecimento da pandemia, além dos aumentos de tarifas no período e da integração das instituições adquiridas; e
- (iv) a linha de serviços de terceiros e outros totalizou R\$135.690 mil no exercício social de 2022, contra R\$ 49.066 mil em 2021, representando um aumento de 176,6% na comparação 2022 x 2021. Essa variação ocorreu principalmente em virtude do comissionamento de polos da FAEL, do aumento do volume de aulas práticas, que foram

retomadas a partir do segundo semestre de 2021, e do crescimento da participação da base de alunos de ensino digital e dos cursos de saúde. Excluindo-se os custos das aquisições, a linha de serviços de terceiros e outros ficou em R\$80.377 mil, um aumento de 63,8% em relação ao exercício social de 2021.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, os custos dos serviços prestados passaram de 45,9%, no período de 31 de dezembro de 2021, para 50,3% em 31 de dezembro de 2022.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 9,5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, passando de R\$761.442 mil, no período de 31 de dezembro de 2021, para R\$833.499 mil, no período de 31 de dezembro de 2022. O aumento do lucro bruto decorre do efeito combinado do aumento da receita em decorrência da consolidação das aquisições recentes, do desenvolvimento orgânico do ensino digital, da mudança do perfil operacional da Companhia, que passou a ter uma base maior de alunos do curso de medicina, além das variações nas contas contábeis supracitadas dos custos, ficando a margem bruta em 49,7%, em 2022, o que representa uma redução de 4,4 p.p. em relação à margem bruta de 2021, quando atingiu 54,1%, devido principalmente ao retorno das atividades após o arrefecimento da pandemia da Covid-19, ao impacto da inflação nos custos operacionais e ao investimento na expansão do ecossistema de educação continuada.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 19,8% no ano de 2022, passando de R\$541.495 mil no período findo em 31 de dezembro de 2021, para R\$648.553 mil no período findo em 31 de dezembro de 2022.

Na visão dos Diretores da Companhia, esta variação se deu, principalmente, devido ao aumento apresentado nas despesas com:

- (i) a linha de pessoal e encargos sociais apresentou um aumento de 25,0% em 2022 comparado com 2021, devido principalmente às aquisições e ao efeito não-recorrente de R\$7.682 mil relacionado a multas indenizatórias decorrentes da readequação da estrutura administrativa para comportar a atual base de alunos da Companhia;
- (ii) os serviços prestados tiveram aumento de 18,4% em 2022 em relação ao exercício de 2021. Em 2022, houve um efeito não-recorrente relativo à contratação de assessores para transações de M&A que somaram R\$10.193 mil, ante despesas não-recorrentes relativas à implantação de novos serviços e despesas de M&A, em 2021, que totalizaram R\$11.245 mil. Na análise livre dos efeitos não-recorrentes, as despesas com serviços prestados tiveram um aumento de 24,5%, refletindo o crescimento das atividades operacionais da Companhia;
- (iii) as despesas com publicidade subiram 23,9% em 2022, em relação a 2021, passando de 9,3% para 9,7% da receita líquida, devido principalmente ao investimento da Companhia em retomar suas atividades e gerar crescimento orgânico, em especial do ensino digital, que requer investimentos mais ostensivos em marketing em comparação ao ensino híbrido, sendo o marketing, especialmente digital, um componente relevante na estratégia de crescimento desse segmento de ensino; e

(iv) a linha de PDD e Perdas Efetivas teve redução de 3,9% na comparação 2022 x 2021, com uma redução também como percentual da receita líquida, passando de 8,4% em 2021, para 6,8%, em 2022, demonstrando que o melhor comportamento das taxas de evasão, com destaque para o ensino híbrido, associado à redução do prazo médio de contas a receber já impactaram positivamente o ciclo de provisionamento para perdas da Companhia.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as despesas gerais e administrativas passaram de 38,5% no exercício 2021 para 38,7% no exercício 2022, refletindo as variações ocorridas nas despesas citadas no parágrafo anterior.

Para o período de 31 de dezembro de 2022, a Companhia auferiu outras despesas operacionais no montante de R\$209.174 mil negativos, líquido entre "outras receitas e outras despesas operacionais", em função principalmente de eventos não recorrentes no exercício (i) baixa contábil do goodwill e dos intangíveis identificados referente as aquisições da UNG, CETEBA e Juvêncio Terra, sem efeito caixa, (ii) baixas de arrendamentos de distratos de contratos de alugueis, (iii) estorno de depósitos judiciais, (iv) devolução de créditos fiscais aos vendedores da Uninorte, não considerada no preço de compra; e para o período de 31 de dezembro de 2021, R\$42.481 mil negativos, em função principalmente de baixas de arrendamentos, distratos de contratos de alugueis e estorno de depósitos judiciais.

Lucro Operacional

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um prejuízo operacional de R\$24.228 mil, ante um lucro operacional de R\$177.466 mil no período de 31 de dezembro de 2021. Os Diretores destacam que as variações decorrem das explicações das contas contábeis supracitadas.

Receitas financeiras

As receitas financeiras cresceram 269,5% no exercício social de 2022, passando de R\$34.302 mil no exercício 2021, para R\$126.752 mil no exercício 2022, em decorrência, principalmente, do aumento do rendimento de aplicações financeiras, em função do aumento do CDI, do registro na linha de variação cambial sobre empréstimo em moeda estrangeira (com swap) contratado junto ao Banco Itaú, e pelo aumento na linha de Juros sobre Acordos e Outros. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as receitas financeiras passaram de 2,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para 7,6% no exercício findo em 31 de dezembro em 2022.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram em 91,8% no exercício social de 2022, passando de R\$165.470 mil no período findo em 31 de dezembro de 2021, para R\$317.435 mil no período findo em 31 de dezembro de 2022, em decorrência, principalmente, das variações das seguintes despesas:

(i) as Despesas de Juros aumentaram 94,8%, passando de R\$37.767 mil em 2021 para R\$73.571 mil em 2022, em virtude do aumento da taxa de juros (CDI) média sobre a dívida financeira que foi incrementada pela captação de empréstimos ao longo do ano;

(ii) os Juros de Arrendamentos Mercantis apresentaram um aumento de 10,0% na comparação 2022 x 2021, atingindo R\$74.303 mil em 2022, contra R\$67.534 mil em 2021,

em função da remensuração de imóveis alugados, em função da inclusão da UNIFACIMED, UNIJUAZEIRO e da UNESC nos resultados consolidados da Companhia, que teve seu efeito mitigado pela devolução de imóveis;

(iii) os Descontos Concedidos atingiram R\$49.997 mil em 2022, ante R\$41.363 mil em 2021, representando um aumento de 20,9%, decorrente do maior volume de descontos financeiros nos acordos para recuperação de créditos de mensalidades antigas na comparação entre os dois períodos, principalmente pelo arrefecimento dos impactos da pandemia e menor índice de evasão;

(iv) a linha de Juros sobre Compromissos a Pagar atingiu R\$10.901 mil em 2022, decorrente da CDI dos compromissos a pagar de aquisições, contra R\$11.982 mil em 2021; e

(v) no exercício 2022, houve o registro de R\$100.692 mil na linha de Juros e resultado swap sobre empréstimos, decorrente da contratação de empréstimo junto ao Banco Itaú em moeda estrangeira com swap para CDI.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as despesas financeiras passaram de 11,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para 18,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

No exercício 2022, houve um prejuízo contábil de antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$214.911 mil, ante um lucro antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$46.298 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Imposto de renda, contribuição social e incentivos fiscais

O montante devido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, incluindo o benefício dos incentivos fiscais aplicáveis às entidades de ensino superior (PROUNI) e do diferimento dos tributos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, atingiu R\$7.237 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2022, mesmo com a Companhia tendo apresentado prejuízo no período, em virtude das controladas com lucro e dos ajustes legais ao prejuízo, principalmente da controladora, enquanto que no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2021, apresentou um saldo positivo de R\$6.185 mil, em função da redução dos lucros operacional e tributável em 2021 e do registro no IR/CSLL diferidos de R\$13.438 mil positivos, devido principalmente ao reconhecimento das diferenças temporárias das combinações de negócios da UNESC, UNIFASB, CDMV/DOK, Starline, Delínea e Plantão Veterinário/Pet Shop Kero Kolo.

Lucro (prejuízo) líquido do período

No exercício 2022, em virtude dos motivos mencionados acima, nas análises das variações, houve um prejuízo líquido de R\$222.148 mil, ante um lucro líquido de R\$52.483 mil no exercício 2021.

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
(em milhares de reais)	Nos períodos doze meses encerrados em 31 de dezembro de				2021/2020
	2021		2020		
	Consolidado	AV (%)	Consolidado	AV (%)	AH (%)
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita líquida dos serviços prestados	1.407.358	100,0%	1.250.463	100,0%	12,5%
Custos dos serviços prestados	(645.916)	-45,9%	(580.685)	-46,4%	11,2%
LUCRO BRUTO	761.442	54,1%	669.778	53,6%	13,7%
Despesas gerais e administrativas	(541.495)	-38,5%	(484.506)	-38,7%	11,8%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(42.481)	-3,0%	127.922	10,2%	-133,2%
LUCRO OPERACIONAL	177.466	12,6%	313.194	25,0%	-43,3%
Receita financeira	34.302	2,4%	30.988	2,5%	10,7%
Despesas financeiras	(165.470)	-11,8%	(134.623)	-10,8%	22,9%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	46.298	3,3%	209.559	16,8%	-77,9%
Imposto de renda e contribuição social e incentivos fiscais	6.185	0,4%	(44.525)	-3,6%	-113,9%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	52.483	3,7%	165.034	13,2%	-68,2%
Atribuído aos Acionistas da Controladora	52.483	3,7%	165.034	13,2%	-68,2%
Participação dos não controladores	0	0,0%	0	0,0%	0,0%

Receita líquida dos serviços prestados

A receita líquida dos serviços prestados aumentou 12,5% em 2021, passando de R\$1.250.463 mil no período de 31 de dezembro de 2020, para R\$1.407.358 mil no período de 31 de dezembro de 2021. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação é decorrente principalmente da consolidação das receitas das aquisições recentes, bem como do repasse de preços na comparação entre o 2021 e 2020 e do aumento do volume de alunos matriculados tanto no ensino digital quanto na graduação híbrida, aliado à melhoria das taxas de evasão decorrente do arrefecimento dos efeitos da pandemia, além de um crescimento em menor magnitude da linha de descontos e bolsas, que por sua vez, ocorreu em virtude do aumento da base de alunos de medicina, que possuem menos descontos operacionais.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contava com 223.587 alunos matriculados, ante aos 191.237 alunos em 31 de dezembro de 2020. Do total da receita bruta dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, 87,3% (ou R\$2.449,3 milhões) correspondeu às mensalidades de graduação presencial, comparado a 89,4% (ou R\$2.179,7 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro 2020.

Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços ficaram em linha na comparação 2021 x 2020, passando de R\$580.685 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$645.916 mil no período de 31 de dezembro de 2021. Na visão dos Diretores da Companhia, essa variação decorreu, principalmente, em virtude de:

- (i) os custos de pessoal e encargos apresentaram um aumento de 2,4% em comparação a 2020, alcançando R\$386.014 mil no período de 31 de dezembro de 2021. Excluindo-se os custos de pessoal das aquisições, a linha de pessoal e encargos apresentou uma redução de 12,1%, encerrando o exercício 2021 em R\$331.342 mil, por conta principalmente da otimização da alocação da carga horária docente no segmento de ensino híbrido;
- (ii) os custos com aluguéis atingiram R\$13.138 mil no final do exercício 2021, contra R\$11.260 milhões positivos em 2020, quando os custos com aluguéis foram impactados pelas renegociações de aluguéis remanescentes realizadas em 2020, em função dos efeitos da COVID-19. Já a partir do 2T21, os contratos de aluguel voltaram ao seu curso normal, uma vez que as atividades presenciais administrativas e de aulas práticas foram retomadas. Vale lembrar que os descontos de aluguéis possuem tratamento específico, não sendo contemplados nas regras do IFRS-16, tendo, portanto, os valores das reduções lançados na linha de custos de aluguéis, o que resultou no saldo positivo em 2020;
- (iii) a linha de concessionárias reduziu 9,8%, em decorrência dos esforços para melhoria de eficiência da matriz energética da Companhia, parcialmente compensada pela retomada gradativa das atividades administrativas e aulas práticas presenciais, além dos aumentos de tarifas no período e da integração das instituições adquiridas; e
- (iv) aumento de 104,2% na linha de serviços de terceiros e outros ocorreu principalmente em virtude do aumento do volume de aulas práticas que foram retomadas em 2021, bem como do crescimento da participação da base de alunos dos cursos de saúde. Outros fatores que explicam esse aumento foram as aquisições e o aumento da base de alunos de ensino digital.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, os custos dos serviços prestados passaram de 46,4%, no período de 31 de dezembro de 2020, para 45,9% em 31 de dezembro de 2021.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 13,7% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, passando de R\$669.778 mil, no período de 31 de dezembro de 2020, para R\$761.442 mil, no período de 31 de dezembro de 2021. O aumento do lucro bruto decorre do efeito combinado do aumento da receita em decorrência da consolidação das aquisições recentes, do desenvolvimento orgânico do ensino digital, da mudança do perfil operacional da Companhia, que passou a ter uma base maior de alunos do curso de medicina, além das variações nas contas contábeis supracitadas dos custos, ficando a margem bruta em 54,1%, em 2021, o que representa um aumento de 0,5 p.p. em relação à margem bruta de 2020, quando atingiu 53,6%.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 11,8% no ano de 2021, passando de R\$484.506 mil no período findo em 31 de dezembro de 2020, para R\$541.495 mil no período findo em 31 de dezembro de 2021.

Na visão dos Diretores da Companhia, esta variação se deu, principalmente, devido ao aumento apresentado nas despesas com:

(i) pessoal e encargos sociais apresentaram um aumento de 12,4%, devido principalmente às aquisições e ao efeito não-recorrente de R\$8.095 mil relacionado a multas indenizatórias decorrentes da readequação da estrutura administrativa para comportar a atual base de alunos da Companhia;

(ii) serviços prestados tiveram redução de 6,0% em relação ao exercício de 2020, uma vez que em 2020 houve um efeito não-recorrente relativo à contratação de assessores para transações de M&A que somaram R\$20.226 mil, ante despesas não-recorrentes relativas à implantação de novos serviços e despesas de M&A, em 2021, que totalizaram R\$3.665 mil. Na análise livre dos efeitos não-recorrentes, as despesas com serviços prestados tiveram um aumento de 34,1%, refletindo o crescimento das atividades operacionais da Companhia, bem como maiores despesas com escritórios de advocacia, em função do aumento das atividades do judiciário nesse período de reabertura e normalização das atividades na atual fase da pandemia;

(iii) publicidade subiram 44,2% em relação a 2020, passando de 7,3% para 9,3% da receita líquida, devido principalmente ao investimento da Companhia em retomar suas atividades e gerar crescimento orgânico, em especial do ensino digital, que requer investimentos mais ostensivos em marketing em comparação ao ensino híbrido, sendo o marketing, especialmente digital, um componente relevante na estratégia de crescimento desse segmento de ensino; e

(iv) a linha de PDD e Perdas Efetivas teve redução de 4,2% na comparação 2021 x 2020, com uma redução também como percentual da receita líquida, passando de 9,8% em 2020, para 8,4%, em 2021, demonstrando que o melhor comportamento das taxas de evasão, com destaque para o ensino híbrido, associado à redução do prazo médio de contas a receber já impactaram positivamente o ciclo de provisionamento para perdas da Companhia.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as despesas gerais e administrativas passaram de 38,7% no exercício 2020 para 38,5% no exercício 2021, refletindo as variações ocorridas nas despesas citadas no parágrafo anterior.

Para o período de 31 de dezembro de 2021, a Companhia auferiu outras despesas operacionais no montante de R\$42.481 mil negativos, líquido entre "outras receitas e outras despesas operacionais", em função principalmente de baixas de arrendamentos, distratos de contratos de alugueis e estorno de depósitos judiciais, e para o período de 31 de dezembro de 2020, R\$127.922 mil positivos, líquido entre "outras receitas e outras despesas operacionais", em virtude principalmente do recebimento do valor bruto de impostos, taxas, contribuições e despesas relacionadas ao projeto de R\$180.000 mil em dinheiro relativos ao Pagamento Rescisório pelo Go Shop, conforme fato relevante divulgado em 30 de outubro de 2020, compensado pelo registro de R\$22,5 milhões referentes às baixas de direito de uso, benfeitorias e arrendamentos relativos majoritariamente à devolução de imóveis como parte da estratégia da Companhia de adequar sua base de imóveis locados ao tamanho da

sua base de alunos nas cidades em que atua, como forma de otimizar sua estrutura operacional.

Lucro Operacional

O lucro operacional apresentou uma queda de 43,3% no exercício social de 2021, passando de R\$313.194 mil no período de 31 de dezembro de 2020, para R\$177.466 mil no período de 31 de dezembro de 2021. Os Diretores destacam que as variações decorrem das explicações das contas contábeis supracitadas. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o lucro operacional passou de 25,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para 12,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Receitas financeiras

As receitas financeiras cresceram 10,7% no exercício social de 2021, passando de R\$30.988 mil no exercício 2020, para R\$34.303 mil no exercício 2021, em decorrência, principalmente, do aumento do rendimento de aplicações financeiras, em função do aumento do CDI, parcialmente compensado pela redução dos Juros sobre Acordos e Outros. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as receitas financeiras passaram de 2,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para 2,4% no exercício findo em 31 de dezembro em 2021.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram em 22,9% no exercício social de 2021, passando de R\$134.623 mil no período findo em 31 de dezembro de 2020, para R\$165.471 mil no período findo em 31 de dezembro de 2021, em decorrência, principalmente, da redução das seguintes despesas:

- (i) as Despesas de Juros aumentaram 55,4%, passando de R\$24.305 mil em 2020 para R\$37.767 mil em 2021, em virtude do aumento da taxa de juros (CDI) média sobre a dívida financeira que foi incrementada pela captação de empréstimos ao longo do ano;
- (ii) os Juros de Arrendamentos Mercantis ficaram uma queda de 3,9% na comparação 2021 x 2020, atingindo R\$67.534 mil em 2021, contra R\$70.289 mil em 2020, em função da devolução de imóveis, compensada pela inclusão da UNIFACIMED, UNIJUAZEIRO e da UNESC nos resultados consolidados da Companhia;
- (iii) os Descontos Concedidos atingiram R\$41.363 mil em 2021, ante R\$31.563 mil em 2020, representando um aumento de 31,0%, decorrente do maior volume de descontos nos acordos para recuperação de créditos de mensalidades antigas; e
- (iv) a variação monetária passiva atingiu R\$11.968 mil em 2021, decorrente da contabilização da variação do IPCA ou CDI dos compromissos a pagar de aquisições, contra R\$1.584 mil em 2020.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as despesas financeiras passaram de 10,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para 11,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social teve uma redução de 77,9%, passando de R\$209.559 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$46.298 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2021. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social passou de 10,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, para 16,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Imposto de renda, contribuição social e incentivos fiscais

O montante devido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, incluindo o benefício dos incentivos fiscais aplicáveis às entidades de ensino superior (PROUNI) e do diferimento dos tributos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, apresentou uma queda no exercício social de 2021, em função da redução dos lucros operacional e tributável em 2021, passando de uma despesa de R\$44.525 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2020, para um saldo positivo de R\$6.185 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2021, em função do registro no IR/CSLL diferidos de R\$13.438 mil positivos, devido principalmente ao reconhecimento das diferenças temporárias das combinações de negócios da UNESC, UNIFASB, CDMV/DOK, Starline, Delínea e Plantão Veterinário/Pet Shop Kero Kolo.

Lucro líquido do período

O lucro líquido do período passou de R\$165.034 mil no exercício 2020, para R\$52.483 mil no exercício 2021, representando uma redução de 68,2%. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o lucro líquido do exercício passou de 13,2% para 3,7% nos mesmos períodos.

COMPARAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Ativo Circulante

O Ativo Circulante aumentou 5,3% no exercício social de 2022, passando de R\$717.202 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$752.637 mil em 31 de dezembro de 2022. As principais variações foram:

- (i) redução de 15,4% em Caixa e Equivalentes de Caixa, que passou de R\$213.704 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$180.764 mil em 31 de dezembro de 2022, em decorrência principalmente do pagamento da aquisição da FAEL, que teve a conclusão da operação em janeiro de 2022, e das parcelas das aquisições da UNESC, da UNIFASB, do CDMV/hospital DOK, da Prova Fácil, da Delinea e do Plantão Veterinário e Pet Shop Kero Kolo, que tiveram a conclusão da operação em fevereiro de 2021, abril de 2021, agosto de 2021, setembro de 2021 e dezembro/21, respectivamente;
- (ii) a linha Títulos e Valores Mobiliários caiu de R\$77.360 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$60.251 mil em 31 de dezembro de 2022, em virtude da redução do montante de aplicações financeiras;
- (iii) aumento de 14,5% no Contas a Receber de Clientes, que passou de R\$383.031 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$438.743 mil em 31 de dezembro de 2022, devido ao aumento do faturamento da Companhia por conta da consolidação das aquisições e do crescimento orgânico da base de alunos de ensino digital (EAD);
- (iv) aumento de 11,1% nos Tributos a Recuperar, que passou de R\$22.422 mil em 2021, para R\$24.922 mil em 2022, em função da consolidação das aquisições recentes; e
- (v) aumento de 108,6% em Outros Ativos, que passou de R\$18.733 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$39.074 mil em 31 de dezembro de 2022, devido ao aumento dos adiantamentos e das despesas antecipadas proveniente das aquisições e dos novos negócios consolidados em 2022.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante registrou um aumento de 11,1% no exercício social de 2022, passando de R\$2.375.387 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$2.639.440 mil em 31 de dezembro de 2022. As principais variações foram:

- (i) redução de 7,4% no Contas a Receber de Clientes, de R\$79.209 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$73.332 mil em 31 de dezembro de 2022, em função do menor volume de novas contratação em função do arrefecimento da pandemia do Covid-19 e da reclassificação para o circulante do contas a receber proveniente dos Créditos Educativos a Receber ;

- (ii) redução de 48,0% em Partes Relacionadas, de R\$4.068 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$2.115 mil em 31 de dezembro de 2022, tendo em vista a amortização do contrato referente à venda da aeronave;
- (iii) redução de 51,9% em Depósitos e Bloqueios Judiciais, de R\$41.065 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$19.748 mil em 31 de dezembro de 2022, devido às baixas realizadas em função do inventário de processos com depósitos realizados junto às varas judiciais e às instituições financeiras;
- (iv) aumento de 63,3% na linha Fundo Garantidor FG-FIES, de R\$31.855 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$52.028 mil em 31 de dezembro de 2022, devido às retenções para cobertura de eventual inadimplência dos contratos dos alunos do Novo Fies que tiveram suas regras em vigor a partir de 2019;
- (v) aumento de 16,9% em Tributos Diferidos, que passou de R\$18.486 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$21.615 mil em 31 de dezembro de 2022, em virtude de maior saldo das contas representativas das bases para diferimento tributário no período;
- (vi) aumento de 13,2% no Intangível, que passou de R\$1.063.444 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$1.203.974 mil em 31 de dezembro de 2022, em virtude basicamente da consolidação das aquisições realizadas em 2021 e da aquisição da UNIFAEL, realizada em janeiro de 2022 e dos investimentos no ensino digital, compensados parcialmente pelas baixas por impairment dos intangíveis de vida útil indefinida nas aquisições da UNG (Guarulhos/SP), Ceteba (Lauro de Freitas/BA) e Juvêncio Terra (Vitória da Conquista/BA), todas anteriores a 2015;
- (vii) aumento de 14,6% em Direito de Uso, que passou de R\$517.860 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$593.228 mil em 31 de dezembro de 2022, em virtude da adição de novos imóveis e aos reajustes dos pagamentos mínimos dos contratos vigentes; e
- (viii) o Imobilizado, ficou em R\$487.640 mil em 31 de dezembro de 2022, uma redução de 0,6% na comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2021, quando ficou em R\$490.345 mil tendo em vista a devolução de imóveis e da migração dos investimentos para o ensino digital, parcialmente compensado pelo registro do imobilizado das instituições adquiridas e das novas unidades.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante reduziu 6,5%, passando de R\$518.740 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$552.227 mil em 31 de dezembro de 2022. As principais variações foram:

- (i) redução de 10,4% em Empréstimos e Financiamentos, de R\$201.307 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$180.340 mil em 31 de dezembro de 2022, em função principalmente do pagamento das parcelas que tiveram vencimento no ano de 2022 e da renovação de contratos de capital de giro. No quarto trimestre de 2022, somente o “covenant” da Caixa Econômica Federal, da razão entre dívida financeira líquida e o EBITDA ajustado, apresentou valor acima do limite estabelecido contratualmente, de forma pontual e extraordinária, no valor de 2,68 e, por isso, essa dívida foi reclassificada para o curto prazo. A Companhia já obteve “Waiver” junto à instituição financeira e o valor de R\$65 milhões, será reclassificado novamente para o longo prazo no primeiro trimestre de 2023;

(ii) No exercício social de 2022, foi registrado o montante de R\$13.610 mil, na linha Instrumentos financeiros derivativos – swap, em virtude principalmente da contratação, em 7 de janeiro de 2022, de empréstimo em moeda estrangeira, conforme previsão na Lei 4.131/62, junto ao Itaú BBA International PLC, no valor de EUR 31.182 mil, com incidência de juros de 2,16% ao ano, sendo realizado swap integral com lastro no CDI junto ao Itaú Unibanco S.A., em valor equivalente a R\$ 200.000 mil, para reforçar a posição de caixa visando ao pagamento da aquisição da FAEL. O referido empréstimo terá incidência de encargos baseados na variação do CDI acrescidos de juros de 2,70% ao ano e possui prazo de 5 anos, tendo vencimento final em 7 de janeiro de 2027, com carência de 18 meses, amortização em 7 parcelas semestrais a partir do 24º mês e pagamento de juros semestrais, inclusive durante o período de carência, e garantia de aval corporativo;

(iii) em 15 de agosto de 2022, ocorreu a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, perfazendo o montante total de R\$200 milhões na data de emissão. As Debêntures possuem amortização semestral a partir do 24º mês (inclusive) contado da data de emissão, em 7 parcelas, sendo a última parcela devida na data de vencimento e serão remuneradas a CDI+2,00% ao ano. Em 2022, a linha Debêntures, no circulante, totalizou R\$11.208 mil. Em 2021, as debêntures tiveram o saldo zerado com a liquidação das debêntures da segunda série, na data de vencimento, em 15 de setembro de 2021, que fizeram jus à variação acumulada de 100% da taxa média diária de juros dos DI, acrescida de spread de 1,35% ao ano, base 252 Dias Úteis;

(iv) os Compromissos a Pagar passaram de R\$54.354 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$60.871 mil em 31 de dezembro de 2022, em função das aquisições: (1) da UNESC, que teve parcelamento dos valores das aquisições financiados pelos acionistas vendedores, gerando um saldo a pagar de R\$75,1 milhões, incluindo o pagamento condicionado pela aprovação das vagas de medicina de Vilhena; (2) da UNIFASB, que gerou um saldo a pagar de R\$80,0 milhões a ser depositado em uma conta vinculada e liberado para os vendedores, após a dedução de passivos indenizáveis pelos vendedores, em 5 parcelas anuais sucessivas, no valor de R\$ 16,0 milhões cada, sendo a primeira parcela devida em 31 de janeiro de 2022 e, as demais, na mesma data dos 4 anos seguintes; (3) do CDVM e do Hospital Veterinário DOK, que, conforme estrutura da operação, o montante de R\$3,6 milhões serão pagos em 5 parcelas de igual valor, anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela devida no aniversário de 1 ano, contado da data de fechamento, e, as demais, na mesma data dos 4 anos seguintes, corrigidas pela variação do IPCA entre a data de fechamento até a data de cada pagamento; (4) da Delinea, que teve um saldo de R\$2,0 milhões a serem pagos até o 6º aniversário da data de fechamento, sendo suas parcelas liberadas anualmente, durante esse período, conforme estabelecido em contrato; e (5) do Plantão Veterinário Hospital e do Pet Shop Kero Kolo, que gerou um saldo a pagar de 5,0 milhões de reais a serem pagos da seguinte forma: (i) R\$1,0 milhão de reais no primeiro aniversário do fechamento da transação; (ii) mais cinco parcelas de R\$800 mil reais nos anos seguintes do aniversário da transação, corrigidas pelo IPCA;

(v) aumento de 13,5% em Salários e Encargos Sociais, de R\$100.329 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$113.861 mil em 31 de dezembro de 2022, em função principalmente das aquisições consolidadas em 2022 e do aumento do quadro de pessoal principalmente nas novas unidades e nos novos negócios.

(vi) aumento de 41,3% em Tributos a Recolher, de R\$21.313 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$30.105 mil em 31 de dezembro de 2022, em função da aquisição da UNIFAEL e do aumento da base tributária dos outros negócios da Companhia, que possuem incentivo tributário setorial reduzido ou não possuem o incentivo, pelas características de suas atividades.;

(vii) redução de 4,9% em Obrigações de Arrendamento Mercantil, de R\$70.364 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$66.913 mil em 31 de dezembro de 2022, em função principalmente do impacto dos pagamentos realizados e da entrega de imóveis no registro do saldo a pagar no curto prazo, que compensaram o aumento proveniente dos reajustes dos contratos e do retorno dos imóveis da UNINORTE, conforme mencionado na análise do Passivo Não Circulante; e

(viii) aumento de 16,4% em Outros Passivos, de R\$37.004 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$43.064 mil em 31 de dezembro de 2022, devido às aquisições e aos novos negócios consolidados em 2022.

Passivo Não Circulante

O saldo do nosso Passivo Não Circulante ficou em R\$1.602.319 mil no exercício social de 2022, o que representa um aumento de 44,3%, quando comparado com o mesmo período de 2021, o qual alcançou R\$1.110.772 mil. As principais variações foram:

(i) aumento de 59,9% em Empréstimos e Financiamentos, de R\$234.758 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$375.280 mil em 31 de dezembro de 2022, em função principalmente da contratação, em 7 de janeiro de 2022, de empréstimo em moeda estrangeira, conforme previsão na Lei 4.131/62, junto ao Itaú BBA International PLC, no valor de EUR 31.182, com incidência de juros de 2,16% ao ano, sendo realizado swap integral com lastro no CDI junto ao Itaú Unibanco S.A., em valor equivalente a R\$ 200.000, para reforçar a posição de caixa visando ao pagamento da aquisição da FAEL. O referido empréstimo terá incidência de encargos baseados na variação do CDI acrescidos de juros de 2,70% ao ano e possui prazo de 5 anos, tendo vencimento final em 7 de janeiro de 2027, com carência de 18 meses, amortização em 7 parcelas semestrais a partir do 24º mês e pagamento de juros semestrais, inclusive durante o período de carência, e garantia de aval corporativo. Conforme mencionado na explicação da variação dessa linha Empréstimos e Financiamentos no circulante, no quarto trimestre de 2022, somente o “covenant” da Caixa Econômica Federal, da razão entre dívida financeira líquida e o EBITDA ajustado, apresentou valor acima do limite estabelecido contratualmente, de forma pontual e extraordinária, no valor de 2,68 e, por isso, essa dívida foi reclassificada para o curto prazo, entretanto, a Companhia já obteve “Waiver” junto à instituição financeira e o valor de R\$65 milhões, será reclassificado novamente para o longo prazo no primeiro trimestre de 2023;

(ii) No exercício social de 2022, foi registrado no passivo não circulante o montante de R\$26.336 mil, na linha Instrumentos financeiros derivativos – swap, em virtude principalmente da contratação de empréstimo junto ao Banco Itaú S.A. em moeda estrangeira com swap para CDI, conforme mencionado acima na análise do Passivo Circulante;

(iii) registro de R\$199.111 mil na linha Debêntures, no não circulante, em virtude da 3ª emissão de debêntures simples, conforme mencionado acima na análise do Passivo Circulante;

(iv) aumento de 14,8% em Obrigações de Arrendamento Mercantil, de R\$556.599 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$638.817 mil em 31 de dezembro de 2022, em função principalmente de: (a) reajustes previstos de contratos em linha com a inflação, em virtude do arrefecimento dos impactos da COVID-19; (b) aumento da base de imóveis locados e do retorno dos aluguéis de vários imóveis da UNINORTE, antecipados em maio de 2017 e classificados como "Contrato de Aluguel Vantajoso", que foram reconhecidos como amortização até maio de 2022, parcialmente compensados pela entrega de imóveis ao longo do ano; e

(v) aumento de 23,4% em Compromissos a pagar, de R\$185.239 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$228.624 mil em 31 de dezembro de 2022, em virtude do registro das parcelas a pagar das aquisições realizadas ao longo de 2021.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido apresentou uma redução de 15,4% no exercício social de 2022, passando de R\$1.463.077 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$1.237.531 mil em 31 de dezembro de 2022, em virtude do registro das recompras de ações realizadas ao longo de 2022 em Ações em Tesouraria e da absorção do prejuízo líquido apresentado no exercício 2022 pelas reservas de lucros da Companhia.

Balancos patrimoniais consolidados de					
(em milhares de reais)	2022		2021		2022/2021
	Consolidado	AV (%)	Consolidado	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	180.764	5,3%	213.704	6,9%	-15,4%
Títulos e valores mobiliários	60.251	1,8%	77.360	2,5%	-22,1%
Caixa restrito	6.931	0,2%	0	0,0%	0,0%
Contas a receber de clientes	438.743	12,9%	383.031	12,4%	14,5%
Tributos a recuperar	24.922	0,7%	22.422	0,7%	11,1%
Adiantamentos a fornecedores	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Partes relacionadas	1.952	0,1%	1.952	0,1%	0,0%
Outros Ativos	39.074	1,2%	18.733	0,6%	108,6%
TOTAL DO CIRCULANTE	752.637	22,2%	717.202	23,2%	4,9%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	73.332	2,2%	79.209	2,6%	-7,4%
Partes Relacionadas	2.115	0,1%	4.068	0,1%	-48,0%
Outros Ativos	100.869	3,0%	104.179	3,4%	-3,2%
Ativos de indenização	115.282	3,4%	116.282	3,8%	-0,9%
Caixa restrito	63.000	1,9%	0	0,0%	0,0%
Intangível	1.203.974	35,5%	1.063.444	34,4%	13,2%
Direito de uso	593.228	17,5%	517.860	16,7%	14,6%
Imobilizado	487.640	14,4%	490.345	15,9%	-0,6%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	2.639.440	77,8%	2.375.387	76,8%	11,1%
TOTAL DO ATIVO	3.392.077	100,0%	3.092.589	100,0%	9,7%
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	32.255	1,0%	34.069	1,1%	-5,3%
Compromissos a Pagar	60.871	1,8%	54.354	1,8%	12,0%
Empréstimos e financiamentos	180.340	5,3%	201.307	6,5%	-10,4%
Instrumentos financeiros derivativos - swap	13.610	0,4%	0	0,0%	0,0%
Debêntures	11.208	0,3%	0	0,0%	0,0%
Salários e encargos sociais	113.861	3,4%	100.329	3,2%	13,5%
Tributos a recolher	30.105	0,9%	21.313	0,7%	41,3%
Obrigações de Arrendamento Mercantil	66.913	2,0%	70.364	2,3%	-4,9%
Dividendos / JCP a pagar	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros Passivos	43.064	1,3%	37.004	1,2%	16,4%
TOTAL DO CIRCULANTE	552.227	16,3%	518.740	16,8%	6,5%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	375.280	11,1%	234.758	7,6%	59,9%
Instrumentos financeiros derivativos - swap	26.336	0,8%	0	0,0%	0,0%
Debêntures	199.111	5,9%	0	0,0%	0,0%
Obrigações de Arrendamento mercantil	638.817	18,8%	556.599	18,0%	14,8%
Compromissos a pagar	228.624	6,7%	185.239	6,0%	23,4%
Tributos a recolher	2.790	0,1%	4.804	0,2%	-41,9%
Provisão para contingências	131.349	3,9%	129.360	4,2%	1,5%
Outros passivos	12	0,0%	12	0,0%	0,0%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	1.602.319	47,2%	1.110.772	35,9%	44,3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	987.549	29,1%	987.549	31,9%	0,0%
Reserva de lucros	253.380	7,5%	475.528	15,4%	-46,7%
Ações em tesouraria	(3.398)	-0,1%	0	0,0%	0,0%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.237.531	36,5%	1.463.077	47,3%	-15,4%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.392.077	100,0%	3.092.589	100,0%	9,7%

COMPARAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Ativo Circulante

O Ativo Circulante reduziu 33,7% no exercício social de 2021, passando de R\$1.082.299 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$717.204 mil em 31 de dezembro de 2021. As principais variações foram:

- (i) redução de 68,6% em Caixa e Equivalentes de Caixa, que passou de R\$679.933 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$213.704 mil em 31 de dezembro de 2021, em decorrência principalmente do pagamento das aquisições da UNESC, da UNIFASB, do CDMV/hospital DOK, da Prova Fácil, da Delinea e do Plantão Veterinário e Pet Shop Kero Kolo, que tiveram a conclusão da operação em fevereiro de 2021, abril de 2021, agosto de 2021, setembro de 2021 e dezembro de 2021, respectivamente;
- (ii) aumento em Títulos e Valores Mobiliários, de R\$1.176 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$77.360 mil em 31 de dezembro de 2021, em virtude da redução do montante de aplicações financeiras;
- (iii) aumento de 5,3% no Contas a Receber de Clientes, que passou de R\$363.718 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$383.031 mil em 31 de dezembro de 2021, devido ao aumento do faturamento da Companhia por conta da consolidação das aquisições e do crescimento orgânico da base de alunos de ensino digital (EAD);
- (iv) aumento de 78,6% nos Tributos a Recuperar, que passou de R\$12.556 mil, em 2020, para R\$22.422 mil, em 2021, em virtude do aumento do volume de tributos a recuperar em função da consolidação das aquisições recentes; e
- (v) redução de 18,4% em Outros Ativos, que passou de R\$22.964 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$18.735 mil em 31 de dezembro de 2021.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante registrou um aumento de 18,2% no exercício social de 2021, passando de R\$2.009.186 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$2.375.387 mil em 31 de dezembro de 2021. As principais variações foram:

- (i) aumento de 19,5% no Contas a Receber de Clientes, de R\$66.275 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$79.209 mil em 31 de dezembro de 2021, em função do aumento da carteira de crédito estudantil associado ao Educured;
- (ii) redução de 32,4% em Partes Relacionadas, de R\$6.020 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$4.068 mil em 31 de dezembro de 2021, tendo em vista a amortização do contrato referente à venda da aeronave;
- (iii) redução de 24,4% em Depósitos e Bloqueios Judiciais, de R\$58.636 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$44.346 mil em 31 de dezembro de 2021, devido à redução do volume de depósitos judiciais, referentes às disputas atualmente em curso;

- (iv) aumento de 88,7% na linha Fundo Garantidor FG-FIES, de R\$18.631 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$35.148 mil em 31 de dezembro de 2021, devido à maturação dos contratos dos alunos do Novo Fies que tiveram suas regras em vigor a partir de 2019;
- (v) aumento de 266,2% em Tributos Diferidos, que passou de R\$5.048 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$18.486 mil em 31 de dezembro de 2021, em virtude de maior saldo das contas representativas das bases para diferimento tributário no período.;
- (vi) aumento de 48,4% no Intangível, que passou de R\$716.735 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$1.063.444 mil em 31 de dezembro de 2021, em virtude da consolidação das aquisições e dos investimentos no ensino digital;
- (vii) redução de 9,3% em Direito de Uso, que passou de R\$570.737 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$517.860 mil em 31 de dezembro de 2021, em virtude da devolução de imóveis e maturação da base de contratos existentes; e
- (vii) aumento de 8,2% no Imobilizado, que passou de R\$453.089 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$490.345 mil em 31 de dezembro de 2021, tendo em vista a devolução de imóveis e da migração dos investimentos para o ensino digital, parcialmente compensado pelo registro do imobilizado das instituições adquiridas e das novas unidades.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante aumentou 15,3%, passando de R\$449.744 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$518.740 mil em 31 de dezembro de 2021. As principais variações foram:

- (i) aumento de 77,2% em Empréstimos e Financiamentos, de R\$113.624 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$201.307 mil em 31 de dezembro de 2021, em função principalmente da contratação de R\$500 milhões em capital de giro de médio prazo com objetivo de propiciar à Companhia uma proteção maior de caixa para eventual deterioração adicional no cenário, dentre as medidas para preservação de caixa que foram adotadas durante a pandemia da COVID-19, além de apoiar movimentos de possíveis aquisições;
- (ii) as Debêntures tiveram o saldo zerado em 2021, com a liquidação das debêntures da segunda série, na data de vencimento, em 15 de setembro de 2021, que fizeram jus à variação acumulada de 100% da taxa média diária de juros dos DI, acrescida de spread de 1,35% ao ano, base 252 Dias Úteis, e foram emitidas com o objetivo de reduzir seu custo de capital por meio do pagamento integral de sua 1ª emissão realizada em 2015, resultando em uma melhor estrutura de capital. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo das debêntures correspondia a R\$50.166 mil;
- (iii) os Compromissos a Pagar passaram de R\$2.400 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$54.354 mil em 31 de dezembro de 2021, em função das aquisições: (1) da UNESC, que teve parcelamento dos valores das aquisições financiados pelos acionistas vendedores, gerando um saldo a pagar de R\$75,1 milhões, incluindo o pagamento condicionado pela aprovação das vagas de medicina de Vilhena; (2) da UNIFASB, que gerou um saldo a pagar de R\$80,0 milhões a ser depositado em uma conta vinculada e liberado para os vendedores, após a dedução de passivos indenizáveis pelos vendedores, em 5 parcelas anuais sucessivas, no valor de R\$ 16,0 milhões cada, sendo a primeira parcela devida em 31 de janeiro de

2022 e, as demais, na mesma data dos 4 anos seguintes; (3) do CDVM e do Hospital Veterinário DOK, que, conforme estrutura da operação, o montante de R\$3,6 milhões serão pagos em 5 parcelas de igual valor, anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela devida no aniversário de 1 ano, contado da data de fechamento, e, as demais, na mesma data dos 4 anos seguintes, corrigidas pela variação do IPCA entre a data de fechamento até a data de cada pagamento; (4) da Delinea, que teve um saldo de R\$2,0 milhões a serem pagos até o 6º aniversário da data de fechamento, sendo suas parcelas liberadas anualmente, durante esse período, conforme estabelecido em contrato; e (5) do Plantão Veterinário Hospital e do Pet Shop Kero Kolo, que gerou um saldo a pagar de 5,0 milhões de reais a serem pagos da seguinte forma: (i) R\$1,0 milhão de reais no primeiro aniversário do fechamento da transação; (ii) mais cinco parcelas de R\$800 mil reais nos anos seguintes do aniversário da transação, corrigidas pelo IPCA;

(iv) aumento de 7,9% em Salários e Encargos Sociais, de R\$92.945 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$100.329 mil em 31 de dezembro de 2021, em função do diferimento no pagamento dos encargos previdenciários e FGTS no período da pandemia do Covid-19 (igual ao dos tributos) e da provisão para pagamento do incentivo de longo prazo aos diretores;

(v) redução de 56,5% em Tributos a Recolher, de R\$49.013 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$21.313 mil em 31 de dezembro de 2021, em virtude da medida adotada pelo governo frente a pandemia do COVID-19 de postergação do pagamento de determinados tributos e Pis/Cofins sobre a multa do GoShop;

(vi) aumento de 42,7% em Obrigações de Arrendamento Mercantil, de R\$49.320 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$70.364 mil em 31 de dezembro de 2021, em função principalmente da inclusão dos custos de depreciação e amortização dos prédios da UNIFACIMED, UNIJUAZEIRO e da UNESC nos resultados consolidados da Companhia, cujos processos de aquisição foram finalizados em novembro de 2020 (UNIFACIMED e UNIJUAZEIRO) e fevereiro de 2021 (UNESC), compensada pela devolução de imóveis;

(vii) a linha de Dividendos e JCP a pagar encerrou o exercício de 2021 zerada, em virtude dos dividendos sobre o lucro líquido do exercício 2021 terem sido integralmente pagos como dividendos intermediários em 10 de dezembro de 2021. Ao final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o saldo dessa linha era R\$24.718 mil, em função do registro do saldo a pagar dos dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro do exercício 2020 e dos juros sobre capital próprio que foram pagos em janeiro de 2021; e

(viii) aumento de 25,9% em Outros Passivos, de R\$29.388 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$37.004 mil em 31 de dezembro de 2021, devido à redução do montante de outras contas a pagar.

Passivo Não Circulante

O saldo do nosso Passivo Não Circulante ficou em R\$1.110.772 mil no exercício social de 2021, o que representa uma redução de 8,6%, quando comparado com o mesmo período de 2020, o qual alcançou R\$1.215.254 mil. As principais variações foram:

(i) redução de 45,1% em Empréstimos e Financiamentos, de R\$427.268 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$234.758 mil em 31 de dezembro de 2021, em função

principalmente da transferência para o circulante de parcelas dos contratos de capital de giro de médio prazo, no montante de R\$500 milhões, com objetivo de propiciar à Companhia uma proteção maior de caixa para eventual deterioração adicional no cenário, dentre as medidas para preservação de caixa que foram adotadas durante a pandemia da COVID-19, além de apoiar movimentos de possíveis aquisições;

(ii) redução de 7,5% em Obrigações de Arrendamento Mercantil, de R\$601.707 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$556.599 mil em 31 de dezembro de 2021, em função da devolução de imóveis no decorrer do ano, parcialmente compensada pela inclusão da UNIFACIMED, UNIJUAZEIRO e da UNESC nos resultados consolidados da Companhia; e

(iii) aumento de 210,8% em Compromissos a pagar, de R\$59.600 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$185.239 mil em 31 de dezembro de 2021, em virtude do registro das parcelas a pagar das aquisições realizadas ao longo de 2021.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido apresentou um aumento de 2,6% no exercício social de 2021, passando de R\$1.426.487 mil em 31 de dezembro de 2020, para R\$1.463.077 mil em 31 de dezembro de 2021, em virtude das seguintes deliberações realizadas pelo Conselho de Administração da Companhia durante o exercício 2021:

(i) pagamento, aprovada pela Assembleia Geral que deliberar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas na importância de 30% (trinta por cento) do lucro líquido calculado para o período, representando o valor total de R\$15.893.279,00 (quinze milhões, oitocentos e noventa e três mil, duzentos e setenta e nove reais), provenientes do lucro líquido apurado no balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2021, correspondentes a R\$ 0,123470217 por ação da Companhia.

Balanços patrimoniais consolidados de					
(em milhares de reais)	2021		2020		2021/2020
	Consolidado	AV (%)	Consolidado	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	213.704	6,9%	679.933	22,0%	-68,6%
Títulos e valores mobiliários	77.360	2,5%	1.176	0,0%	6478,2%
Contas a receber de clientes	383.031	12,4%	363.718	11,8%	5,3%
Tributos a recuperar	22.422	0,7%	12.556	0,4%	78,6%
Partes relacionadas	1.952	0,1%	1.952	0,1%	0,0%
Outros Ativos	18.733	0,6%	22.964	0,7%	-18,4%
TOTAL DO CIRCULANTE	717.202	23,2%	1.082.299	35,0%	-33,7%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	79.209	2,6%	66.275	2,1%	19,5%
Partes Relacionadas	4.068	0,1%	6.020	0,2%	-32,4%
Outros Ativos	104.179	3,4%	84.315	2,7%	23,6%
Ativos de indenização	116.282	3,8%	112.015	3,6%	3,8%
Intangível	1.063.444	34,4%	716.735	23,2%	48,4%
Direito de uso	517.860	16,7%	570.737	18,5%	-9,3%
Imobilizado	490.345	15,9%	453.089	14,7%	8,2%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	2.375.387	76,8%	2.009.186	65,0%	18,2%
TOTAL DO ATIVO	3.092.589	100,0%	3.091.485	100,0%	0,0%
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	34.069	1,1%	38.170	1,2%	-10,7%
Compromissos a Pagar	54.354	1,8%	2.400	0,1%	2164,8%
Empréstimos e financiamentos	201.307	6,5%	113.624	3,7%	77,2%
Debêntures	0	0,0%	50.166	1,6%	-100,0%
Salários e encargos sociais	100.329	3,2%	92.945	3,0%	7,9%
Tributos a recolher	21.313	0,7%	49.013	1,6%	-56,5%
Obrigações de Arrendamento Mercantil	70.364	2,3%	49.320	1,6%	42,7%
Dividendos / JCP a pagar	0	0,0%	24.718	0,8%	-100,0%
Outros Passivos	37.004	1,2%	29.388	1,0%	25,9%
TOTAL DO CIRCULANTE	518.740	16,8%	449.744	14,5%	15,3%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	234.758	7,6%	427.268	13,8%	-45,1%
Obrigações de Arrendamento mercantil	556.599	18,0%	601.707	19,5%	-7,5%
Compromissos a pagar	185.239	6,0%	59.600	1,9%	210,8%
Tributos a recolher	4.804	0,2%	5.261	0,2%	-8,7%
Provisão para contingências	129.360	4,2%	121.406	3,9%	6,6%
Outros passivos	12	0,0%	12	0,0%	0,0%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	1.110.772	35,9%	1.215.254	39,3%	-8,6%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	987.549	31,9%	987.549	31,9%	0,0%
Reserva de lucros	475.528	15,4%	438.938	14,2%	8,3%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.463.077	47,3%	1.426.487	46,1%	2,6%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.092.589	100,0%	3.091.485	100,0%	0,0%

Fluxo de Caixa do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

A redução do caixa no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2022 ficou em R\$32.940 mil, sendo que foram gerados R\$282.890 mil com as atividades operacionais, foram investidos R\$397.139 mil nas atividades de investimento, com uma aplicação de R\$25.124 mil em Títulos e Valores Mobiliários, e houve uma aplicação de recursos de R\$242.556 mil de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento, além de R\$136.123 mil referentes ao pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, conforme reconciliação abaixo:

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado (em milhares de reais)	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	282.890	326.334
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(397.139)	(323.604)
Títulos e Valores Mobiliários	(25.124)	(75.258)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	242.556	(262.805)
Atividades de Financiamento	242.556	(222.195)
Pagamento de Dividendos	0	(40.610)
Pagamento de Juros	(130.551)	(93.621)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(5.572)	(37.275)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(32.940)	(466.229)
Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	213.704	679.933
No fim do período	180.764	213.704
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(32.940)	(466.229)
Variação das Disponibilidades Financeiras	(7.816)	(390.971)

Caixa gerado pelas atividades operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de operações da Companhia, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas dos negócios, dos custos e despesas operacionais e do resultado financeiro. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais foi de R\$282.890 mil e R\$326.334 mil, respectivamente.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento está substancialmente relacionado: (i) às aquisições de empresas controladas menos caixa líquido na aquisição; (ii) às aquisições de ativo imobilizado; e (iii) à aquisição de ativos intangíveis. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento somou

um total de R\$397.139 mil, sendo R\$25.124 mil aplicados em Títulos e Valores Mobiliários de liquidez diária para fins de remuneração do caixa, R\$74.120 mil aplicados principalmente na construção e reforma das unidades do Grupo e na aquisição de livros para biblioteca e equipamentos, R\$34.506 mil em Adições ao intangível e R\$295.210 mil em pagamento de aquisição de controladas.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, totalizaram R\$242.556 mil positivos, em virtude principalmente da contratação de R\$200,0 milhões de empréstimo junto ao Banco Itaú S.A. em moeda estrangeira com swap para CDI e da emissão de debêntures no montante de R\$ 200,0 milhões, parcialmente compensadas pela amortização de contratos de empréstimos e financiamentos.

Fluxo de Caixa do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

O caixa líquido apresentou uma redução no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2021 de R\$466.229 mil, sendo que foram gerados R\$326.334 mil com as atividades operacionais, foram investidos R\$323.604 mil nas atividades de investimento, com uma aplicação de R\$75.258 mil em Títulos e Valores Mobiliários, e houve uma aplicação de recursos de R\$262.805 mil de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento, além de R\$130.896 mil referentes ao pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, conforme reconciliação abaixo:

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado (em milhares de reais)	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	326.334	395.251
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(323.604)	(253.244)
Títulos e Valores Mobiliários	(75.258)	90.114
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(262.805)	354.638
Atividades de Financiamento	(222.195)	381.073
Pagamento de Dividendos	(40.610)	(26.435)
Pagamento de Juros	(93.621)	(107.376)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(37.275)	(14.623)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(466.229)	464.760
Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	679.933	215.173
No fim do período	213.704	679.933
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(466.229)	464.760
Variação das Disponibilidades Financeiras	(390.971)	374.646

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de operações da Companhia, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas dos negócios, dos custos e despesas operacionais e do resultado financeiro. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais foi de R\$326.334 mil e R\$395.251 mil, respectivamente.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento está substancialmente relacionado: (i) às aquisições de empresas controladas menos caixa líquido na aquisição; (ii) às aquisições de ativo imobilizado; e (iii) à aquisição de ativos intangíveis. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento somou um total de R\$323.604 mil, sendo R\$75.258 mil aplicados em Títulos e Valores Mobiliários de liquidez diária para fins de remuneração do caixa, R\$57.131 mil aplicados principalmente na construção e reforma das unidades do Grupo e na aquisição de livros para biblioteca e equipamentos, R\$14.815 mil em Adições ao intangível e R\$259.729 mil em pagamento de aquisição de controladas.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, totalizaram R\$262.805 mil negativos, em virtude principalmente da captação de R\$500,0 milhões em capital de giro junto aos bancos Itaú Unibanco S.A.,

Banco Santander Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal, parcialmente compensada pela amortização de contratos de empréstimos e financiamentos, e do pagamento de dividendos relativos ao lucro auferido pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

2.2 - Os diretores devem comentar sobre

a. resultados das operações da Companhia:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A seguir, são apresentados os comentários da Diretoria da Companhia correspondentes à análise dos principais componentes da receita e fatores que afetaram ou podem afetar materialmente os resultados da Companhia. Nas seções 2.2 (b) e 2.2 (c), em conjunto, são comentados as variações e/ou impactos de itens tais como, inflação, taxa de juros e sazonalidade.

Desde a constituição da Companhia, sua receita decorre da prestação de serviços educacionais de graduação, pós-graduação e cursos profissionalizantes. Esclarecem, nossos Diretores, que nossa receita bruta é composta pelos seguintes itens:

Mensalidades: A maior parte da receita bruta da Companhia provém das mensalidades cobradas pelos cursos de graduação tradicional, ensino a distância, graduação tecnológica, extensão, especialização e pós-graduação, que são oferecidos aos alunos. Os cursos são vendidos em módulos de seis meses, parcelados em seis mensalidades, com pagamento no início de cada mês, sendo a confirmação da matrícula no semestre feita mediante o pagamento da primeira parcela.

Outras receitas: O restante da receita bruta da Companhia provém das taxas por serviços prestados aos alunos, como impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, requerimentos de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, aluguéis de salas e auditórios, entre outras receitas.

A tabela a seguir demonstra a composição da receita operacional bruta e receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(em milhares de reais)	31 de dezembro de 2022	AV (1)	31 de dezembro de 2021	AV (1)	31 de dezembro de 2020	AV (1)
Receita Operacional Bruta	3.428.929	204,5%	2.804.769	199,3%	2.439.015	195,0%
Mensalidades de graduação	2.809.063	167,6%	2.449.339	174,0%	2.179.688	174,3%
Mensalidades de pós-graduação	15.393	0,9%	20.303	1,4%	30.424	2,4%
Mensalidades de ensino técnico	1.642	0,1%	1.553	0,1%	1.684	0,1%
Mensalidades de EAD	543.162	32,4%	308.131	21,9%	218.080	17,4%
Outras	59.669	3,6%	25.443	1,8%	9.139	0,7%
Deduções da receita bruta	(1.752.586)	-104,5%	(1.397.411)	-99,3%	(1.188.552)	-95,0%
Descontos e bolsas	(1.693.886)	-101,0%	(1.349.857)	-95,9%	(1.145.579)	-91,6%
Impostos	(58.700)	-3,5%	(47.554)	-3,4%	(42.973)	-3,4%
Receita operacional líquida	1.676.343	100,0%	1.407.358	100,0%	1.250.463	100,0%

(1) Percentual total da receita operacional líquida.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores comentam que a situação financeira e o resultado das operações da Companhia são influenciados por fatores como: (i) o desenvolvimento macroeconômico brasileiro; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a disponibilidade de crédito; (iv) inflação, (v) nível de juros básicos; (vi) o nível de renda da população; e (vii) alterações regulatórias e legislativas que incidem sobre o setor de educação e os negócios da Companhia. Variáveis como desenvolvimento macroeconômico brasileiro, a taxa de desemprego e a média salarial podem afetar, positivamente ou negativamente, a receita da Companhia, uma vez que impactam diretamente o poder de consumo dos seus clientes. Também podem incorrer em variações, positivas ou negativas, em relação aos seus custos operacionais e despesas administrativas e comerciais devido à oferta e demanda de mão de obra. A disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar, positivamente ou negativamente, as despesas financeiras da Companhia, bem como a sua capacidade de investimento no curto e médio prazo.

Exceto pela inflação e taxas de juros básicos, os Diretores comentam que não é possível aferir quantitativamente o impacto dos fatores macroeconômicos citados acima nas atividades da Companhia, muito embora não seja possível afastar completamente potencial relevância indireta destes para o desenvolvimento de qualquer negócio no médio e longo prazo. Em relação à inflação e taxas de juros, os Diretores comentam que os impactos desses fatores têm sua relevância mitigada ou mesmo anulada na medida em que a Companhia consegue realizar periódicos reajustes de suas mensalidades para acompanhar a inflação e/ou compatibilizar o perfil de sua dívida e geração de caixa próprio para endereçar eventuais impactos resultantes de variações nas taxas de juros. Para informações adicionais a respeito de impactos da inflação e taxas de juros em nas atividades da Companhia, ver Item 2.2 (c) abaixo.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxa de câmbio e inflação:

Os Diretores entendem que os principais fatores determinantes da receita bruta da Companhia são: (i) o número de alunos matriculados em cada um dos cursos oferecidos, unidades e turnos; (ii) o valor das mensalidades para cada curso, unidade e turno; e (iii) o número de disciplinas ou créditos que o aluno está cursando.

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2022, 2021 e 2020 são: (i) crescimento de alunos matriculados e rematriculados nas instituições de ensino; (ii) reajustes das mensalidades estabelecidos de acordo com o curso, unidade e turno; e (iii) consolidação das receitas das instituições adquiridas.

Os Diretores ressaltam ainda que a variação da receita também pode ser atribuída à oferta de novos produtos e serviços nas áreas em que a Companhia atua, por exemplo, para o ensino superior há renovação constante do portfólio de cursos de graduação e pós-graduação, visando atender às necessidades locais do mercado de trabalho.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro:

Os Diretores da Companhia destacam que o desempenho financeiro da Companhia pode ser afetado pela inflação, tendo em vista que as receitas da Companhia bem como os custos e despesas operacionais são incorridos em reais e estão, direta ou indiretamente, indexados aos índices de inflação como IGP-M e IPCA. Diante disso, considerando que o aumento dos nossos custos e despesas são compensados pelo aumento proporcional das mensalidades cobradas de nossos clientes, os Diretores da Companhia acreditam que a inflação teve impacto relevante nos resultados da Companhia.

Os Diretores, no entanto, não podem prever se a Companhia será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro.

Os Diretores destacam ainda que a Companhia poderá ser impactada em decorrência de variações da taxa de juros (CDI).

2.3 - Os diretores devem comentar sobre:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas, ou mesmo as novas normas emitidas anteriormente ainda não tiveram sua vigência iniciada.

Os Diretores analisam a seguir as mudanças significativas nas práticas contábeis e os efeitos destas alterações na contabilidade da Companhia. A análise dessas alterações foi segregada por exercício e, quando aplicável, os impactos na posição patrimonial e financeira são apresentados em forma de quadro, no respectivo exercício da adoção.

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2:

Não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras produzidos pelas mudanças nas práticas ou nas normas contábeis que passaram a vigorar a partir de janeiro de 2020.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Os nossos Diretores informam que não houve nenhuma ressalva ou ênfases de nossos auditores para as Demonstrações Financeiras elaboradas em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. da introdução ou alienação de segmento operacional:

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

É parte da estratégia de negócios da Companhia a aquisição de empresas. Neste sentido, os Diretores informam que desde a sua fundação, a Companhia já realizou diferentes aquisições que adicionaram receitas oriundas dessas empresas, cujas breves descrições foram inseridas abaixo. Para mais informações sobre as aquisições ver o Formulário de Referência da Companhia. Todavia, com relação a eventuais futuras aquisições, os Diretores não podem afirmar quais serão e se haverá efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como a recuperação da demanda está ocorrendo de forma mais gradual, em virtude dos impactos da Pandemia de COVID-19 ocorridos entre os anos de 2020 e 2022, a partir do terceiro trimestre de 2022, a Companhia iniciou um programa de redução de oferta e otimização operacional visando aumentar sua eficiência por meio da redução da quantidade de faculdades credenciadas, mas não ativas, de 115 para 80; otimização da base de imóveis locados em cidades em que atua, em especial nas regiões Norte e Nordeste; além da implantação de medidas para otimização de custos, despesas e investimentos. Essas iniciativas, que tiveram seus primeiros efeitos a partir do quarto trimestre de 2022, visam além da otimização operacional, permitir que a Companhia continue seu processo de

desenvolvimento do ecossistema de educação continuada, gerando novas fontes de receitas auxiliares, com destaque para os segmentos de educação não regulada e nos segmentos B2B e B2B2C. Outro efeito esperado por essas medidas é apoiar a geração de sinergias das aquisições que foram realizadas nos últimos dois anos, que estão em estágios iniciais ou intermediários de maturação de captura.

Em 14 de janeiro de 2022, a Ser Educacional, em complemento ao fato relevante divulgado em 31 de maio de 2021 e ao comunicado ao mercado divulgado em 26 de novembro de 2021, anunciou a conclusão financeira do Contrato de Cessão e Transferência de Ações e a efetiva transferência para a sua subsidiária 3L Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais S.A. – 3L Digital – de 100% das ações representativas do capital social da Sociedade Técnica Educacional da Lapa S.A., mantenedora da Faculdade Educacional da Lapa – FAEL, a qual tem atuação em todo o território nacional, exclusivamente na modalidade de Ensino Digital.

A FAEL tem suas operações baseadas na cidade da Lapa (PR) e é uma das maiores instituições de ensino superior digital do Brasil, atuando nas modalidades de graduação e pós-graduação com seu modelo operacional baseado na distribuição de cursos via seus mais de 600 polos, contando com sólida capilaridade em municípios com menos de 100 mil habitantes, e suas operações possuem um modelo complementar ao da SER, tanto por sua presença regional, concentrando cerca de 67% da sua base de alunos de graduação nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, quanto por sua estrutura comercial, uma vez que sua rede de polos parceiros é responsável por cerca de 98% de sua base de alunos, enquanto a rede de polos parceiros da SER corresponde a cerca de 20% de sua base de alunos, sendo o restante dessa base de alunos matriculada via unidades próprias e matrículas online.

Em 2021, foram concluídas as seguintes aquisições:

Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda. – UNESC

Em 1 de fevereiro de 2021, a UNESC foi integralmente adquirida pelo CENESUP – Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. A UNESC é mantenedora das seguintes instituições de ensino: (i) Faculdade de Educação e Cultura de Porto Velho, (ii) Faculdade de Educação e Cultura de Vilhena, (iii) Faculdades Integradas de Cacoal e (iv) Faculdade de Educação e Cultura de Ji-Paraná.

Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras – IAESB

Em 05 de abril de 2021, o IAESB foi integralmente adquirido pelo CENESUP – Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. O IAESB é mantenedor do Centro Universitário São Francisco de Barreiras – UNIFASB.

Centro de Desenvolvimento da Medicina Veterinária, Cursos e Treinamento Ltda. – CDMV e da Clínica Veterinária CDMV Ltda. (Hospital Veterinário DOK)

Em 04 de agosto de 2021, a CDMV e o Hospital Veterinário DOK foram integralmente adquiridos pela Clínica Escola de Saúde Uninassau Ltda.

Starline Tecnologia S.A. – Prova Fácil

Em 17 de setembro de 2021, a Starline, proprietária da Prova Fácil, foi integralmente adquirida pela 3L Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais S.A. ("3L Digital"), subsidiária da Ser Educacional S.A.

Delinea Tecnologia Educacional LTDA. - Deduca

Em 1º de dezembro de 2021, a Delinea, detentora da plataforma Deduca, foi integralmente adquirida pela 3L Digital.

Plantão Veterinário Hospital Ltda. e Pet Shop Kero Koro Ltda.

Em 10 de dezembro de 2021, o Plantão Veterinário Hospital Ltda. e o Pet Shop Kero Koro Ltda. foram integralmente adquiridos pela Clínica Escola de Saúde Uninassau Ltda.

c. dos eventos ou operações não usuais:

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não realizou eventos ou operações não usuais.

2.5 - Medições não contábeis

a. Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(Em Reais mil, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	190.090	362.336	488.845
EBITDA ajustado	292.569	317.465	316.737
Margem de EBITDA ajustado	17,5%	22,6%	25,3%
Dívida (Caixa) líquida	783.890	384.594	(28.051)
Índice de Alavancagem Financeira	38,8%	20,8%	-2,0%
Índice de Endividamento	2,68	1,21	(0,09)
Índice de Liquidez Corrente	1,36	1,38	2,41
Taxa Anual de Crescimento Composto (CAGR) - Receita Líquida	15,8%	5,0%	-0,5%

EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* ou LAJIDA - Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada por nós em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas. O EBITDA deve ser conciliado com as nossas demonstrações financeiras como segue: lucro (prejuízo) líquido do exercício acrescido das despesas com imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro, e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

De acordo com a Resolução CVM 156, podemos optar por divulgar os valores do EBITDA excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas, como especificadas no Pronunciamento Técnico CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

Desta forma, EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com (a) o resultado financeiro das receitas com multas e juros sobre as mensalidades, (b) os custos e despesas não recorrentes, compostos pelos gastos ligados a fusões e aquisições de empresas, os quais não impactariam a geração usual de caixa e (c) os aluguéis mínimos pagos, que são compostos pelos contratos de aluguel registrados como arrendamentos financeiros de acordo com o Comitê de Pronunciamento Contábil.

A Margem EBITDA Ajustado refere-se a divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida dos serviços prestados.

O EBITDA, EBITDA Ajustado e as outras medições não contábeis apresentadas neste Formulário de Referência, e listadas abaixo, não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitido pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma

alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA, EBITDA Ajustado e as outras medições não contábeis apresentadas neste Formulário de Referência, e listadas abaixo, de maneira diferente de nós.

Dívida Líquida

Calculamos a dívida líquida como a soma de empréstimos e financiamentos, debêntures e compromissos a pagar, menos a soma de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários circulantes.

Índice de Alavancagem Financeira (Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido))

Calculamos o Índice de Alavancagem Financeira como a razão entre a dívida líquida (definida acima) e a soma da dívida líquida com o patrimônio líquido.

Índice de Endividamento (Dívida líquida/EBITDA Ajustado)

Calculamos o Índice de Endividamento como a razão entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado (definido acima). No item 2.5-b, o índice de endividamento é apresentado também de outra forma, como a razão entre a soma do passivo circulante e passivo não circulante, e o ativo total).

Índice de Liquidez Corrente

Calculamos o índice de Liquidez Corrente como a razão entre o ativo circulante e o passivo circulante. Entretanto, apesar deste indicador seguir uma forma de apresentação padronizada (nos termos de artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156), nós não podemos garantir que outras empresas sigam o mesmo padrão de apresentação.

Nesse sentido, caso o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras empresas, a liquidez corrente divulgada por nós, pode não ser comparável à liquidez corrente divulgada por outras empresas. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156. Ainda, empresas estrangeiras não estão sujeitas à Resolução CVM 156 e, portanto, podem apresentar métricas diferenciadas para o cálculo dessa medida.

Taxa Anual de Crescimento Composto (CAGR - *Compound Annual Growth Rate*)

Calculamos o CAGR, ou Taxa Anual de Crescimento Composto, dividindo a receita líquida de serviços no final do período em questão pelo seu valor no início desse período, elevando o resultado a potência de um dividido pelo período de duração e subtraindo um do resultado subsequente.

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a conciliação entre os valores divulgados do EBITDA e EBITDA Ajustado e os valores das demonstrações financeiras auditadas foi realizada da seguinte forma:

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em		
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Lucro líquido (1)	(222.148)	52.483	165.034
(+) Despesas financeiras líquidas	190.683	131.168	103.635
(+) Imposto de renda e contribuição social	7.237	(6.185)	44.525
(+) Depreciação e Amortização	214.318	184.870	175.651
EBITDA (2)	190.090	362.336	488.845
(+) Receita de juros e multa sobre mensalidades (4)	24.840	15.003	17.728
(+) Custos e Despesas Não Recorrentes (5)	225.204	59.124	(73.750)
(-) Aluguéis mínimos pagos (6)	(147.565)	(118.998)	(116.086)
EBITDA Ajustado (3)	292.569	317.465	316.737
Caixa (Dívida) líquido / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	38,8%	20,8%	(2,0%)

(1) Em função de sua aderência ao PROUNI, a Companhia tem benefícios fiscais que afetam seu lucro líquido. Para mais informação, veja o Item 2.2 acima.

(2) EBITDA não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 abaixo.

(3) O EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com o resultado financeiro de receitas com multas e juros sobre mensalidades, custos e despesas não recorrentes e os aluguéis mínimos pagos.

(4) Receita de juros e multa sobre mensalidades são compostas pelo resultado financeiro, líquido, da Companhia, oriundo da receita de juros e de multas sobre mensalidades corresponde aos encargos financeiros sobre as mensalidades negociadas e mensalidades pagas em atraso.

(5) Os custos e despesas não recorrentes são compostos por gastos ligados a fusões aquisições de empresas, e gastos de natureza não rotineira, o qual não impactaria na geração de caixa.

(6) Os aluguéis mínimos são compostos pelos contratos de aluguel os quais foram registrados como arrendamentos financeiros pelo CPC 06. Os gastos destes arrendamentos não transitam pelo EBITDA da Companhia, sendo incorporados ao EBITDA Ajustado.

RESUMO DOS ITENS NÃO RECORRENTES (R\$ '000)	12M22	12M21	12M20
Custos e Despesas Não-Recorrentes que Impactam o EBITDA Ajustado	225.204	59.124	(73.750)
Aluguel	-	5.099	574
Pessoal	14.467	13.206	17.782
Custo	6.785	5.111	10.998
Despesa	7.682	8.095	6.784
Despesas com Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	10.193	11.245	28.304
Outras Despesas Operacionais Líquidas	200.544	29.574	(120.410)
Baixa de Ativo Imobilizado	-	-	15.927
Reversão de Contratos de Arrendamento / Direito de Uso	-	-	(3.537)
Despesas Tributárias	1.488	-	-
Outras Despesas	-	836	8.354
Perda no valor de recuperação de ativos	150.807	-	-
Outras	48.249	28.738	(141.155)
Custos e Despesas Não-Recorrentes que não Impactam o EBITDA Ajustado	(2.221)	(2.408)	28.835
Despesas Financeiras - Outros	2.088	-	-
IR/CSLL Complementar sobre o Lucro Líquido Ajustado*	(4.310)	(2.408)	28.835
Total de Custos e Despesas Não-Recorrentes	222.983	56.716	(44.915)

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a geração de caixa medida pelo EBITDA Ajustado somou R\$292.569 mil e em 31 de dezembro de 2021, R\$317.465 mil, representando uma redução de 7,8%. Essa variação de 2022 x 2021 foi decorrente do efeito combinado de: (i) impactos da pandemia da COVID-19, em especial no Ensino Híbrido; (ii) um maior reconhecimento de descontos e bolsas como dedução da receita operacional bruta, decorrentes de renegociações com alunos com matrículas vigentes no ano anterior e com mensalidades em atraso, com a finalidade de permitir o parcelamento desses valores devidos para o semestre seguinte; (iii) impacto da inflação em custos e despesas operacionais; e (iv) dos investimentos que a Companhia está realizando, para retomada de crescimento de sua base de alunos, em novos negócios que visam transformar seu ecossistema de educação continuada ao longo dos anos, tornando-o mais completo, criando novas avenidas de geração de receitas auxiliares com margens operacionais consistentes.

A geração de caixa medida pelo EBITDA Ajustado para o exercício de 31 de dezembro de 2021 somou R\$317.465 mil e, para 31 de dezembro de 2020, R\$316.737 mil, representando um crescimento de 0,2%. Essa variação de 2021 x 2020, quando comparada com as variações apresentadas nos anos anteriores, foi decorrente do efeito combinado da normalização das atividades da Companhia, do avanço da vacinação que, aliado aos esforços comerciais, proporcionou a retomada do crescimento da captação, aumento da base de alunos e redução da evasão comparado a 2020. Além disso, houve incorporação das atividades das sociedades adquiridas no Grupo Ser Educacional, ainda em fase inicial de ganho de sinergias, o que foi parcialmente compensado pelos custos e despesas também da retomada das atividades.

Vide a seguir a reconciliação da Margem EBITDA Ajustado:

Valores em R\$ ('000)	2022	2021	2020	Variação (%)	
				22x21	21x20
Receita Líquida	1.676.343	1.407.358	1.250.463	19,1%	12,5%
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	292.569	317.465	316.737	-7,8%	0,2%
Margem EBITDA Ajustado	17,5%	22,6%	25,3%	-5,1 p.p.	-2,8 p.p.

⁽¹⁾ A Margem EBITDA Ajustado não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 "a" deste Formulário de Referência.

Dívida Líquida, Índice de Alavancagem Financeira (Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) e Índice de Endividamento (Dívida líquida/EBITDA Ajustado)

Vide a seguir a reconciliação da Dívida Líquida:

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Total de empréstimos e financiamentos bancários	595.566	436.065	540.892
Total de Debêntures	210.319	0	50.166
Total de compromissos a pagar	289.495	239.593	62.000
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(250.695)	(213.704)	(679.933)
Menos: Títulos e valores mobiliários	(60.795)	(77.360)	(1.176)
Dívida (Caixa) líquida⁽¹⁾	783.890	384.594	(28.051)

⁽¹⁾ A Dívida Líquida não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 "a" deste Formulário de Referência.

Vide a seguir a reconciliação do Índice de Alavancagem Financeira (Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido):

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Total do patrimônio líquido	1.237.531	1.463.077	1.426.487
Total do patrimônio líquido adicionado a dívida líquida	2.021.421	1.847.671	1.398.436
Índice de alavancagem financeira	38,8%	20,8%	(2,0%)

⁽¹⁾ O Índice de Alavancagem Financeira não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 "a" deste Formulário de Referência.

Vide a seguir a reconciliação do Índice de Endividamento (Dívida líquida/EBITDA Ajustado):

Endividamento ⁽¹⁾ (Valores em R\$ 000)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Dívida (Caixa) líquida	783.890	384.594	(28.051)
EBITDA Ajustado (udm)	292.569	317.465	316.737
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (udm)	2,68	1,21	(0,09)

⁽¹⁾ O Índice de Endividamento não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 "a" deste Formulário de Referência.

(Reais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Montante total da dívida de qualquer natureza (Passivo Circulante + Passivo não Circulante)	2.154.546.000	1.629.512.000	1.664.998.000
Tipo de índice	Índice de Endividamento	Índice de Endividamento	Índice de Endividamento
Ativo Total	3.392.077.000	3.092.589.000	3.091.485.000
Índice de endividamento	0,63517013	0,52690868	0,53857547

Índice de Liquidez Corrente

Vide a seguir a reconciliação do Índice de Liquidez Corrente:

Valores em R\$ (000)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Ativo Circulante	752.637	717.202	1.082.299
Passivo Circulante	552.227	518.740	449.744
Índice de liquidez corrente⁽¹⁾	1,36	1,38	2,41

⁽¹⁾ O Índice de Liquidez Corrente não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 "a" deste Formulário de Referência.

CAGR (Compound Annual Growth Rate)

Vide a seguir a reconciliação do CAGR:

CAGR Receita líquida de serviços²⁰²⁰⁻²⁰²² ⁽¹⁾ = 15,8%

$$[(\text{Receita Líquida}^{2022} \ 1.676.343 / \text{Receita Líquida}^{2020} \ 1.250.463)^{(1/2)}] - 1$$

⁽¹⁾ O CAGR não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 "a" deste Formulário de Referência.

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição e do resultado de suas operações

EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela nossa administração, porém não é uma medida de desempenho financeiro adotada pelas Práticas Contábeis Brasileiras ou de acordo com o IFRS. Este não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como um substituto para o lucro líquido, como um indicador de desempenho operacional, nem tampouco como um indicador de liquidez.

Consideramos o EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado como uma ferramenta significativa e prática para comparar, de forma sistemática, nosso desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, bem como embasar determinadas decisões de natureza administrativas.

O uso do EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado como indicadores da lucratividade da sociedade possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos nossos negócios, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, juros e multas sobre recebimentos em atraso de clientes e demais despesas correlatas. A nossa administração acredita que o EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado são medidas práticas para aferir a geração de caixa e desempenho operacional, bem como liquidez, que permite uma comparação com outras empresas do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

Dívida Líquida, Índice de Alavancagem Financeira ($\text{Dívida Líquida} / (\text{Dívida Líquida} + \text{Patrimônio Líquido})$), Índice de Endividamento ($\text{Dívida Líquida} / \text{EBITDA Ajustado}$), Índice de Liquidez Corrente e CAGR (Compound Annual Growth Rate)

A Dívida Líquida, Índice de Alavancagem Financeira, Índice de Endividamento e Índice de Liquidez Corrente são métricas utilizadas pela nossa administração como alternativas para a mensuração do endividamento e alavancagem da Companhia, incluindo para a análise da variação dessas métricas entre os períodos, e comparação com benchmarks da indústria.

Utilizamos o CAGR da receita líquida de serviços, ou Taxa Anual de Crescimento Composto, como uma alternativa a taxa de crescimento acumulada ou média, pois pondera o crescimento como se este tivesse ocorrido a uma taxa constante ao longo dos períodos em análise.

2.6 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Conclusão da aquisição da Uni7

Em 02 de janeiro de 2023, após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e solução das condições precedentes, conforme contrato assinado em 30 de junho de 2022, a Companhia assinou contrato de fechamento da operação de aquisição da Sete de Setembro Ensino Superior Ltda (Nota Explicativa 6 (e), das Demonstrações Financeiras de encerramento do exercício 2022, divulgadas aos investidores em 24 de março de 2023), com o pagamento de R\$ 10.000 mil, dos quais R\$ 5.000 mil foram pagos à vista na data do fechamento e os R\$ 5.000 mil restantes serão pagos em 3 parcelas anuais e sucessivas corrigidas pela variação do CDI.

Incorporação de empresas controladas

Em continuidade ao processo de reestruturação societária e organizacional da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de janeiro de 2023, foi deliberada a incorporação das empresas CESPI - Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda (FAP Teresina), CIESPI - Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda (FAP Aliança) e SESPI - Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda (FAP Parnaíba). O procedimento tem como objetivo simplificar a estrutura de gestão, otimizando performance e capturando sinergias operacionais.

Programa de Recompra de Ações

Em 16 de janeiro de 2023, a Companhia divulgou Fato Relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral o encerramento do programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia aprovado pelo seu Conselho de Administração em 13 de janeiro de 2022, e com vencimento em 13 de janeiro de 2023, conforme Fato Relevante divulgado na data.

Desde a criação do programa até o dia 13 de janeiro de 2023, a Companhia recomprou 386.800 (trezentos e oitenta e seis mil e oitocentas) ações ordinárias de sua emissão, equivalentes a 0,73% da quantidade total de ações em circulação, adquiridas em Bolsa de Valores a preço de mercado, as quais estão sendo mantidas em Tesouraria.

Decisão do STF sobre 'coisa julgada' em matéria tributária.

O Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu, em 8 de fevereiro de 2023, o julgamento sobre 'coisa julgada' em tributos recolhidos de forma continuada, no sentido da perda de efeitos de decisões individuais transitadas em julgado quando proferido novo julgamento, em sentido diverso, em matérias tributárias. O STF rejeitou, ainda, o pedido de modulação dos efeitos da referida decisão, determinando o recolhimento de valores passados, desde que ainda não prescritos. A Companhia avaliou os efeitos da decisão sobre processos transitados em julgado e concluiu que o único caso em que tenha havido modificação do entendimento pelo STF posteriormente, em controle de constitucionalidade, refere-se à incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, que não foi pago desde agosto de 2020 em função de liminar obtida. Assim, o Grupo provisionou o

montante de R\$ 5.434 como salários e encargos sociais, em contrapartida às contas de custos e despesas com pessoal no resultado.

Obtenção de “waiver” da Caixa Econômica Federal (CEF)

Conforme mencionado na nota 16(e), o Grupo apresentou “covenant” do empréstimo com a CEF em valor acima do estabelecido contratualmente. Nesse contexto, em 10 de março de 2023, o Grupo obteve o “Waiver” junto a instituição financeira, estabelecendo o retorno para o valor de máximo de 2,5 na próxima mensuração, em 30 de junho de 2023.

Cessão de carteira de recebíveis.

Em 17 de março de 2023, a controlada Educred – Administradora de Crédito Educativo Ltda, assinou Instrumento de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Sem Coobrigação e Outras Avenças com a Pravalor S.A., que prevê a cessão de Direitos Creditórios oriundos de financiamentos estudantis de cursos de graduação superior gerados pela Educred para a Pravalor, no valor líquido a ser definido entre R\$ 70 milhões e R\$ 80 milhões, conforme expectativa da Administração do Grupo e condições estabelecidas no referido instrumento. A efetiva transferência dos direitos creditórios, definição do valor líquido a ser pago e a respectiva liquidação financeira está prevista para ocorrer em duas tranches, sendo a primeira já efetivada no dia 21 de março de 2023, no valor de R\$ 69.712, e a segunda até maio de 2023, tão logo sejam cumpridas determinadas condições precedentes usuais em operações similares.

A taxa de desconto aplicada sobre o valor bruto dos Direitos Creditórios que perfazem o valor líquido acima descrito está em linha com a política de provisionamento para crédito de liquidação duvidosa do Grupo e, portanto, não deverá gerar efeitos significativos nos resultados operacionais do exercício de 2023, por conta.

Abaixo o resumo das condições da transação:

Sumário da transação	1ª tranche
Valor bruto da carteira	R\$109.790.000
Taxa de juros anual média	9,25% a.a.
Valor futuro da carteira	R\$128.449.000
Valor líquido para pagamento em março/23	R\$69.712.623
Taxa anual de desconto	19,68% a.a.
Condições de inadimplência do valor futuro da carteira	24,0%
Prazo médio da carteira	21,3 meses

A segunda tranche, cujo valor bruto efetivo, o desconto, a taxa de juros e a inadimplência serão definidos considerando o perfil da carteira remanescente em 31 de março de 2023, será paga até 30 de junho de 2023.

2.7 – Política de destinação de resultados

Exercício Social Encerrado em			
Descrição	2022	2021	2020
a. Regras sobre retenção de lucros	De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral poderão, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovada.	De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral poderão, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovada.	De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral poderão, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovada.
	A Lei das Sociedades por Ações, bem como o nosso Estatuto Social estabelecem que parte do nosso lucro será revertido para constituição de reservas: (i) reserva legal, mediante a retenção de 5% do lucro líquido, desde que não exceda 20% do capital social; e (ii) reservas em razão de contingências.	A Lei das Sociedades por Ações, bem como o nosso Estatuto Social estabelecem que parte do nosso lucro será revertido para constituição de reservas: (i) reserva legal, mediante a retenção de 5% do lucro líquido, desde que não exceda 20% do capital social; e (ii) reservas em razão de contingências.	A Lei das Sociedades por Ações, bem como o nosso Estatuto Social estabelecem que parte do nosso lucro será revertido para constituição de reservas: (i) reserva legal, mediante a retenção de 5% do lucro líquido, desde que não exceda 20% do capital social; e (ii) reservas em razão de contingências.
	A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.	A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.	A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.
	Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.	Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.	Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.
	Devido à adesão ao PROUNI, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos fiscais é destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esta reserva de lucro somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Ademais, tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorrer a referida capitalização.	Devido à adesão ao PROUNI, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos fiscais é destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esta reserva de lucro somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Ademais, tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorrer a referida capitalização.	Devido à adesão ao PROUNI, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos fiscais é destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esta reserva de lucro somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Ademais, tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorrer a referida capitalização.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	No exercício social de 2022, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$222.148 mil, não havendo retenções de lucros.	R\$36.590 mil	R\$117.999 mil
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	-	69,7%	71,5%

Exercício Social Encerrado em			
Descrição	2022	2021	2020
b. Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o nosso Estatuto Social, nossos acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado e a Companhia segue sua Política de Dividendos que estabelece o pagamento mínimo de 30% do lucro líquido, a serem pagos semestralmente. Os referidos ajustes são (i) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; (ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição de reserva legal e de reservas para contingências; e (iii) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (nos termos do Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).	De acordo com o nosso Estatuto Social, nossos acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado e a Companhia segue sua Política de Dividendos que estabelece o pagamento mínimo de 30% do lucro líquido, a serem pagos semestralmente. Os referidos ajustes são (i) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; (ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição de reserva legal e de reservas para contingências; e (iii) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (nos termos do Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).	De acordo com o nosso Estatuto Social, nossos acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado e a Companhia segue sua Política de Dividendos que estabelece o pagamento mínimo de 30% do lucro líquido, a serem pagos semestralmente. Os referidos ajustes são (i) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; (ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição de reserva legal e de reservas para contingências; e (iii) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (nos termos do Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).
	No exercício social de 2022, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$222.148 mil, não havendo retenções de lucros.	A retenção do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$36.590 mil, teve a seguinte destinação: (i) constituição de Reserva Legal, no montante de R\$2.624 mil; e (ii) constituição de reserva de retenção de lucros de R\$33.966 mil.	A retenção do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$117.999 mil, teve a seguinte destinação: (i) constituição de Reserva Legal, no montante de R\$8.252 mil; e (ii) constituição de reserva de retenção de lucros de R\$109.747 mil.
	No exercício social de 2022, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$222.148 mil, não havendo retenções de lucros.	O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ajustado nos termos do artigo 202, inciso I, perfaz o montante de R\$49.859 mil. O dividendo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ajustado nos termos do artigo 202, inciso I, foi de R\$14.958 mil, tendo sido aprovado na assembleia geral ordinária, realizada em 29 de abril de 2022, conforme proposta da Administração da Companhia, a distribuição de montante adicional do lucro líquido ajustado, a título de dividendos, no valor de R\$936 mil, perfazendo um total de R\$15.893 mil. Os dividendos aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram integralmente pagos em 10 de dezembro de 2021.	Dos dividendos aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram pagos: (i) R\$ 20.373 mil em 2020, a título de dividendos intermediários; (ii) R\$ 15.465 mil em 20 de janeiro de 2021, a título de juros sobre capital próprio, observadas as disposições aplicáveis, com a retenção de Imposto de Renda na fonte para pessoas físicas e jurídicas; e (iii) R\$11.197 mil em 28 de maio de 2021, a título de dividendos.

Exercício Social Encerrado em			
Descrição	2022	2021	2020
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto, poderemos, a qualquer tempo, levantar balancetes em períodos menores, em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação do nosso Conselho de Administração, sendo que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, observados os limites e procedimentos previstos em lei.	A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto, poderemos, a qualquer tempo, levantar balancetes em períodos menores, em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação do nosso Conselho de Administração, sendo que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, observados os limites e procedimentos previstos em lei.	A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto, poderemos, a qualquer tempo, levantar balancetes em períodos menores, em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação do nosso Conselho de Administração, sendo que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, observados os limites e procedimentos previstos em lei.
d. Restrições à distribuição de dividendos	Não possuímos restrições à distribuição de nossos dividendos, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Não possuímos restrições à distribuição de nossos dividendos, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Não possuímos restrições à distribuição de nossos dividendos, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. Política de destinação de resultados	Nós possuímos uma política de destinação de resultados, denominada Política de Dividendos, aprovada por nosso Conselho de Administração, em 28 de abril de 2017 e atualizada pelo mesmo órgão em 9 de maio de 2019 e está disponível para consulta em nosso site de Relações com Investidores (http://ri.sereducacional.com/), site da B3 (www.b3.com.br) e site da CVM (www.cvm.gov.br)	Nós possuímos uma política de destinação de resultados, denominada Política de Dividendos, aprovada por nosso Conselho de Administração, em 28 de abril de 2017 e atualizada pelo mesmo órgão em 9 de maio de 2019 e está disponível para consulta em nosso site de Relações com Investidores (http://ri.sereducacional.com/), site da B3 (www.b3.com.br) e site da CVM (www.cvm.gov.br)	Nós possuímos uma política de destinação de resultados, denominada Política de Dividendos, aprovada por nosso Conselho de Administração, em 28 de abril de 2017 e atualizada pelo mesmo órgão em 9 de maio de 2019 e está disponível para consulta em nosso site de Relações com Investidores (http://ri.sereducacional.com/), site da B3 (www.b3.com.br) e site da CVM (www.cvm.gov.br)

2.8 – Descrição dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: (i) *carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos*

Não é de conhecimento da Administração.

(ii) *contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*

Não é de conhecimento da Administração.

(iii) *contratos de construção não terminada*

Não é de conhecimento da Administração.

(iv) *contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não é de conhecimento da Administração.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Os Diretores da Companhia informam que não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

b. natureza e o propósito da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

2.10 - Plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores destacam que os investimentos da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$403.836 mil, sendo desse total R\$108.626 mil para aquisições de ativos mobilizados e intangíveis e R\$295.210 mil para o pagamento de aquisição das controladas UNIFAEL, UNESC, UNIFASB, Centro de Desenvolvimento da Medicina Veterinária – CDMV e Hospital Veterinário DOK, Starline, Delinea, Plantão Veterinário Hospital Ltda. e do Pet Shop Kero Kolo Ltda.

Para o exercício de 2023, os Diretores destacam que os investimentos previstos deverão ser alocados para a expansão dos campi existentes, construção de novos campi e eventuais aquisições de empresas consideradas chave para suportar o crescimento da Companhia, conforme seu plano de negócios. Parte dos investimentos também será utilizada para criação de novos cursos digitais, desenvolvimento de sistemas de ensino e matrizes curriculares online, plataforma comercial, novos canais de distribuição, bem como a manutenção da estrutura existente, com compra de livros para biblioteca, reposição de equipamentos (computadores, laboratórios) e licenças do MEC. A Companhia ainda avalia potenciais aquisições de outras instituições de ensino no mercado e Edtechs que possam expandir ainda mais seu ecossistema de educação continuada, porém não é possível garantir que esse tipo de investimento ocorrerá realmente até o presente momento.

Investimentos realizados em 2022:

- Sociedade Técnica Educacional da Lapa S.A., mantenedora da Faculdade Educacional da Lapa – UNIFAEL

Investimentos realizados em 2021:

- Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda. – UNESC
- Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras – IAESB
- Centro de Desenvolvimento da Medicina Veterinária, Cursos e Treinamento Ltda. – CDMV
- Clínica Veterinária CDMV Ltda. (Hospital Veterinário DOK)
- Starline Tecnologia S.A.
- Delinea Tecnologia Educacional Ltda.
- Plantão Veterinário Hospital Ltda.
- Pet Shop Kero Kolo Ltda.
- Lançamento do b.Uni

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Em 7 de janeiro de 2022, a Companhia anunciou a contratação de empréstimo em moeda estrangeira (modalidade 4131) junto ao Itaú BBA International PLC e contratação de swap junto ao Banco Itaú Unibanco no valor de R\$200,0 milhões, com prazo para pagamento em 5 anos, com pagamento semestral, sendo que de juros em 10 parcelas e do principal, em 7 parcelas a partir do 18º mês contado da contratação e taxa final de CDI + 2,70% ao ano.

Em março de 2022, o capital de giro de R\$200,0 milhões de reais, contratado junto à Caixa Econômica Federal, com taxa de CDI + 0,19% a.m., conforme Fato Relevante divulgado em 01 de junho de 2020, foi renovado no valor de R\$156,0 milhões, para um prazo de 36 meses e taxa de CDI+0,14% a.m., com repagamento a ser feito em 12 parcelas trimestrais, sem carência.

Em junho de 2022, houve a renovação dos capitais de giro contratados junto ao banco Itaú Unibanco e ao banco Santander Brasil, conforme Fato Relevante divulgado em 30 de abril de 2020. O capital de giro de R\$200,0 milhões, contratado junto ao banco Itaú Unibanco, com taxa de CDI + 2,75% a.a., foi renovado no valor de R\$150,0 milhões, para um prazo de 30 meses e taxa de CDI+2,30% a.a.; e o capital de giro de R\$100,0 milhões contratado junto ao banco Santander Brasil, com taxa de CDI + 2,90% a.a., foi renovado no valor de R\$90,0 milhões, para um prazo de 30 meses e taxa de CDI+2,30% a.a.

Em 15 de agosto de 2022, ocorreu a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, perfazendo o montante total de R\$200 milhões na data de emissão. As Debêntures possuem amortização semestral a partir do 24º mês (inclusive) contado da Data de Emissão, em 7 parcelas, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento e serão remuneradas a CDI+2,00% ao ano.

Em outubro de 2022, em função da conclusão da 3ª emissão de debêntures simples mencionada acima e das condições de mercado, a Companhia decidiu não solicitar o desembolso do financiamento negociado junto ao IFC em 15 de junho de 2021 e a transação foi cancelada.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Os Diretores afirmam que não existiram outros desinvestimentos relevantes nos exercícios de 2022, 2021 e 2020.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

A Companhia realizou importantes aquisições, que agregaram alunos à sua base de alunos, cursos e unidades operacionais. As aquisições estão mencionadas no item (a) acima. Para maiores informações ver o Formulário de Referência da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Em 2020, a Ser criou a subsidiária 3L digital que por sua vez passou a consolidar os ativos digitais da Companhia, adquiridos ou criados organicamente como a GoKursos, (www.gokursos.com.br), uma *marketplace* de cursos que oferta cursos regulados e não regulados, ofertados por conta própria ou por terceiros e a Singular Tech School, uma marca dedicada a ofertar cursos na área da tecnologia da informação.

Em 2021, a Companhia criou as marcas Centro de Desenvolvimento em Medicina (CDM), Centro de Desenvolvimento em Medicina Veterinária (CDMV) e Centro de Desenvolvimento em Odontologia (CDO), com isso criando uma vertical de saúde que visa dar mais visibilidade aos cursos dessa área, gerando novas fontes de receita por meio de um atendimento diferenciado ao público, criando vagas de estágio para seus alunos e oferta de cursos de extensão e pós-graduação.

Em 2021, a Ser deu mais um passo em sua estratégia de diversificação de serviços e criação de um ecossistema que reúna todas as possibilidades para seu público. Nesse sentido, a Companhia anunciou o lançamento do b.Uni. Nas próximas etapas do b.Uni, estão envolvidas a disponibilização de produtos diferenciados de crédito para esse segmento, além de cartões de crédito, seguros e outros.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não houve investimentos relevantes em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

As informações estão abarcadas no item 2.10, item (c), (i).

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2022, foram investidos o montante de aproximadamente R\$6.230 mil no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

As oportunidades relacionadas a questões ASG estão inseridas no plano de negócios da Ser Educacional, uma empresa ligada a educação continuada que tem como filosofia base de seu modelo de negócios transformar o Brasil pela educação e que o ensino é a melhor maneira de trazer mobilidade social às pessoas. Nesse sentido, a Companhia possui iniciativas ASG que são criadas e aprimoradas ao longo de sua história. As oportunidades a seguir são as principais prioridades da Companhia no tema:

- A presente proposta da Administração contempla a eleição da primeira mulher em seu Conselho de Administração, aumentando a diversidade dos membros do Conselho de Administração.
- A proposta da Administração também contempla que, pela primeira vez, a Companhia terá um conselho de maioria independente e a não sobreposição de cargos da Diretoria Executiva e membros do Conselho de Administração.

- Criação e manutenção de iniciativas que aprimorem o engajamento dos alunos e docentes em temas ligados ao apoio as sociedades em que estão inseridas em temas como diversidade, trabalhos sociais, em especial nas áreas de saúde e educação.
- Programa de aprimoramento do atendimento ao público em suas clínicas de saúde instaladas em suas unidades.
- Programa de redução de uso de energia e recursos por meio da otimização do parque imobiliário da Companhia e aprimoramento dos investimentos em energia solar no estado de Pernambuco.

2.11 - Outros fatores com influência relevante

- Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante do desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção "2".

ANEXO II

**INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS INDICADOS PELOS ACIONISTAS
CONTROLADORES E ACIONISTAS MINORITÁRIOS A MEMBROS DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO REQUERIDAS NOS TERMOS DO ART. 11, INCISO I, DA
RESOLUÇÃO CVM 81/2022**

(ITENS 7.3 A 7.6 DO ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80/2022)

7.3- Composição e experiência profissional do Conselho de Administração

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Data de início de mandatos consecutivos
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	
Membro independente					
José Janguilê Bezerra Diniz	21/03/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	1 ano	12/08/2013
368.383.574-53	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	29/04/2022	Sim	
Não					
Flávio César Maia Luz	27/07/1951	Pertence ao Conselho de Administração	29/04/2022	1 ano	12/08/2013
636.622.138-34	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2022	Sim	
Sim					

Herbert Steinberg	30/07/1955	Pertence ao Conselho de Administração	29/04/2022	1 ano	12/08/2013
791.851.778-49	Administrador de Empresas	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	29/04/2022	Sim	
Sim					

Francisco Muniz Barreto	09/09/1970	Pertence ao Conselho de Administração	29/04/2022	1 ano	12/08/2013
223.485.458-02	Economista	22 - Cons. de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Sim	
Não					

Iara de Moraes Xavier Braga	02/06/1954	Pertence ao Conselho de Administração	-	1 ano	-
399.914.827-68	Enfermeira	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	-	-	
Sim					

Sidney Levy	05/11/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	1 ano	30/04/2019
441.607.557-04	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2022	Sim	
Sim					

7.3- Composição e experiência profissional do Conselho de Administração

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

José Janguê Bezerra Diniz - 368.383.574-53

José Janguê Bezerra Diniz, é o fundador da Ser Educacional, formou-se na Faculdade de Direito e na Faculdade de Letras, concluiu o mestrado e doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco. Iniciou sua carreira empreendedora em 1996, com a fundação do Bureau Jurídico Cursos para Concursos e fortaleceu em 2003, com a criação da Faculdade Maurício de Nassau em Recife. É Presidente da Associação Brasileira das Faculdades Isoladas e Integradas (ABRAFI), Vice-Presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e autor de diversos livros nas áreas de Direito e Educação. Atuou como Juiz no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sendo que até agosto de 2013 atuou como Procurador do Trabalho do Ministério Público da União, tendo formalizado seu pedido de exoneração em 21 de agosto de 2013. José Janguê Bezerra Diniz é o acionista controlador da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal durante os últimos 5 anos. Não teve qualquer condenação em processo administrativo da CVM. Não teve qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Declara que (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e/ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Flávio César Maia Luz - 636.622.138-34

O Sr. Luz foi presidente do Conselho Fiscal da Ultrapar de 2005 a 2019 e coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos de 2019 a 2021, reassumindo a presidência do Conselho Fiscal no mandato 2021 a 2022. Adicionalmente é membro do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria da Ser Educacional S.A. e da Livetech Indústria e Comércio S.A. É também membro do Comitê de Auditoria da Ômega Energia S.A, e da CTC- Centro de Tecnologia Canaveira e membro do Conselho Consultivo da Brasanitas Empresa Brasileira de Saneamento Ltda, além de sócio-diretor da Doing Business Consultoria Empresarial Ltda. Nos últimos cinco anos o Sr. Luz atuou como membro do Conselho de Administração da Marcopolo S.A., da Soares Penido Obras Construções e Investimentos S.A. e da Zen Indústria Metalúrgica S.A. além de membro do Conselho Fiscal da Itaúsa S.A. Duratex S.A. Linx S.A e CTEEP S.A. Conselhos Fiscais da Itaúsa S.A e CTEEP S.A. O Sr. Luz formou-se em engenharia civil na Escola Politécnica

da USP (Universidade de São Paulo) e fez pós-graduação em administração de empresas na FGV (Fundação Getúlio Vargas). Adicionalmente, cursou programas de educação continuada em finanças, estratégia mercadológica, negociação e fusões & aquisições nas instituições Harvard Business School, Stanford University, California University (Berkeley) e Wharton Business School, respectivamente. Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Declara que (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e/ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Herbert Steinberg - 791.851.778-49

Administrador de empresas, com pós-graduação pela FGV – Fundação Getúlio Vargas e certificação pelo Independent Board Member do Directors' Consortium das universidades de Chicago, Stanford e Wharton e tem experiência de mais de 21 anos atuando como executivo para grandes corporações e de 23 anos como empresário e consultor. Nas empresas em que trabalhou, liderou vários processos de reposicionamento estratégico em diferentes organizações, e processos de alinhamento do management à estratégia de negócios. Destacam-se os trabalhos que realizou nos Boards do Banco Santander, do Citibank e do McDonald's. Herbert fundou sua própria empresa, a MESA Corporate Governance, consultoria com foco nas melhores práticas de Governança Corporativa, e tornou-se Sparring de empresários e conselheiros. Como consultor, conduziu vários processos de reestruturação, destacando-se entre eles o turnaround do Banco Crefisul, a privatização do Banespa e a posterior fusão com o Santander, a compra pelo Deutsche Bank e GE Capital do controle do Bradesco na CPM, além de outros importantes projetos, especialmente envolvendo alinhamento cultural e processos de downsizing. Relevante também tem sido sua atuação como coach e counselor de CEOs e executivos C-Level. É professor convidado nas principais escolas de negócio do país, entre elas BSP, FDC, FIA e FGV e leciona também na Nova School of Business & Economics de Portugal – Lisboa. Fruto de seu variado campo de interesses culturais e conhecimento dos mais atuais conceitos aplicados à empresa moderna, Herbert tem sido frequentemente convidado para ministrar palestras em congressos e seminários no Brasil e no exterior. É autor de oito livros, entre os quais "A Dimensão Humana da Governança Corporativa", "Governança Corporativa – Conselhos que perpetuam empresas".

Ativista de governança, protagonista das boas causas de governança corporativa, "wistle blower" do mercado, membro atuante do FBN – Family Business Network (com sede em Lausanne – Suíça), do ICGN – International Corporate Governance Network (sediado em Londres – Inglaterra), IFC – International Finance Corporation, e foi associado por 17 anos ao IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, de onde saiu recentemente para se tornar cotumaz e principal crítico do instituto.

Fez parte de vários conselhos de administração, conselhos consultivos, e de comitês de apoio a conselhos de empresas abertas, fechadas, públicas e do terceiro setor, onde ocupou e ocupa posições tais como: presidente, vice-presidente do conselho, conselheiro independente e coordenador de comitê, em diferentes setores de negócio, no Brasil e no exterior. Atualmente participa de dois conselhos de administração como vice-chairman (Industrial Cataguases e Ser Educacional) e um conselho em importante grupo de mídia no exterior. Presidiu por 15 anos o Comitê Estratégico de Governança Corporativa da Câmara Americana em São Paulo.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Declara que (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e/ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Francisco Muniz Barreto - 223.485.458-02

Tem mais de 15 anos de experiência em Private Equity e Banco de Investimento. Formou-se em Economia na Universidade de Belgrano (Argentina)/ UNC Chapel Hill (USA) e possui o título de Master em Finanças da London Business School. Desde 2006, é o Managing Director do escritório de São Paulo da Cartesian Capital Group LLC, responsável pela prospecção e monitoramento de investimentos em empresas focado principalmente na América Latina. O Cartesian Capital Group LLC é um fundo de private equity baseado em Nova Iorque, USA, que gerencia mais de US\$ 2 bilhões. De 1998 a 2001, foi Diretor do fundo de investimentos AIG Capital Partners do Brasil.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Declara que (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e/ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Iara de Moraes Xavier Braga - 399.914.827-68

Doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Professora em cursos de graduação, mestrado e doutorado. Professora aposentada da Universidade Federal de Brasília (UnB). Tem experiência em educação superior há 35 anos como professora, pesquisadora e gestora nos setores público e privado. Atua também como consultora há 12 anos e como empresária há dois anos. Nas Instituições federais que trabalhou (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais vinculado ao Ministério da Educação e Universidade Federal de Brasília), assumiu cargos de destaque como Pró-Reitora de Graduação, Vice-Reitora, Coordenadora Nacional de Avaliação e outros, assim como coordenou projetos e programas nacionais e internacionais relacionados à educação superior, com destaque para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861 em abril de 2004, que contempla avaliação de cursos, avaliação institucional e avaliação do desempenho do estudante (ENADE). Há dois anos fundou sua própria empresa de consultoria educacional e atua, ainda, como assessora da Presidência da ABMES, conselheira no Conselho de Administração da ABMES e Diretora Técnica da ABRAFI.

Declara que Nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. Não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Sidney Levy - 441.607.557-04

Formado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cursou mestrado em Engenharia pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE-RJ) e Especialização em Administração pelo Institute of Management Development em Lausanne, Suíça. Ocupou o cargo de Presidente da Valid S.A. de 1994 até 2011, quando passou a ocupar a Presidência do Conselho de Administração. Entre 1992 e 1994 foi Presidente da DLR Lerchundi na Espanha. Trabalhou na Thomas de La Rue no Brasil e na Inglaterra de 1981 a 1991. Foi presidente da American Chamber of Commerce do Rio de Janeiro entre 2005 e 2007. Foi Diretor Geral do Rio2016, Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2013 a 2016. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da Valid SA (VLID3), membro independente dos Conselho de Administração do Instituto Hermes Pardini SA(PARD3), da SER Educacional SA (SEER3), e presidente do Conselho de Administração do Instituto Reditus.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Declara que (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e/ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

7.4 - Composição dos comitês

Nome	Data de Nascimento	Tipo de Comitê	Data da eleição	Prazo do mandato	Data de início de mandatos consecutivos
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	
Membro independente					
Flávio César Maia Luz	27/07/1951	Comitê de Finanças	27/05/2022	1 ano	12/08/2013
368.383.574-53	Empresário	Presidente do Comitê	27/05/2022	N/A	
N/A					
Francisco Muniz Barreto	09/09/1970	Comitê de Finanças	27/05/2022	1 ano	12/08/2013
223.485.458-02	Economista	Vice-Presidente do Comitê	27/05/2022	N/A	
N/A					
Rodrigo de Macedo Alves	05/09/1976	Comitê de Finanças	27/05/2022	1 ano	13/07/2015
265.630.488-11	Economista	Membro do Comitê (Efetivo)	27/05/2022	Sim	
N/A					
João Albérico Porto de Aguiar	26/05/1973	Comitê de Finanças	27/05/2022	1 ano	25/04/2017
819.680.604-30	Contador	Membro do Comitê (Efetivo)	27/05/2022	Sim	
N/A					

7.5 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				

Administrador do emissor ou controlada

Jânio Janguê Bezerra Diniz	567.918.444-34	Ser Educacional S.A.	04.986.320/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
----------------------------	----------------	----------------------	--------------------	---

Membro efetivo do Conselho de Administração e Diretor Presidente.

Pessoa relacionada

José Janguê Bezerra Diniz	368.383.574-53	Ser Educacional S.A.	04.986.320/0001-13
---------------------------	----------------	----------------------	--------------------

Presidente do Conselho de Administração e Controlador

Observação

Juntos, detêm, direta e indiretamente, em 31 de dezembro de 2022, 59,10% do capital votante da Ser Educacional S.A.

7.6 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida entre nossos administradores e quaisquer de nossas sociedades controladas, direta ou indiretamente, nosso controlador, direto ou indireto, ou fornecedores, clientes, devedor ou credor.

**ANEXO III INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS INDICADOS PELOS ACIONISTAS
CONTROLADORES A MEMBROS DO CONSELHO FISCAL REQUERIDAS NOS
TERMOS DO ART. 11 DA RESOLUÇÃO CVM 81/2022
(ITENS 7.3 A 7.6 DO ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80/2022)**

7.3 - Composição e experiência profissional do conselho fiscal

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Data de Início de Mandatos Consecutivos
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo Controlador	
José Écio Pereira da Costa Jr.	11/09/1951	Conselho Fiscal	-	1 Ano	-
359.920.858-15	Administrador e Contabilista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	-	-	
Fernando Eduardo Ramos dos Santos	11/10/1980	Conselho Fiscal	29/04/2022	1 Ano	20/04/2016
875.785.901-97	Contabilista	48 - C.F. (Efetivo) Eleito p/Controlador	29/04/2022	Sim	
Nazareno Habib Ouvidor Bichara	03/06/1972	Conselho Fiscal	29/04/2022	1 Ano	25/04/2017
338.982.002-72	Contabilista	48 - C.F. (Efetivo) Eleito p/Controlador	29/04/2022	Sim	
Nelson Luiz Paula de Oliveira	13/07/1953	Conselho Fiscal	-	1 Ano	-
232.298.109-53	Advogado	48 - C.F. (Suplente) Eleito p/Minor.Ordinaristas	-	-	
Antônio Carlos Moreira Ventura	04/12/1954	Conselho Fiscal	29/04/2022	1 Ano	30/04/2019

070.264.204-53	Contador	46 - C.F. (Suplente) Eleito p/Controlador	29/04/2022	Sim	
Francisco de Assis Gomes Silva	30/12/1952	Conselho Fiscal	29/04/2022	1 Ano	20/04/2016
066.760.494-49	Contador	46 - C.F. (Suplente) Eleito p/Controlador	29/04/2022	Sim	

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Nazareno Habib Ouvidor Bichara - 338.982.002-72

Formado em Economia e em Contabilidade pela Unama – Universidade da Amazônia possui ainda mestrado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (USP), e MBA em Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas. Atualmente, CEO da Leal Moreira, no período de 2009 a 2015, atuou como Diretor Financeiro da Ser Educacional, sendo que no período de 2012 a 2015 ocupou também o cargo de Pró – Reitor de Administração e Finanças da Uninassau – Centro Universitário Maurício de Nassau. Assumiu em 2013, o cargo de Vice-Presidente para Entidades Privadas do Instituto Brasileiro de Executivos em Finanças (IBEF Pernambuco). De 1993 a 1998 foi auditor na Ernst Young. Atuou ainda de 1999 a 2002 como auditor interno da Albras Alumínio Brasileiro S.A., empresa do setor de alumínio. Adicionalmente, foi diretor executivo do Multibank de 2004 a 2006 e diretor executivo também do Diários Associados do Rio Grande do Norte e Paraíba de 2006 a 2008.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. Ainda, não é considerado pessoa politicamente exposta nos termos da Resolução CVM 50/21.

Fernando Eduardo Ramos dos Santos - 875.785.901-97

Fernando Eduardo Ramos dos Santos, nascido em 11 de outubro de 1980, é Bacharel em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás desde 2003 e Pós Graduado em Gestão Empresarial pela FGV – Fundação Getúlio Vargas desde 2006. Fernando é atualmente sócio da BDO Auditores Independentes onde atua por mais de 15 anos. Fernando é Auditor registrado no Cadastro Nacional de Auditores Independentes - CNAI, ao Banco Central do Brasil (BACEN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Também é Membro do Comitê Técnico da BDO, Membro do Instituto dos Auditores independentes – IBRACON, Membro do GT 6 – Grupo Técnico do Ibracon do Segmento de Energia Elétrica.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. Ainda, não é considerado pessoa politicamente exposta nos termos da Resolução CVM 50/21.

José Écio Pereira da Costa Jr. - 359.920.858-15

Bacharel em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e em Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas Tadeu, ingressou na carreira de auditoria em 1974 na Arthur Andersen & Co e foi promovido a Sócio Internacional em 1986 e posteriormente, em Junho de 2002, tornou-se sócio da Deloitte Touche Tohmatsu no Brasil, permanecendo até Maio de 2007, quando se aposentou. Desde Outubro de 1993 até Maio de 2004 foi o sócio gerente responsável pelo escritório de Curitiba destas empresas de auditoria e consultoria. É sócio fundador da JEPereira Consultoria em Gestão de Negócios S/S, em janeiro de 2008, atuando com ênfase nas consultorias relativas a gestão estratégica, consultoria no preparo de empresas e seus acionistas para atuarem junto ao Novo Mercado de Capitais, além de atuação como conselheiro em Comitês de Auditoria junto aos Conselhos de Cias Abertas. Foi membro do Conselho de Administração da GAFISA S.A. de Junho de 2008 a Abril de 2018 (empresa incorporadora registrada na SEC, CVM – Novo Mercado) e Coordenador do Comitê de Auditoria, de Junho de 2008 a Abril de 2016, passando a ser membro deste Comitê desde então até Abril de 2018. Atuou também como membro do Comitê de Auditoria Estatutário da FIBRIA S.A, desde Abril de 2013 a Março de 2018, Presidente do Conselho Fiscal de Dezembro de 2009 a Março de 2013, Coordenador do Comitê de Auditoria da VOTORANTIM INDUSTRIAL S.A – VID de Junho de 2012 a Junho de 2014 e Coordenador do Comitê de Auditoria da VOTORANTIM CIMENTOS S.A de Outubro de 2013 a Abril de 2023. Sr. Pereira também foi membro do Conselho de Administração da Ouro Verde Locação e Serviço S.A, no período entre Outubro de 2018 e Junho de 2019, da BRMALLS S.A. de Abril de 2010 a Abril de 2014, como Coordenador dos Comitês de Auditoria da VOTORANTIM METAIS S.A (atualmente NEXA S.A) de Junho de 2014 a Dezembro de 2017, da VE VOTORANTIM ENERGIA S.A de Junho de 2017 a Fevereiro de 2022, Membro do Comitê de Auditoria da CESP S.A desde Abril de 2019 a Abril de 2021 e como membro do Conselho de Administração do Grupo NOSTER de Janeiro de 2011 a Setembro de 2013, reeleito em Junho de 2022. Sr. Pereira é atualmente Coordenador dos Comitês de Auditoria da CBA COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO (empresa registrada em Julho de 2021 na CVM – Novo Mercado) desde Junho de 2017 e da CITROSUCO S.A desde Dezembro de 2014, Membro do Comitê de Auditoria da MOBLY S.A desde Março de 2021, Membro do Comitê de Conformidade e Auditoria da BRASKEM S.A desde Novembro de 2021 e é membro do Conselho de Administração da Princecampos Participações S.A. (empresa de capital fechado na área de transporte público e transporte de encomendas) eleito em Abril de 2010 e como Presidente do Conselho Fiscal na Demercado Investimentos S.A. (empresa de capital fechado na área de empreendimentos imobiliários para logística) eleito em Novembro de 2020.

Declara que (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e/ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou

administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Francisco de Assis Gomes Silva - 066.760.494-49

Graduado em Ciências Contábeis pela Unianhanguera/GO em Abril/1998, especialista em Direito Tributário pela Universidade Católica de Goiás, com mestrado em Gestão e Produção Agroindustrial pela UNIDERP/MS em Setembro/2008, e MBA em Capital Markets pela Indiana State University em Agosto/2013, Private Wealth Management pela Wharton School-University of Pennsylvania em Outubro/2014 e Business Management pela Yale School of Management em Junho/2011. Foi sócio da Divisão Tributária da Arthur Andersen, LLC de Chicago/EUA de Jan/1991 a Dez/1993, da EY/Brasil no período Dez/2006 a Mar/2009 e foi analista de mercados emergentes do Salomon Brothers Inc em Miami/EUA no período Jan/1994 a Jun/1995. Atualmente é diretor executivo da Gennesys Consulting/Brasil, BRZ Capital/EUA e Miami Family Office & School/EUA.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. Ainda, não é considerado pessoa politicamente exposta nos termos da Resolução CVM 50/21.

Antônio Carlos Moreira Ventura - 070.264.204-53

Antônio Carlos Ventura é formado em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, ambas pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP – e MBA em Gestão Empresarial pela FGV – Fundação Getúlio Vargas. É sócio-diretor da ACV Consultores em Negócios Ltda e da Ventura & Figueiredo Expertises em Soluções Empresariais Ltda, atuando como consultor no assessoramento, orientação e consultoria empresarial nas áreas de planejamento e gestão financeira, planejamento estratégico, construção de modelos de gestão e governança empresarial. É Membro do Conselho de Administração da Saraiva Equipamentos Ltda e professor de finanças do BAEX – Brasil Executive Education. Atuou também como Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Controladoria e Diretor Executivo, por mais de trinta e cinco anos em empresas e negócios nos mais variados segmentos econômicos, tais como: grupo Fernandes Vieira, Refrescos Guararapes Ltda. (Coca-Cola Recife) e Grupo Bunge.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. Ainda, não é considerado pessoa politicamente exposta nos termos da Resolução CVM 50/21.

Nelson Luiz Paula de Oliveira - 232.298.109-53

Formado em Administração de Empresas pela FAE Business School, o Sr. Oliveira possui, certificação (CCI) para atuar como Conselheiro de Administração pelo IBGC- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, é Master em Governança pela Gonew.Co, com certificação como Conselheiro de Inovação e Conselheiro Social pela Gonew.Co e Especialização em Governança Familiar. O Sr. Oliveira possui ampla experiência financeira tendo atuado em sua carreira executivo nas seguintes instituições financeiras: Banco Crefisul de Investimentos S.A, Banco Noroeste S. A, Banco Crefisul de Investimentos S.A., Banco Sudameris Brasil S.A, Banco Credibanco S.A., Multiplic Banco de Investimento S.A e Banco Triângulo S.A. O Sr. Oliveira foi Presidente do Conselho Consultivo da Fumacense Alimentos entre 09/2019-09/2020, Conselheiro de Administração da Compagas-Paraná entre 06/2019-06/2021, do Grupo Noster entre 04/2014-07/2016 nos anos de 2005/2006. Atualmente é sócio da CGN Consultores, Brickinvest Consultoria de Investimentos e atua como Conselheiro Fiscal na FTD Editora (Grupo Marista) Demercado e é membro do Comitê de Auditoria da Copel GeT, Presidente do Conselho Consultivo do Banco Senff S.A. e da One Global Shipping e é o Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ezos.

Declara que (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e/ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

7.4 - Composição dos comitês

Não aplicável para os candidatos a membros do conselho fiscal apoiados pelo acionista controlador da Companhia.

7.5 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Não aplicável para os candidatos a membros do conselho fiscal apoiados pelo acionista controlador da Companhia.

7.6 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Não aplicável para os candidatos a membros do conselho fiscal apoiados pelo acionista controlador da Companhia.

ANEXO IV

INFORMAÇÕES REQUERIDAS NO ART. 13 DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/2022 (ITEM 8 DO ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80/2022)

8.1 – Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

O Comitê de Gente, Gestão e Governança Corporativa é o órgão responsável pela avaliação dos nossos administradores, bem como pela definição da remuneração devida a cada um deles, nos termos da política de remuneração da Companhia. O Comitê de Gente, Gestão e Governança Corporativa é formado atualmente por 2 (dois) membros do Conselho de Administração, sendo um membro independente do Conselho. As reuniões têm periodicidade trimestral, com foco nas questões estratégicas de recursos humanos.

Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, são baseados nas práticas de mercado, na nossa consistência interna e tem como objetivos e premissas:

- Atrair, reter e motivar os administradores, fornecendo as condições necessárias para o desenvolvimento e a concretização das nossas estratégias de negócios;
- Alinhar os interesses dos administradores, dos acionistas e os nossos para a criação de valor para a Ser Educacional de forma sustentável;
- Motivar e recompensar o desempenho individual dos administradores, tendo em vista o alcance de nossas metas financeiras e estratégicas;
- Refletir a cultura e os nossos valores: ética, solidez, respeito, empreendedorismo e união;
- Fornecer aos nossos administradores níveis de remuneração competitivos em relação aos praticados pelo mercado, bem como manter a consistência de remuneração e os nossos resultados.
- Prover um adequado equilíbrio entre as remunerações fixa e variável, de curto e longo prazo, conforme a nossa cultura; e
- Permitir a comunicação entre nós, nossos administradores e empregados quanto ao entendimento e aplicação da política de remuneração.

Não obstante, a remuneração dos membros independentes do Conselho de Administração é acordada entre a Companhia e o conselheiro, observado que anualmente o valor fixo da remuneração é reajustado de acordo com nossos padrões internos e as práticas de mercado. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é calculada de acordo com o artigo 162, parágrafo 3º da Lei das S.A., no qual, a orientação é de que a remuneração destes seja calculada com base na média da remuneração da Diretoria Estatutária, excluídos os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

A Companhia possui uma Política de Remuneração, que foi devidamente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de outubro de 2018. A Política de

Remuneração está disponível para consulta na sede da Companhia, no seu website (<http://ri.sereducacional.com/>), bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

Participam do processo decisório o Comitê de Gente, Gestão e Governança, que se reúne e discutem os temas relacionados e faz recomendações para subsidiar a recomendação do Conselho de Administração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

A Companhia baseia-se em pesquisas de mercado realizadas pelo seu departamento de recursos humanos, nas opções que encontra em cada mercado em que atua, bem como na experiência de seus membros.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:

A Política de Remuneração é avaliada periodicamente pelo Comitê de Gente, Gestão e Governança Corporativa com o objetivo de identificar discrepâncias significativas na Política de Remuneração da Companhia e demais companhias comparáveis do mercado, sendo o responsável por propor alterações e atualizações da política ao Conselho de Administração da Companhia.

O Conselho de Administração, por sua vez, avalia de forma recorrente o desempenho de seus executivos e ao menos uma vez ao ano realiza uma avaliação do desempenho de seus colaboradores para fins de decisão da remuneração variável. Ademais, com o assessoramento do Comitê de Gente, Gestão e Governança Corporativa da Companhia, o Conselho de Administração realiza revisões à Política de Remuneração.

c. composição da remuneração:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor:**

A nossa estratégia de remuneração tem como objetivos a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a criação e implantação das estratégias de negócios aprovadas pelos acionistas, que resultem na criação de valores sustentáveis para a Companhia.

A mecânica do plano de remuneração variável anual, aplicável aos membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, atrela as premiações a métricas financeiras de crescimento, resultados e valor, de curto e médio prazo.

Dessa forma, a política de remuneração descrita neste item 13.1 deste Formulário de Referência tem por objetivo incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos por nós, alinhando interesses dos colaboradores com os nossos.

No curto prazo, buscamos o alinhamento de interesses por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com os níveis de mercado.

No médio prazo, por meio do pagamento de bônus e participação nos nossos resultados a determinados colaboradores, buscando premiar o alcance e a superação de metas individuais com as nossas metas, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e de mercado.

Finalmente, no longo prazo, buscamos reter profissionais qualificados por meio de plano baseado na concessão de uma premiação financeira atrelada a nossa valorização no longo prazo, por meio da valorização da cotação de ações de nossa emissão.

Destaca-se que, embora aprovado, ainda não houve outorga de opção de compra de ações aos beneficiários do plano.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta apenas por parcelas fixas, incluindo um salário fixo mensal, fixado anualmente pela Assembleia Geral, tomando por base sua correção monetária por índice de inflação.

De acordo com as práticas adotadas pela Companhia, a remuneração dos membros do Conselho de Administração é fixada com base em pesquisas de mercado com as principais empresas do segmento, definindo-se assim a remuneração que será praticada, a qual deverá ser validada pelo Comitê de Gente, Gestão e Governança Corporativa.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária da Companhia é composta por:

- uma parcela fixa, a qual inclui um salário fixo mensal, definido anualmente para cada um de seus membros pela Assembleia Geral; e
- uma parcela variável, a qual inclui a participação nos nossos resultados.

A composição da remuneração dos Diretores (estatutários e não estatutários) é definida por meio de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento onde são estabelecidos critérios de medição de acordo com a representatividade do cargo na Companhia. As macropolíticas são aprovadas pelo Comitê de Gente, Gestão e Governança Corporativa.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, será composta somente por uma parcela fixa equivalente ao mínimo legal exigido, conforme os termos da Lei das Sociedades por Ações. Assim, conforme acima mencionado, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal será equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração que em média for atribuída a cada Diretor, sem considerar os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado ainda que tais membros também serão reembolsados de todas as despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função.

Comitês

Os participantes dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, como Comitê de Auditoria e Finanças, e Comitê de Governança e Remuneração, poderão ser remunerados por sua participação nesses comitês, em até 30% da remuneração fixada para os membros do Conselho de Administração.

- **qual a proporção de cada elemento na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais:**

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta somente por parcelas fixas, conforme definidas anualmente pela Assembleia Geral.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

No que tange a Diretoria Estatutária e Não Estatutária, em 2020, 2021 e 2022 a remuneração foi composta de uma parcela fixa mensal, representando 65%, 63% e 42% da remuneração total, e por uma parcela variável, que representou 35%, 37% e 58% da remuneração total. Para 2023, a previsão é de que, no mínimo, 68% da remuneração total dos membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária seja composta de remuneração fixa e até 32% seja referente a remuneração variável.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, quando instalado, possui apenas um componente fixo em sua remuneração. Em 2020, 2021 e 2022, a Companhia efetuou o pagamento de R\$360 mil, R\$360 mil e R\$360 mil, respectivamente. A Companhia instalou espontaneamente o Conselho Fiscal a partir da AGO realizada em 30 de abril 2015. A previsão para 2023 é R\$379 mil, valor que atende aos parâmetros previstos no artigo 162, §3º, da Lei das S.A. e que não contém os encargos sociais, em virtude do entendimento proferido pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 08 de dezembro de 2020 (Processo nº 19957.007457/2018-10), de que os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de "benefício de qualquer natureza" de que trata o artigo 152 da Lei das S.A., assim não devem ser integrados ao montante de remuneração global ou individual sujeito à aprovação da Assembleia Geral.

Comitês

Os membros dos Comitês poderão ser remunerados por suas participações nestes apenas em parcelas fixas, correspondentes a, no máximo, 30% da remuneração estabelecida para os membros do Conselho de Administração da Companhia.

- **metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:**

Remuneração Fixa

A remuneração fixa dos órgãos da administração da Companhia é calculada e ajustada considerando os seguintes parâmetros:

- Avaliação dos cargos e respectivas responsabilidades, considerando a estratégia e consistência da prática de remuneração por nós adotada, bem como de posicionamento para remuneração;
- Valor do cargo internamente, ou seja, perante cargos de outras áreas (equidade interna);
- Desempenho individual conforme sistema de avaliação adotado;
- Experiência e maturidade do executivo na função ocupada; e
- Outros fatores eventuais, como executivos de alto potencial para sucessão, riscos de retenção, habilidades e competências específicas escassas no mercado.

Remuneração Variável

O nosso Programa de Remuneração Variável, formado pela participação nos nossos resultados, bem como com por qualquer outro plano que possa vir a ser implementado pela Companhia, é destinado aos Diretores Estatutários, Diretores Não Estatutários, gerentes e coordenadores, utilizando como referência de metas o nosso desempenho financeiro e operacional. O pagamento do Programa de Remuneração Variável é efetuado após a divulgação auditada e oficial dos nossos resultados.

- **principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração inclusive indicadores ligados a questões ASG:**

Os membros do Conselho de Administração são elegíveis somente à remuneração fixa, conforme prática de mercado, não estando sujeitos aos indicadores de desempenho. O racional para este modelo é:

- Os membros do Conselho de Administração necessitam de total independência para analisar as propostas da Diretoria. Evitam-se, assim, sistemas de remuneração que possam gerar situações de conflito de interesses; e
- Os membros do Conselho de Administração são profissionais de vasta experiência e reputação reconhecida no mercado, com histórico de sucesso profissional.

No caso dos Diretores Estatutários e Não Estatutários:

- A remuneração fixa é ajustada anualmente com base nas práticas de remuneração já adotadas, nos nossos resultados e no desempenho individual, este último referenciado em metas específicas;
- A remuneração variável anual depende de indicadores financeiros e estratégicos, definidos a cada ano pelo Conselho de Administração, conforme o nosso plano de negócios. Para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, foram considerados os indicadores corporativos, tais como EBITDA, captação de novos alunos, retenção de alunos e IGC, além de outros indicadores específicos de qualidade e individuais.

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, também recebem apenas remuneração fixa, portanto sem efeitos de indicadores de desempenho, incompatíveis com as funções daquele órgão.

Os membros dos Comitês recebem uma remuneração equivalente à até 30% da remuneração fixada para um membro do Conselho de Administração.

No caso da Diretoria Estatutária e não Estatutária:

- A remuneração fixa é ajustada anualmente com base em pesquisa de mercado, nos nossos resultados e no desempenho individual, este com base em metas específicas e na prática de remuneração já adotada;
- A remuneração variável anual é definida pelos indicadores estratégicos, neste sentido são estabelecidos *targets* individuais para cada meta de cada um dos indicadores indicados no item "c" acima, as quais são avaliadas no final do exercício fiscal com o *target* proposto e, assim, gerado o índice a ser aplicado aos envolvidos.

Os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e dos Comitês são elegíveis somente à remuneração fixa, portanto sem efeitos de indicadores de desempenho.

ii. razões que justificam a composição da remuneração:

De forma geral, a composição da remuneração visa a permanência dos executivos, bem como o alinhamento dos interesses de tais executivos com os nossos objetivos de curto prazo e com os resultados de longo prazo.

Remuneração do Conselho de Administração

No que tange à remuneração dos membros do Conselho de Administração, os objetivos principais são atrair Conselheiros com reputação e perfis adequados, concedendo-lhes as condições necessárias para o desempenho de suas funções.

Remuneração da Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A composição da remuneração da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, tanto nos elementos que a compõe quanto no peso de cada um, reflete:

- A competitividade com a prática do mercado composto por empresas do nosso setor de atuação, além da prática de remuneração já adotada por nós, que permita atrair e reter os executivos com as qualificações requeridas;

- A possibilidade de se associar uma parcela significativa da remuneração total aos nossos resultados;
- A busca de um equilíbrio entre as diferentes parcelas da remuneração, que incentive a geração de resultados de curto, médio e longo prazo, dentro de níveis de riscos moderados; e
- A possibilidade de se balancear a remuneração variável de curto e longo prazo, visando à geração de resultados anuais sustentáveis e que resultem na criação de valor para os acionistas.

Remuneração do Conselho Fiscal

No que tange à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, tal remuneração terá como objetivo principal atrair Conselheiros com reputação e perfis adequados, concedendo-lhes as condições necessárias para o desempenho de suas funções, observados os limites fixados pela legislação em vigor. Um conselheiro fiscal poderá receber uma remuneração equivalente a até 30% da remuneração fixada para um membro do Conselho de Administração.

Remuneração dos Comitês

Os membros dos Comitês recebem remuneração por participarem de tais Comitês. Um membro de comitê pode receber uma remuneração equivalente a até 30% da remuneração fixada para um membro do Conselho de Administração.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

Não há membros da administração não remunerados.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não foi estabelecido no contrato dos administradores remuneração ou benefício associado a eventos societários.

8.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total Prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros Remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.190.255,10	4.804.515,00	378.900,00	9.373.670,10
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	170.000,00	100.000,00	-	270.000,00
Outros	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	-
Remuneração Variável				
Bônus	-	2.300.000,00	-	2.300.000,00
Participação em resultados	-	-	-	-
Remuneração por Participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	
Total da remuneração	4.360.255,10	7.204.515,00	378.900,00	11.943.670,10

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros Remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.981.240,00	4.435.733,35	360.000,00	8.776.973,35
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	132.000,00	84.000,00	-	216.000,00
Outros	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	-
Remuneração Variável				
Bônus	-	6.289.781,32	-	6.289.781,32
Participação em resultados	-	-	-	-
Remuneração por Participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	
Total da remuneração	4.113.240,00	10.809.514,67	360.000,00	15.282.754,67

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros Remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.151.076,16	3.546.966,56	360.000,00	7.058.042,72
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	96.000,00	48.000,00	-	144.000,00
Outros	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	-
Remuneração Variável				
Bônus	-	2.093.857,50	-	2.093.857,50
Participação em resultados	-	-	-	-
Remuneração por Participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	
Total da remuneração	3.247.076,16	5.688.824,06	360.000,00	9.295.900,22

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros Remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.150.000,00	3.455.596,72	360.000,00	6.965.596,72
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	72.000,00	72.000,00	-	144.000,00
Outros	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	-
Remuneração Variável				
Bônus	-	1.881.338,78	-	1.881.338,78
Participação em resultados	-	-	-	-
Remuneração por Participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	
Total da remuneração	3.222.000,00	5.408.935,50	360.000,00	8.990.935,50

8.3 Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável - Exercício Social previsto para 31/12/2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros Remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	2.300.000,00	-	2.300.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.300.000,00	-	2.300.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros Remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	6.289.781,32	-	6.289.781,32
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	6.289.781,32	-	6.289.781,32
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros Remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	2.093.857,50	-	2.093.857,50
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.093.857,50	-	2.093.857,50
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros Remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.881.338,78	-	1.881.338,78
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.881.338,78	-	1.881.338,78
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	N/A	N/A	N/A	N/A

Conforme anteriormente informado, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável.

8.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável, tendo em vista que não havia plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária da Companhia em vigor ao final do último exercício social e não há previsão para o exercício social corrente.

8.5 - Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que não havia remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações do conselho de administração e da diretoria estatutária da Companhia reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente.

8.6 - Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, pois não há opção de compra de ações outorgada pela Companhia aos seus administradores nos três últimos exercícios sociais ou prevista para o exercício social corrente.

8.7 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que não há qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

8.8 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que não há opção de compra de ações exercidas e nenhuma ação foi entregue, relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária da Companhia nos últimos três últimos exercícios sociais.

8.9 - Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais ou prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

8.10 - Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que não há outorga de ações do conselho de administração e da diretoria estatutária realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente.

8.11 - Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que não foram entregues ações no âmbito de plano de remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

8.12 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma ação ou opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.13 - Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos no Brasil ou no exterior, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Em 31 de dezembro de 2022, os membros da administração detinham as seguintes participações acionárias na Companhia:

Órgão	Ações ⁽¹⁾		Opções	
	Número	%	Número	%
Conselho de Administração	76.071.953	59,10%	0	0
Diretoria	7.700	0,01%	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0	0

⁽¹⁾ As ações de titularidade de membros que integram a Diretoria e o Conselho de Administração estão sendo consideradas como de titularidade de membros do Conselho do Administração, apenas.

8.14 - Em relação aos planos de previdência em vigor, conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável, pois não possuímos planos de previdência em vigor aos membros do Conselho de Administração e/ou Diretoria Estatutária.

8.15 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Remuneração individual - Exercício Social encerrado em 31/12/2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	5	3	14
Nº de membros Remunerados	6	5	3	14
Valor da maior remuneração individual.	2.481.240,00	1.913.600,00	120.000,00	4.514.840,00
Valor da menor remuneração individual.	300.000,00	433.866,67	120.000,00	853.866,67
Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados).	663.540,00	887.146,67	120.000,00	1.670.686,67

Remuneração individual - Exercício Social encerrado em 31/12/2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	5	3	14
Nº de membros Remunerados	6	5	3	14
Valor da maior remuneração individual.	1.800.000,00	1.450.163,19	120.000,00	3.370.163,19
Valor da menor remuneração individual.	270.000,00	385.947,24	120.000,00	775.947,24
Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados).	525.179,36	709.393,31	120.000,00	1.354.572,67

Remuneração individual - Exercício Social encerrado em 31/12/2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	5	3	14
Nº de membros Remunerados	6	5	3	14
Valor da maior remuneração individual.	1.800.000,00	1.438.566,67	120.000,00	1.558.566,67
Valor da menor remuneração individual.	270.000,00	373.726,83	120.000,00	763.726,83
Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados).	525.000,00	691.119,34	120.000,00	1.336.119,34

8.16 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não aplicável, pois não temos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	Exercício encerrado em		
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Conselho de Administração	45,36%	44,65%	45,22%
Diretoria	50,54%	50,25%	49,61%
Conselho Fiscal	4,10%	5,10%	5,17%

8.18 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não aplicável, pois os nossos administradores não recebem e não receberam nos últimos três exercícios sociais remuneração por qualquer outra razão que não a função que ocupam.

8.19 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável, pois os administradores da Companhia não recebem e não receberam nos últimos três exercícios sociais remuneração reconhecida no resultado de nossos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de nossas controladas.

8.20 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Tendo em vista o entendimento proferido pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 08 de dezembro de 2020 (Processo nº 19957.007457/2018-10), os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei das S.A., e, assim, não foram divulgados no item 8.2.

Considerando que o montante da remuneração dos administradores da Companhia para os exercícios sociais anteriores a 2021 possuíam em sua composição os encargos sociais de ônus da Companhia, apresentamos abaixo as informações do item 8.2 para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, considerando os respectivos encargos sociais:

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2020 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros Remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.150.000,00	3.455.596,72	360.000,00	6.965.596,72
Benefícios diretos e indiretos				
Participações em comitê	72.000,00	72.000,00		144.000,00
Outros	644.400,00	1.189.302,88	72.000,00	1.905.702,28
Remuneração Variável				
Bônus		1.881.338,78		1.881.338,78
Participação em resultados				
Remuneração por participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Pós – emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	Número de membros: o número de membros corresponde a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros corresponde a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros corresponde a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	
Total de remuneração	3.866.400,00	6.598.238,38	432.000,00	10.896.638,38

ANEXO V

Declarações Dos Candidatos A Membros Independentes Do Conselho De Administração

Recife, 24 de março de 2023

Ao

Conselho de Administração da Ser Educacional S.A. ("Companhia")

Ref.: Atendimento do critério de independência estabelecido no Regulamento de Listagem do "Novo Mercado"

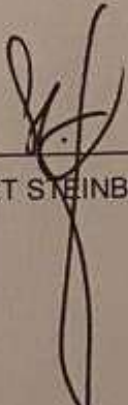
Para os objetivos dos artigos 16 §1, §2, e 17, I do Regulamento de Listagem do "Novo Mercado", eu, HERBERT STEINBERG, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 51.882.619 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 791.851.778-49, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, 286, 6º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, na qualidade de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, afirmo e declaro que:

- (1) não sou acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (2) meu direito de voto nas reuniões do Conselho de Administração não está vinculado a acordo de acionistas cujo objeto inclua matérias relacionadas à Companhia;
- (3) não sou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral em primeiro ou segundo grau em relação ao acionista controlador ou a qualquer administrador da Companhia ou dos acionistas controladores;
- (4) não fui empregado ou diretor da Companhia ou de seus acionistas controladores ou das suas subsidiárias da Companhia, afiliadas ou "joint ventures" nos últimos 3 (três) anos;
- (5) não tenho relações comerciais com a Companhia, seus acionistas controladores, ou suas subsidiárias, afiliadas ou "joint ventures";



(6) não tenho cargo em empresa ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com seus acionistas controladores que tenham poder de decisão em relação à condução das atividades da referida empresa ou entidade; e

(7) não recebo qualquer remuneração da Companhia, seus acionistas controladores, suas subsidiárias, afiliadas ou "joint ventures", além daquela relativa à minha posição como membro do Conselho de Administração da Companhia ou de Comitês da Companhia.



HERBERT STEINBERG

Recife, 24 de março de 2023

Ao

Conselho de Administração da Ser Educacional S.A. ("Companhia")

Ref.: Atendimento do critério de independência estabelecido no Regulamento de Listagem do "Novo Mercado"

Para os objetivos dos artigos 16 §1, §2, e 17, I do Regulamento de Listagem do "Novo Mercado", eu, FLÁVIO CÉSAR MAIA LUZ, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.928.435-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 636.622.138-34, residente e domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Alameda Canadá, 162, Alphaville 2, CEP 06470-230, na qualidade de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, afirmo e declaro que:

- (1) não sou acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (2) meu direito de voto nas reuniões do Conselho de Administração não está vinculado a acordo de acionistas cujo objeto inclua matérias relacionadas à Companhia;
- (3) não sou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral em primeiro ou segundo grau em relação ao acionista controlador ou a qualquer administrador da Companhia ou dos acionistas controladores;
- (4) não fui empregado ou diretor da Companhia ou de seus acionistas controladores ou das suas subsidiárias da Companhia, afiliadas ou "joint ventures" nos últimos 3 (três) anos;
- (5) não tenho relações comerciais com a Companhia, seus acionistas controladores, ou suas subsidiárias, afiliadas ou "joint ventures";



(6) não tenho cargo em empresa ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com seus acionistas controladores que tenham poder de decisão em relação à condução das atividades da referida empresa ou entidade; e

(7) não recebo qualquer remuneração da Companhia, seus acionistas controladores, suas subsidiárias, afiliadas ou "joint ventures", além daquela relativa à minha posição como membro do Conselho de Administração da Companhia ou de Comitês da Companhia.



FLÁVIO CÉSAR MAIA LUZ

Recife, 24 de março de 2023

Ao

Conselho de Administração da Ser Educacional S.A. ("Companhia")

Ref.: Atendimento do critério de independência estabelecido no Regulamento de Listagem do "Novo Mercado"

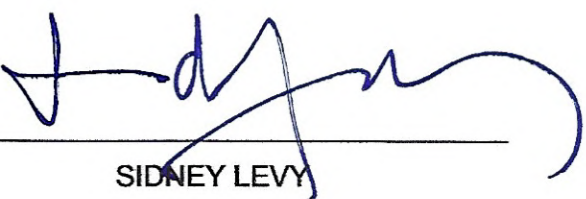
Para os objetivos dos artigos 16 §1, §2, e 17, I do Regulamento de Listagem do "Novo Mercado", eu, SIDNEY LEVY, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.343.401 - IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 441.607.557-04, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, 231, 16º andar, Centro, CEP 20030-905, na qualidade de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, afirmo e declaro que:

- (1) não sou acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (2) meu direito de voto nas reuniões do Conselho de Administração não está vinculado a acordo de acionistas cujo objeto inclua matérias relacionadas à Companhia;
- (3) não sou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral em primeiro ou segundo grau em relação ao acionista controlador ou a qualquer administrador da Companhia ou dos acionistas controladores;
- (4) não fui empregado ou diretor da Companhia ou de seus acionistas controladores ou das suas subsidiárias da Companhia, afiliadas ou "joint ventures" nos últimos 3 (três) anos;
- (5) não tenho relações comerciais com a Companhia, seus acionistas controladores, ou suas subsidiárias, afiliadas ou "joint ventures";



(6) não tenho cargo em empresa ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com seus acionistas controladores que tenham poder de decisão em relação à condução das atividades da referida empresa ou entidade; e

(7) não recebo qualquer remuneração da Companhia, seus acionistas controladores, suas subsidiárias, afiliadas ou "joint ventures", além daquela relativa à minha posição como membro do Conselho de Administração da Companhia ou de Comitês da Companhia.



SIDNEY LEVY

Recife, 24 de março de 2023

Ao

Conselho de Administração da Ser Educacional S.A. ("Companhia")

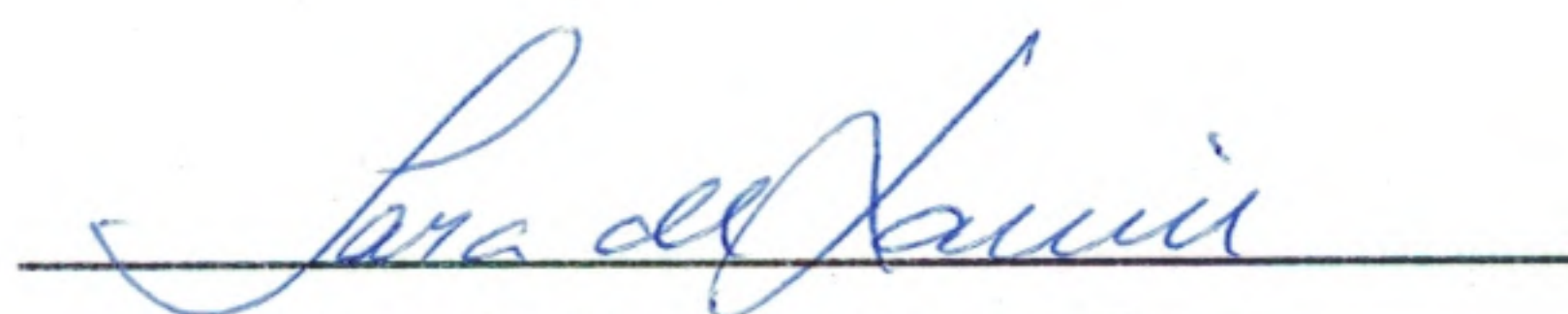
Ref.: Atendimento do critério de independência estabelecido no Regulamento de Listagem do "Novo Mercado"

Para os objetivos dos artigos 16 §1, §2, e 17, I do Regulamento de Listagem do "Novo Mercado", eu, Iara de Moraes Xavier Braga, brasileira, viúva, educadora, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3501066 SESP DF, inscrita no CPF/MF sob o nº 399.914.827-68, residente e domiciliada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, SQNW 102 Bloco I Apartamento 402 Noroeste CEP 70683095, na qualidade de membra independente do Conselho de Administração da Companhia, afirmo e declaro que:

- (1) não sou acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (2) meu direito de voto nas reuniões do Conselho de Administração não está vinculado a acordo de acionistas cujo objeto inclua matérias relacionadas à Companhia;
- (3) não sou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral em primeiro ou segundo grau em relação ao acionista controlador ou a qualquer administrador da Companhia ou dos acionistas controladores;
- (4) não fui empregado ou diretor da Companhia ou de seus acionistas controladores ou das suas subsidiárias da Companhia, afiliadas ou "joint ventures" nos últimos 3 (três) anos;
- (5) não tenho relações comerciais com a Companhia, seus acionistas controladores, ou suas subsidiárias, afiliadas ou "joint ventures";

(6) não tenho cargo em empresa ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com seus acionistas controladores que tenham poder de decisão em relação à condução das atividades da referida empresa ou entidade; e

(7) não recebo qualquer remuneração da Companhia, seus acionistas controladores, suas subsidiárias, afiliadas ou "joint ventures", além daquela relativa à minha posição como membro do Conselho de Administração da Companhia ou de Comitês da Companhia.



Lara de Moraes Xavier Braga